

GRUPO POLITICA AGOSTO

2019

Coletânea de artigos sobre a conjuntura

Contexto e Análise

Org. Paulo Timm – Usa sala de aula

INDICE

Introdução

❖ **QUEM COM LAVAJATO VAZA COM VAZATO SERÁ LAVADO...**

Paulo Timm

❖ **Desapareca el hambre y no el hombre**

❖ **Fidel Castro Paulo TIMM -PONTE PARA O ABISMO**

❖ **PORTUGAL É A BOLA DA VEZ DA DIREITA** Paulo Timm

❖ **Portugal, um alvo estratégico da extrema-direita** Boaventura de
Sousa Santos

❖ **Grandes questões para 2019: o risco da extrema-direita
em Portugal, a onda de greves e a guerra comercial**

Almerinda Romeira, António Freitas de Sousa e Joana Almeida

❖ **27% admitem mudar voto para a extrema-direita em
sondagem Voto num novo partido populista com maior
abertura à direita. João Maltez e Wilson Ledo**

❖ **Extrema-direita. PSP atenta a reunião em Lisboa**

João Porfírio MAFALDA TELLO SILVA

❖ **CHOMSKI FALA SOBRE BRASIL:**

Prolegômenos

- **Pano rápido em um só ato. Renato Janine Ribeiro**
- **Ricardo Timm de Souza – Amazônia, o apocalipse.**
- **A GRANDE REGRESSÃO: UM DEBATE... ENFRENTA-LOS**
Organizador: Heinrich Geiselberger
Editora: Estação Liberdade
- **Gilmar destrói a Lava Jato: que gente ordinária**
- **Paulo Cezar Rosa**
- **Paulo Timm**
- **POTENCIAL DE AGRESSIVIDADE CLIMÁTICA NA AMAZÔNIA**
– IBGE Cesar Benjamin
- **Gustavo De Mello: Reconstruir o Brasil –**
- **Reinaldo Azevedo - AGU perde: exoneração de membros de mecanismo antitortura continua suspensa**
- **Renato Janine Ribeiro**
- **Jorge Oliveira FB 9 JUL : “PRESTIGIADO”**
- **Angelina Peralva FB 27 AGO**

PARTE I – Contexto

- 1. Marco Antonio Pires de Oliveira: FB 14 de agosto**
O que é a sociedade do espetáculo?
- 2. A crise sistêmica do capitalismo mundial por**
Prabhat Patnaik [*]
- 3. Renato Janine Ribeiro – O século XXI TEM TUDO**
PARA SER CHINÊS –FB, 22.

4. **Portugal, um alvo estratégico da extrema-direita**
(por Boaventura de Sousa Santos) **Apresentação**
por Tarso Genro.
5. **Para a melancolia de esquerda, superar é tudo**
(Enzo Taverso)
6. **Uma Breve Historia da Banca – O Início Por Pedro**
Pinho
7. **Cesar Benjamim FB dia 16 agosto: A Despedida Do**
PT
8. **Nas entrelinhas: O efeito Hong Kong Por Luiz**
Carlos Azedo
9. **Assim armar-se a próxima crise financeira Por**
Chis Hedges no Truthdig
10. **Petróleo, guerra e corrupção: para entender**
Curitiba por Jose Luís Fiori e Willian Nozaki

PARTE II –

1. **Paulo Timm – I – Fim da estabilidade servidor**
2. **SHOW DE INDIGNIDADE Por Cesar Benjamin**
3. **Como resistir ao adoecimento num país**
(des)controlado pelo perverso da autoverdades Por
Eliane Brum
4. **Outra armação em Itaipu por Tereza Cruvinel**

PARTE III.

Anexos

Bouço, Vida e Obra.

- 1. Bolsonaro será denunciado por crime contra a humanidade no tribunal de Haia revistaforum**
- 2. Fale mais, Bolsonaro. Por Mariliz Pereira Jorge**
- 3. BYE BYE BRASIL**
- 4. A insensatez e a casse média blog.correiobrasiliense por Luiz Carlos Azedo**
- 5. Capricho infantil opiniãooestadao**
- 6. SEMEADOR NO ESPAÇO, DEVASTADOR NA TERRA por Reinaldo José Lopes.**
- 7. A pergunta repetida é: o que pretende Bolsonaro? Difícil responder. Carlos Melo***
- 8. A hostilidade como procedimento por Marco Aurélio Nogueira**
- 9. Estilo Bolsonaro: “Tò nem aí!”**
- 10. A QUEDA Hipóteses sobre o governo Bolsonaro por CELSO ROCHA DE BARROS**
- 11. Horrípilo e quizilento por Sérgio Rodrigrues**
- 12. ODITADOR, A SUA “OBRA”, E O GRANDE BLEFE DO SENHOR GUEDES José Luís Fiori***
- 13. Pochmann: “Sociedade que deu origem ao PT não existe mais. Estamos com um retórica envelhecida**
- 14. Nas entrelinhas: A projeção de poder por Luiz Carlos Azedo**

15. Lei contra abuso de autoridade é o fim da justiça do espetáculo por brasil247
16. Nas entrelinhas: Qual será o novo modelo? Por Luiz Carlos Azedo
17. As Cartas das crianças da Maré: “Não gosto de helicóptero porque ele atira e as pessoas morrem”
18. A MP do Estado anarcocapitalista por Maria Cristina Fernandes
19. Esquerda positiva e frente política. Há de ser possível relegar os extremistas às margens e minimizar o seu impacto por Luiz Sérgio Henriques
20. SEM O SUS, É A BARBARIE por Drauzio Varella
21. BRASILEIRO ASSOCIA ESQUERDA A CONFLITO E DIREITA A ORDEM por ANA LUIZA BASILIO
22. Em sua coluna no El País, o jornalista Juan Arias analisou os primeiros meses do governo de Jair Bolsonaro.
23. Bolsonaro não tem que ser “presidente banana” nem tampouco imperador. Por Juan Ararias brasil.elpais
24. Quem vai parar Jair Bolsonaro? Por Felipe Betim
25. Brasil: Direitos Sociais por Ivanisa Teitelroit Martins
26. Nas entrelinhas: Moedas de troca por Luiz Carlos Azedo
27. Nas entrelinhas: De Versales a Brasília por Luiz Carlos Azedo
28. Nas entrelinhas: A nova privatização Luiz Carlos Azedo
29. TEORIA CONSPIRATÓRIA INSPIRA BOLSONARO NA QUESTÃO AMAZÔNICA por Rubens Valente
30. Autódromo Norte-Americano de Alcântara por Marcelo Zero

- 31. Manifestantes fazem protesto pela Amazônia em embaixadas brasileiras pelo mundo. Protestos foram organizados em diversas cidades nesta sexta-feira, como Londres (23) como Londres, Berlin e Mumbai, na Índia. Por G1**
- 32. NOVILÍNGUA DA DIREITA BRASILEIRA**
- 33. ATAQUE INTERNACIONAL AO GOVERNO BRASILEIRO É OPORTUNISTA, MAS BOLSONARO FORNECEU O PRETEXTO**
Rodrigo Constantino.
- 34. Comentário Geopolítico por Gelio Fregapani**
- 35. Em meio a panelaço, Bolsonaro muda o tom e pede ‘diálogo’**
cartacapital.com.br
- 36. Érika Berenguer, pesquisadora dos impactos do fogo na Amazônia.**
- 37. Sobre a crise brasileira e a Petrobras (áudio transcrito)**
- 38. O patriotismo seletivo de BolsoNero por Júlio César Velloso**
- 39. O DIA DO FOGO por Luiz Francisco**
- 40. Marina Silva classifica incêndios na Amazônia como “crime contra humanidade” por Anastásia Moloney investing.com**
- 41. Cipó de aroeira: Merval, que colocou em dúvida palestras de Lula, hoje tem que explicar a sua renda de 375 mil.**
brasil247.com
- 42. Justiça reverte desmonte do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura por Esmael Morais**
- 43. BRASIL VOLTA AS RUAS: O PAPEL DOS REPORTERES NA DEFESA DA DEMOCRACIA por Ricardo kotscho**
- 44. Está quem Manda! osdivergentes.com.br por José Sarney**

- 45. Não importa? Como fica a Nação? Por Luiz Carlos Besser-Pereira**
- 46. BRASIL – FRANÇA Ivanisa Teitelroit Martins**
- 47. SOS AMAZÔNIA: É MUITO PIOR Via Fernanda Carlos Borges**
- 48. Acusação de Lula é confirmada: fazendeiros bolsonaristas incendeiaram a Amazônia brasil247.com**
- 49. Lindo e triste texto do Luiz Alberto Cassol**
- 50. Getúlio Vargas, a Petrobrás e o silencio dos militares por Jean Paul Prates.**
- 51. O que poderia ser o Brasil. Nada sobrou por Milton Saldanha, jornalista.**
- 52. Amazônia é tema de editoriais críticos pelo mundo; WSJ defende Bolsonaro por Daniel Buarque.**
- 53. Renato Jaime Ribeiro – PESQUISA CTH – FB 26 AGO**
- 54. Festival de Gramado 2019: Miguel Falabella lê manifesto em defesa do cinema brasileiro por Francisco Russo**
- 55. O fosso entre Moro e Bolsonaro**
- 56. A defesa da soberania nacional**
- 57. Grupo de whatsapp contratou motoqueiros e motosserras para desmatar e incendiar a floresta revistagloborural.globo.com**
- 58. Questionado sobre ‘status internacional’ da Amazônia, Macron diz que pode ser uma questão se algum país tomar medidas ‘contra o planeta’. Por G1**
- 59. Moro reclama dos cortes de Guedes e diz que ações da Justiça podem ser inviabilizadas brasil247.com**
- 60. Ex-chefão da Lava Jato agora admite: Bolsonaro era o candidato da operação. Por Reinaldo Azevedo**

- 61. MOVIMENTO DESCULPE BRIGITTE** cartacapital.com.br
- 62. “E grave o comportamento do governo brasileiro em relação às queimadas”, diz FHC.**
- 63. Amazônia: que o próprio Brasil resolva** Por Milton Saldanha
- 64. AMAZÔNIA** Por Eugenio Giovenardi
- 65. Gunter Axt – A História**
- 66. Procuradora da Lava Jato sente culpa e pede desculpas ao ex-presidente Lula** cartacampinas.com.br
- 67. Sergio Moro pode acabar preso na teia de aranha que ele mesmo teceu** Por Juan Ararias elpais.com
- 68. AMAZÔNIA – IMPORTANTE DOCUMENTO DOS MINISTROS DO MEIO AMBIENTE DE GOVERNOS ANTERIORES(1989-2018) E PRESIDENTES OAB SPBC – CARTA AOS PRESIDENTES DA CAMARA E DO SENADO** Por Esmael Moraes
- 69. Em live, Bolsonaro grita ‘ihuuuuuuuuuuu’ e ataca João Doria** brasil247.com
- 70. Lira Neto diz que frase de Dalkagnol é inspirada no Manual do Inquisidor, publicado em 1578** Revista Fórum
- 71. China ignora Bolsonaro e firma parcerias com o Nordeste** hojenoticias.com.br
- 72. ‘Doria está morto’ para 2022, diz Bolsonaro** Por Lorena Rodrigues.
- 73. A próxima campanha de Sérgio Moro. Para efeitos práticos, neste momento Jair Bolsonaro está freando o lavajatismo** por Willian Waack.
- 74. MDB TENTA TROCAR FIGURINO DE ADESISTA PELO CRÍTICO DA ‘NOVA DIREITA ALTERNATIVA’** Painei FSP

75. MDB fala em 'resistência' e lança documento em defesa da democracia por Esmael Morais

76. Anexo: BOLSONARO Bouço

77. Charge de Bouço no mundo inteiro: Brasil ridicularizado por facebook Naldo Corrêa

78. O holocausto brasileiro por Ricardo Kotscho

79. Método da loucura derrotará Bolsonaro por Reinaldo Azevedo

80. CACHORRO LOUCO por Wanderley Diniz

81. “Bolsonaro é incapaz de construir discurso coerente” especialistas franceses analisam linguagem do presidente por Marcos Lúcio Fernandes

82. Impropérios internacionais Por Marco Aurélio Nogueira

83. Sem qualquer princípio ético ou moral, Bolsonaro nos levará ao abismo por Milton Rondó.

84. Site do GLOBO reúne em ambiente especial todos os insultos de Jair Bolsonaro. Levantamento contabilizou 58 frases

85. Bolsonaro é listado como “fracasso” em relatório da ONU cartacapital.com.br

86. “O plano de Bolsonaro é manter domínio sobre 30% do eleitorado e se tornar o Lula de direita brasil.elpais.com

87. Bolsonaro es uma amenaza para el planeta por Elaine Brum

88. Bolsonaro é o 3º líder mais mal avaliado da América Latina, revela pesquisa cartacapital.com.br

89. Bolsonaro cometeu crime de lesa-pátria e Brasil pode perder a Amazônia, diz Janio de Freitas

90. Governo Bolsonaro: a prova que “demônios” existem

IHU.UNISINOS.BR

91. Impeachment ou cassação da chapa? Saída de Bolsonaro

volta à pauta Por André Barrocal

92. Vox: rejeição a Bolsonaro dispara e atinge 40%!

conversafiada.com.br

INTRODUÇÃO

Pérola dos tempos atuais:

❖ **QUEM COM LAVAJATO VAZA COM VAZATO SERÁ LAVADO...**

Paulo Timm

MINHA PATRIA : https://www.youtube.com/watch?v=zra_IHH6mrE

❖ **Desapareca el hambre y no el hombre**

❖ **Fidel CastroPaulo TIMM -PONTE PARA O ABISMO**

I

Do Messenger do meu amigo [Paulo Timm](#):

"FINANCEIRIZAÇÃO I

Na crise financeira de 2008, bancos centrais injetaram trilhões de dólares de dinheiro fabricado no sistema financeiro global. Este dinheiro fabricado criou uma dívida mundial de US\$ 325 trilhões, mais que três vezes o PIB do mundo. No Brasil, calcula-se que hoje haja R\$ 12 trilhões ou duas vezes o PIB do país, aplicados em empréstimos ao Governo e setor privado, a taxas médias de 10% ao ano capturadas por 200 mil famílias. Resultados: Reconcentração cada vez maior da renda. Crise. Desemprego. Fome."

Quem não usar os olhos para ver, terá que usá-los para chorar!" (Foerster).

Dívida Líquida

Total da União (Interna e Externa)

Fonte ME - Base R\$ bilhões.

<i>Itens</i>	<i>2002</i>	<i>% PIB</i>	<i>2010</i>	<i>% PIB</i>	<i>2018</i>	<i>% PIB</i>	<i>Jul/19</i>	<i>% PIB</i>
<i>Dívida Interna Em Poder do Mercado</i>	<i>558,9</i>	<i>37,54</i>	<i>1.603,9</i>	<i>41,28</i>	<i>3.728,9</i>	<i>54,61</i>	<i>3.846,3</i>	<i>55,03</i>

<i>Dívida Interna Em Poder do Banco Central</i>	282,1	18,95	694,0	17,86	1.794,3	26,28	1.789,1	25,60
<i>Dívida Externa Líquida</i>	262,9	17,66	90,1	2,32	148,2	2,17	146,9	2,10
<i>Dívida Total Líquida</i>	1.103,9	74,15	2.388,0	61,46	5.671,4	83,06	5.782,3	82,73

PIB 2002 – (R\$ 1.488,8 bilhões); PIB 2010 – (R\$ 3.885,8 bilhões);

PIB 2018 – (R\$ 6.827,6 bilhões). Previsão do PIB 2019 – (R\$ 6.989,3 bilhões).

Fonte: www.ricardobergamini.com.br

II

Hora da reação popular ao governicho dos bolsoneros: Todos às ruas contra os ataques à Constituição, ao M.Ambiente, aos Direitos Humanos, à Democracia e às servidões do cargo que ocupa, antes que se abra o fosso que nos remeterá, pela via da ditadura familiar e autoritária, ao HOTEL ABISMO.

**NÃO AO “BRASIL NOVO” e embolorado!
VIVA O BRASIL SOBERANO! VIVA O ESTADO DE DIREITO
DEMOCRÁTICO COM RESPEITO À NOSSA DIVERSIDADE
CULTURAL E ÉTNICA.**

❖ **PORTUGAL É A BOLA DA VEZ DA DIREITA**

Paulo Timm – Lisboa, 15 de agosto

❖ **Portugal, um alvo estratégico da extrema-direita**

<https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/grandes-questoes-para-2019-o-risco-da-extrema-direita-em-portugal-a-onda-de-greves-e-a-guerra-comercial-393664>

Boaventura de Sousa Santos

❖ **Grandes questões para 2019: o risco da extrema-direita em Portugal, a onda de greves e a guerra comercial**

Almerinda Romeira, António Freitas de Sousa e Joana Almeida 31 Dezembro 2018, 15:01

<https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/grandes-questoes-para-2019-o-risco-da-extrema-direita-em-portugal-a-onda-de-greves-e-a-guerra-comercial-393664>

❖ 27% admitem mudar voto para a extrema-direita em sondagem
Voto num novo partido populista com maior abertura à direita.

João Maltez e Wilson Ledo17
de Dezembro de 2018 <https://www.cmjornal.pt/politica/detalhe/27-admitem-mudar-voto-para-a-extrema-direita-em-sondagem>

❖ Extrema-direita. PSP atenta a reunião em Lisboa

João Porfírio MAFALDA TELLO SILVA10/08/2019
<https://ionline.sapo.pt/artigo/667663/extrema-direita-psp-atenta-a-reuniao-em-lisboa?seccao=Portugal>

*

Em 1848, um filósofo alemão, Karl Marx, notabilizou-se ao lançar um Manifesto dizendo que um fantasma rondava a Europa: O comunismo. Com efeito, naquele remoto ano, no calor das grandes mudanças sociais introduzidas pela Revolução Industrial, as cidades cresciam descontroladamente trazendo no seu bojo grandes massas de miseráveis, sujeitas à penosas jornadas de trabalho, sem quaisquer cuidados trabalhistas, induzindo-as à sucessivas rebeliões. Precisamente em 1848, diversas cidades do continente foram varridas por insurreições que acabariam desembocando na Revolução Russa de 1917, inaugurando um novo sistema de organização sócio-econômica na civilização. A China contemporânea é o mais novo e poderoso expoente deste processo e se prepara para reeditar a antiga Guerra Fria entre USA x URSS, que dominou o cenário internacional de 1947 até 1991, num novo confronto que poderá se limitar à luta pela hegemonia tecnológica ou descambar para o extermínio da vida no planeta sob o holocausto nuclear.

Da tensão entre o capitalismo liberal e a ameaça revolucionária nestes últimos 150 anos emergiu, entretanto, com epicentro na Europa Ocidental, uma forte corrente de caráter centro-reformista que mudaria não só as feições, mas o caráter mesmo das sociedades ocidentais. Um certo John Maynard Keynes, economista, e Max Weber, sociólogo, foram os maiores teóricos desta virada. Transitamos de um liberalismo doutrinário para a construção de uma democracia social, coroada por um conjunto concêntrico de direitos – civis, políticos, sociais e ambientais – que conformam nossas modernas sociedades de bem estar. Os trabalhadores melhoraram sensivelmente sua qualidade de vida, as mulheres e diversas minorias étnicas se incorporaram ao mercado e à cidadania, as garantias sociais do Estado se ampliaram dando um novo conteúdo ao liberalismo. Não obstante, tensões sociais, acrescidas pela agendas identitárias, senão

das nacionalidades, intensificadas nas últimas três décadas por crises financeiras, transformações tecnológicas e guerras civis em várias regiões do mundo, intensificando correntes migratórias para o centro do sistema, reavivam o confronto ideológico trazendo à tona política novos confrontos.

É neste contexto que crescem na Europa e mesmo na América, correntes de extrema direita que pareciam ter sido asfixiadas com a derrota do nazi-fascismo na II Grande Guerra. Na União Europeia, apenas Portugal, Irlanda, Luxemburgo e Malta são os únicos países ainda imunes à extrema-direita em seus parlamentos. Mas em outros, **Partidos considerados de extrema-direita governam sozinhos na Polónia, Hungria e República Checa e em coligação em Itália, Áustria, Finlândia, Letónia, Eslováquia e Bulgária**. Além disso, na Dinamarca, o Partido do Povo Dinamarquês dá apoio pontual ao partido do Governo – embora batido nas eleições destes dias:

https://www.lavanguardia.com/internacional/20190605/462701798923/resultados-elecciones-dinamarca-bloque-izquierda-socialdemocratas.html?fbclid=IwAR2npoe0jbfDITC_H2TpPezGL2lqPBveImEU9B0-HilzGcnn-gEgCYLXtxQ - e, em França, o partido de Marine

Le Pen ganha terreno. Nas eleições de maio passado, para o Parlamento Europeu, a extrema direita também cresceu. “Os partidos sob a denominação de extrema-direita são muito heterogêneos, incluindo populistas, nacionalistas, ultraconservadores e até neonazis, e cresceram nos países da UE a partir da combinação da crise económica, as migrações, o descrédito na política e a desconfiança nas instituições”. Sua proclamação é a do retorno aos mercados livres e desregulados, sob o regime de Estado Mínimo Soberano (“América First”, “Brasil em primeiro lugar”), com eliminação de garantias sociais e constitucionais e descrédito cético aos organismos internacionais (ONU – União Europeia) Acreditam, com isso, voltar às origens inspiradoras do dinamismo original do capitalismo, numa tentativa de “renaturalização” da História.

Portugal neste vasto processo europeu é um pequeno país, com pouca capacidade de indução de rumos mas que tem a particularidade, como ocorreu com o Brasil na década de 80, de impulsionar sua democracia sob

o empuxe da redemocratização do 25 de abril de 1974. Talvez, graças a isso, tenha subsistido a forte presença da esquerda no seu cenário político, composta por um tradicional e ortodoxo Partido Comunista, com alguma presença no movimento sindical, uma Nova Esquerda similar ao PODEMOS de Espanha e PSOL no Brasil, mais atrativa aos jovens e um vigoroso Partido Socialista, hoje à frente do Governo, denominado “Geringonça” e que foi capaz de dar algum fôlego à desfalecida economia do país. Por isso, Portugal é a bola da vez da extrema direita europeia que aqui reuniu-se sábado passado, sob vigilância do Estado e das forças progressistas, as quais lançaram à Nação um Manifesto de advertência aos riscos da restauração do fascismo no país. Teme-se, por aqui, que os intensos movimentos grevistas, já acentuados no ano passado, recrudescam e coloquem a Geringonça em risco, dela retirando o apoio de setores mais à esquerda. Neste momento, uma greve dos motoristas de transportes de produtos perigosos mobiliza Governo e Sociedade, colocando sob nova ótica o processo eleitoral previsto para setembro. Pesquisas já demonstram que 27,5% do eleitorado, sobretudo do centro-direita, estaria disposto a votar por uma alternativa de extrema direita que poderia vir a surpreender a Nação. As motivações são as de sempre: denúncias de corrupção governamental, ineficiência dos serviços públicos e perdas salariais. Todos, pois, estão atentos, para não dizer preocupados: O fantasma do fascismo que já assentou-se em vários países europeus ronda, agora, novamente, Portugal”.

❖ **CHOMSKI FALA SOBRE BRASIL:**

https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/08/crise-na-amazonia-tem-de-ser-ponto-de-inflexao-para-oposicao-brasileira-diz-noam-chomsky.shtml?utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_campaign=compfb&fbclid=IwAR0Pw7j9v2cJPfShNs9zVQKVpNSwhwTRDg_z4xT9qwwXnIFgfVYhNwF1fP0

PROLEGÔMENOS

➤ **Pano rápido em um só ato**

Renato Janine Ribeiro – FB Ago 26

Macron anuncia, no G7, dinheiro para a Amazônia. Não é muito, mas o que importa é que ele anuncia isso ao lado do presidente do... Chile, que não tem parte na Amazônia.

Aí fui checar quem, além de Piñeira, foi convidado para o G7 sem ser do G7 - e vi que, segundo Le Monde, « outras grandes democracias » estavam lá: a Índia, o Chile sim, a Austrália e a África do Sul.

Suspiro fundo.

No tempo de Lula ou mesmo Dilma, o Brasil estaria lá, na primeira fila.

E: dos BRICS, apenas a África do Sul e a Índia.

OK, Rússia e China não podem ser chamados de democracia.

Mas o Brasil não foi convidado.

Certamente, isso se deve à extraordinária habilidade diplomática (contém ironia!) de nosso governo.

➤ **Ricardo Timm de Souza – Amazônia, o apocalipse.**

https://secure.avaaz.org/campaign/po/apocalipse_na_amazonia_l oc_br/?cRRZMib&fbclid=IwAR2k0QvLZ9RA89DZ8Sav0GuqVLrMc iuTqRb0Q0EAExGjiQbq1tI0ZzvIhgM www.timmsouza.blogspot.com.br

Consequências do desastre amazônico: PTIMM

Destruição da biodiversidade amazônica e comprometimento do solo, condenado.

Risco de vida e sobrevivência dos povos da floresta

Perda de competitividade dos produtos brasileiros no mercado externo

Perda de importantes divisas ligados ao agrobusiness e que se constituem em importante âncora cambial da nossa economia

Reflexos negativos no clima com maior emissão de gases estufa na atmosfera

Isolamento do Brasil no cenário internacional de países civilizados

Aumento do dólar com reflexos na inflação

Queda nos fluxos de investimentos externos -

https://l.facebook.com/l.php?u=https%3A%2F%2Foglobo.globo.com%2Feconomia%2Fsuecia-vai-rever-investimentos-de-seus-fundos-de-pensao-no-brasil-por-cao-da-amazonia-23907888%3Ffbclid%3DIwAR18Vyb3RGkPRNN8QFnpvduVlbBa8j07EeAxINb2zBqSF9bdfZC40N7g6k&h=AT18bs0kPKwobWdSy9l4onnRDLDOrFV93NfBK9nKpYv4OIUirXGFOt_ZSWm2P5fJQJVADMDJ6MMSKNpJ8pf7RZKONLeUd2qy4P5aR0qSH1-W60rgBZDk_bGp7OmDrs88b9kZ6TrFDbk7JZN

➤ A GRANDE REGRESSAO: UM DEBATE... ENFRENTA-LOS

Organizador: Heinrich Geiselberger

editora: Estação Liberdade

A proposta de uma discussão internacional e plurieditorial vem responder aos questionamentos diante dos acontecimentos políticos recentes. A grande regressão: um debate internacional sobre os novos populismos – e como enfrentá-los, organizado por Heinrich Geiselberger, reúne contribuições de quinze autores consagrados, incluindo Zygmunt Bauman, Nancy Fraser, Bruno Latour e Slavoj Žižek, e OUTROS.

➤ Gilmar destrói a Lava Jato: que gente ordinária

“É um grande vexame e participamos disso. Somos cúmplices dessa gente. Homologamos delação. É altamente constrangedor”, admitiu o ministro do STF, Gilmar Mendes, após as revelações do The Intercept. “A República de Curitiba nada tem de republicana, era uma ditadura completa”, completou

247 - “É um grande vexame e participamos disso”, disse o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, reconhecendo que a Corte foi cúmplice do conluio da Lava Jato revelado pelas reportagens do The Intercept.

“Somos cúmplices dessa gente. Homologamos delação. É altamente constrangedor”, acrescentou o ministro.

A República de Curitiba nada tem de republicana, era uma ditadura completa. (...) Assumiram papel de imperadores absolutos. Gente com uma mente muito obscura. (“...) Que gente ordinária, se achavam soberanos”, avaliou Gilmar Mendes, citando a nova reportagem que traz

mensagens de procuradores da Lava Jato de Curitiba debochando da morte de familiares do ex-presidente Lula.

Com informações do JOTA.



Paulo Cezar Rosa

Espero que não pensem que estou viajando.... Acho que não estou. O mais importante de tudo: esta ofensiva da ultra direita é uma tentativa de reação a maior crise do capitalismo até hoje. Crise que eclodiu em 2008 e se prolonga até hoje.

Segundo: a solução dos liberais - liberdade total para o capital, exploração desenfreada, privatização selvagem, precarização e miséria para os povos - não é uma solução, é simplesmente a barbárie.

Terceiro: é preciso aperfeiçoar, aprofundar, desenvolver o "lulismo" porque ele é uma alternativa real para o planeta. Nem Podemos nem Bernie Sanders, nem Geringonça, ou qualquer outra vertente de resistência ao poder imperial do capital financeiro tem a força que o lulismo possui.

Quarto: a grande tarefa do povo brasileiro e de todos os que desejam construir uma saída para a crise que vivemos é simples. É preciso tirar o Lula da cadeia pela porta da frente, inocentado.

Depois disso, somos uma grande nação, e temos um mundo a ganhar.



Paulo Timm

Sou favorável à libertação do Lula, à luz das revelações do INTERCEPT. Mas discordo da TESE DA REVERSÃO ao status quo ante 2016.. Tudo flui. E as circunstâncias internas, como bem mostrou M.POCHMAN outro dia, como externas, cada vez mais marcadas pela reorganização geopolítica mundial para um inevitável enfrentamento USA x CHINA - que não significa necessariamente guerra - , criaram um novo cenário no BRASIL. Na verdade sofremos uma imensa derrota e até agora não conseguimos sair da defensiva. O lulismo cresceu na rebarba da luta contra o regime militar e num hiato de "desamparo" criado pelo fim da URSS e glamourização da globalização.



POTENCIAL DE AGRESSIVIDADE CLIMÁTICA NA AMAZÔNIA - IBGE

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95900.pdf>

Cesar Benjamin – FB 22 de agosto às 21:20 -

O Brasil tem tudo para afirmar uma política externa que nos coloque na vanguarda da civilização, centrada em três pilares:

(a) defesa do meio ambiente, pois o nosso território abriga a maior biodiversidade do mundo e nossa matriz energética é bem mais limpa do que a média mundial;

(b) defesa da paz, pois não temos contenciosos com nenhum país e abrigamos grande população resultante de imigração, que aqui não reproduz os litígios de seus países de origem;

(c) defesa do direito ao desenvolvimento, pois somos vocacionados para liderar essa demanda dos países mais pobres.

Em vez disso, em apenas seis meses o novo governo nos isolou. Viramos um pária no sistema internacional.

Vergonha, vergonha.

➤ **Gustavo De Mello: Reconstruir o Brasil – FB 10 ago-**

CHEGA DE INCITAR A VINGANÇA, VAMOS RECONSTRUIR O BRASIL - O gosto de certos indivíduos pelo acerto de contas é impressionante. Que me importa agora o que escreveram no passado certos jornalistas? Se é para defender um futuro melhor para todos, o que nos interessa, agora, no presente, são as palavras de indignação que escrevem. Vê-los indignados diante da tragédia em que estão transformando o país, é preciso dizer bem vindos e sim são aliados. Todos os arrependidos são bem vindos. Miriam Leitão, Reinaldo, Rui Castro, etc.

-

➤ **Reinaldo Azevedo - 16/08/2019 12h36 AGU perde: exoneração de membros de mecanismo antitortura continua suspensa**

Um desembargador do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) negou recurso da Advocacia-geral da União contra a decisão que suspendeu parte do decreto assinado pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL) que exonerou 11 integrantes do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MTPCT).

A decisão da 6ª Vara Federal Cível que suspendia a exoneração foi tomada na última sexta-feira (9), impedindo a demissão dos 11 peritos que visitavam presídios para prevenir a tortura e o tratamento cruel.

O Ministério Público Federal (MPF) e a Defensoria Pública da União (DPU) foram à Justiça contra o decreto. O MPF afirma que a mudança inviabilizaria o funcionamento do MTPCT.(...)

No G1.

<https://g1.globo.com/.../desembargador-mantem-suspensao-a-par...>

<https://reinaldoazevedo.blogosfera.uol.com.br/.../agu-perde-.../>

➤ **Renato Janine Ribeiro – FB 08 JUL**

Poucos meses atrás, o procurador Dallagnol se sentia poderoso a ponto de tentar ganhar 3,5 bilhões para criar uma fundação a ser dirigida por ele e seu grupo.

As revelações das últimas semanas desfizeram esse prestígio, poder e pretensão.

E, ao mesmo tempo, as publicações do [The Intercept Brasil](#) estão recriando a liberdade de imprensa no Brasil, ou melhor: estão recriando a missão que a imprensa livre deve ter e que estava, digamos, um tanto esquecida.

Não sei se o STF teria sido tão contundente e claro, como foi hoje, se o grupo mencionado ainda estivesse no auge de seu prestígio.

➤ **Jorge Oliveira FB 9 JUL : “PRESTIGIADO”**

Moro está igual aquele técnico de futebol que o cartola diz estar “prestigiado” mas não o quer mais no seu time. Bolsonaro, que conhece bem as regras do jogo, vai começar a fritá-lo por um motivo muito simples: oito meses depois o ministro continua com mais popularidade do que o capitão, mesmo abalado pelo desgaste dos diálogos entre ele e o Dallagnol revelados pelo Intercept. Bolsonaro, que já manifestou desejo de reeleição, não pretende manter ao seu lado o principal adversário de 2022. Como já usou a grife do ex-juiz para formar a equipe de governo - medíocre, mas que sobrevive - tenta agora tirar Moro de cena, o concorrente mais visível para atrapalhar a sua escalada à reeleição. Se sair vitimizado do governo, Moro cresce ainda mais na opinião pública. Há uma regra elementar no meio político: ninguém dá asa a cobra.

➤ **Angelina Peralva FB 27 AGO**

“O fogo se alastrou queimando cercas e ameaçando atingir as moradias. Todos que estavam em suas casas nas vilas ao redor da BR naquele dia

avistaram esses homens de capacete ateando fogo. O crime foi realizado também no município vizinho de Altamira, recordista de desmatamento e queimadas do Brasil neste ano, e se estendeu até ao Distrito de Cachoeira da Serra.”

PARTE I – Contexto

1. Marco Antonio Pires de Oliveira: FB 14 de agosto

O que é a sociedade do espetáculo?

O trabalho reveste a mercadoria de vida - a vida humana consumida no próprio trabalho.

Diante disso, nós os vivos, que buscamos a mercadoria universal na remuneração do trabalho - o dinheiro - cedemos ao fetiche da mercadoria, das coisas fabricadas.

Assim, o mundo da mercadoria comanda os humanos. Esse é o espetáculo do qual nos tornamos expectadores.

Quando finalmente o capitalismo se torna preementemente financeiro e o dinheiro começa a criar dinheiro o ciclo de controle de fecho e a busca incessante por dinheiro, expressão mais perfeita da ilusão de liberdade passa a dominar e escravizar os homens.

2. A crise sistémica do capitalismo mundial



O estímulo à formação de bolhas dos preços dos activos é a alternativa que resta ao capitalismo na sua fase neoliberal.

por Prabhat Patnaik [\[*\]](#)

A marca registada de uma crise sistémica, distinta de uma crise cíclica ou esporádica do capitalismo, é que todo esforço para resolver a crise *dentro dos limites vastos do sistema*, definido em termos da sua configuração de classe predominante, apenas agrava a crise. É neste sentido que o capitalismo neoliberal entrou agora numa crise sistémica. Esta não pode ser resolvida por meros remendos; e as tentativas de ir além de meros remendos – como por exemplo com a introdução do protecçãoismo sem transcender a estrutura ampla da globalização neoliberal, ou seja, sem superar a hegemonia do capital financeiro internacional, que é a força motriz por trás desta globalização, tal como Trump está a fazer nos EUA – só agravará a crise.

Os sintomas da crise são bem conhecidos. A crise de 2008 foi seguida pela busca de uma "política de dinheiro barato"

nos EUA e alhures, de modo que as taxas de juros foram deitadas abaixo, até quase zero. Isso mal conseguiu fornecer algum espaço temporário de respiração ao capitalismo mundial. Mas agora, mais uma vez, ele está confrontado com uma recessão iminente. Nos EUA, o investimento das empresas está em declínio e a produção industrial em Julho foi 0,2 por cento mais baixa do que no mês anterior. A economia britânica contraiu-se durante o segundo trimestre deste ano, assim como a da Alemanha. O quadro é praticamente o mesmo por toda a parte, tal como na Itália, Brasil, México, Argentina e Índia. Até mesmo a China está a testemunhar uma desaceleração da sua taxa de crescimento em consequência da recessão mundial.

A resposta dos decisores políticos em toda a parte a esta recessão emergente é propor mais uma vez um corte nas taxas de juros. O Banco Central Europeu, que já empurrou a sua taxa de juros chave para a região negativa, está a planear reduzi-la ainda mais. Na Índia, as taxas de juros já foram cortadas. A ideia por trás destes cortes nas taxas de juros não é tanto que taxas mais baixas causem maiores investimentos. É, em vez disso, que taxas mais baixas provoquem "bolhas" no preço dos activos – as quais promoveriam a procura agregada por meio de maiores gastos por parte daqueles que se sentem mais ricos devido às "bolhas" de tais preços de activos.

Seria preciso esclarecer porque esta tinha de ser a resposta típica de decisores políticos por toda a parte. No período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial, ou seja, antes do aproximar da globalização neoliberal, os gastos do governo podiam ser aumentados a fim de promover a procura agregada sempre que houvesse uma ameaça de recessão. Os governos podiam elevar os défices orçamentais, se necessário, uma vez que os controles de

capital estavam em vigor e não havia o perigo de fugas de capitais caso houvesse aumentos do défice orçamental.

Este fora o mundo visualizado por John Maynard Keynes, o famoso economista que foi um dos arquitectos da ordem económica capitalista do pós-guerra. Ele se opusera à internacionalização das finanças ("as finanças, acima de tudo, devem ser nacionais", disse ele), com a justificativa de que tal internacionalização minava a capacidade do Estado-nação de aumentar o emprego tornando-o um prisioneiro da finança, a qual sempre se opunha a maiores gastos governamentais para esta finalidade. Como defensor do sistema capitalista, Keynes temia que, a menos que o Estado-nação pudesse aumentar suficientemente o emprego, o capitalismo não pudesse sobreviver à ameaça socialista.

Mas com maciças acumulações financeiras nos bancos metropolitanos, por causa dos contínuos grandes défices em conta corrente na balança de pagamentos dos EUA durante este período, e também, numa data posterior, por causa dos grandes depósitos de receitas ganhas pelos produtores da OPEP com as altas dos preços do petróleo na década de 1970, houve uma enorme pressão do capital financeiro em favor de um levantamento dos controles de capitais. Ele queria que todo o globo fosse aberto para que as finanças se movimentassem à vontade e, em última análise, isso aconteceu. A hegemonia do capital financeiro *internacional* foi então estabelecida, o que também significou uma retirada do Estado-nação de seu papel de manutenção do nível de emprego através da intervenção orçamental. *O único modo de promover a procura agregada sob o regime do capitalismo neoliberal que continuou a existir foi portanto através do estímulo a "bolhas" de preços de activos;* e a política de taxa de juros foi utilizada para este propósito.

Mas, ao contrário das despesas do governo, que podem ser reguladas à vontade, não se pode fazer aparecer uma "bolha" à vontade. Por algum tempo, nos anos noventa (a "bolha das dot.com" nos Estados Unidos) e nos primeiros anos deste século (a "bolha habitacional" nos EUA), este modo de estimular a procura agregada pareceu funcionar. Mas o colapso da "bolha" habitacional tornou as pessoas cautelosas e nenhuma nova "bolha" de magnitude semelhante apareceu, apesar de as taxas de juros serem reduzidas a zero.

Entretanto, há outro factor que actua poderosamente para reduzir a procura agregada dentro de cada país e no mundo como um todo; e este é o aumento da fatia do excedente na produção total. A globalização significou acima de tudo a livre circulação do capital, incluindo o financeiro, através das fronteiras, e isto resultou na realocização de um certo número de actividades das metrópoles de altos salários para os países de terceiro mundo com baixos salários *a fim de atender à procura global*. Ao tornar os trabalhadores dos países avançados sujeitos à competição dos trabalhadores do terceiro mundo, isto tendeu a diminuir os salários dos primeiros. Ao mesmo tempo, os salários destes últimos continuam a permanecer num nível de subsistência nulo, porque as reservas de mão-de-obra do terceiro mundo não se esgotam apesar de tal realocização. O vector das taxas salariais em todo o mundo portanto não aumenta, mesmo quando o vector das produtividades do trabalho por todo o mundo aumenta. Esta é a razão para o aumento da fatia do excedente dentro de cada país e no mundo como um todo.

Este aumento na participação do excedente cria uma tendência à superprodução, porque o consumo por unidade de rendimento é muito maior entre os assalariados do que

entre os que recebem os excedentes. Esta tendência poderia ter sido compensada por um aumento nos gastos governamentais dentro de cada país. Mas, como isso não é mais possível, a única tendência contrabalançadora que é possível contra essa tendência rumo à superprodução é a formação de bolhas de preços de activos. Na ausência de tais bolhas, a tendência rumo a superprodução opera com força total, que é o que estamos hoje a assistir.

Como o instrumento convencional de reduzir taxas de juros não funciona em tal situação, e como os gastos do governo não podem ser aumentados para compensar a deficiência da procura agregada, os EUA sob Donald Trump tem tentado superar sua própria crise exportando-a para outros países, especialmente a China, através da adopção de medidas proteccionistas. Sobre toda uma gama de importações da China ele impôs tarifas de 25% e isto, por sua vez, levou a uma retaliação da China através da imposição de uma tarifa de 25% sobre um conjunto de importações dos EUA.

Esta guerra comercial, iniciada pelos EUA como forma de se livrar da crise, agora está a acentuar a crise da economia global, porque ela mina qualquer pequeno incentivo para investir entre os capitalistas do mundo. Longe de estimular uma nova bolha de preços de activos, o que era a intenção original por trás da redução das taxas de juros, ela tem como efeito provocar um colapso nos mercados de acções por todo o mundo. A Wall Street, por exemplo, testemunhou a maior queda do ano no dia 14 de Agosto; e em reacção mercados de todo o mundo também registaram quedas.

Se os gastos do governo pudessem ser aumentados dentro de cada país, então a necessidade de tais políticas de "mendigar teu vizinho" ("*beggar-thy-neighbour*") não

surgiria. Mesmo que se recorra a algum proteccionismo para assegurar que o aumento da procura causado pelos gastos do governo não "vazasse" para o exterior, isso não precisaria levar a qualquer redução nas importações de outros países uma vez que o próprio mercado estaria a crescer. Mas, na ausência de um aumento de despesas governamentais, às quais o capital financeiro internacional se opõe (razão porque a maior parte dos países aprovou leis que restringem a dimensão do défice orçamental), as políticas de empobrecer o teu vizinho permanecem como uma das poucas opções possíveis para um país. *Isto, contudo, piora a crise para todos.*

Isto é precisamente a marca registada de uma crise sistémica. Na medida em que a hegemonia do capital financeiro internacional continuar, e em que países permanecem presos no turbilhão de fluxos financeiros globais, não só a crise continuará como todo o esforço para ultrapassá-la, através de quaisquer meios disponíveis dentro do sistema, só agravará a crise. Ultrapassar a hegemonia do capital financeiro internacional exige, contudo, que dentro de cada país o povo trabalhador seja mobilizado em torno de uma agenda alternativa.

25/Agosto/2019

[*] Economista, indiano, ver [Wikipedia](#)

O original encontra-se em peoplesdemocracy.in/2019/0825_pd/systemic-crisis-world-capitalism

Tradução de JF.

Este artigo encontra-se em <http://resistir.info/>

3. Renato Janine Ribeiro – O século XXI TEM TUDO PARA SER CHINÊS –FB,22

Estive na China uns anos atrás. O que mais me chamou a atenção é o nacionalismo deles. Não esqueçam que a China tinha o maior PIB do mundo até 1800 e pouco. Ela e a Índia, no século XVIII, eram enormes economias. Foram destruídas pelos ingleses e outros demônios, na maioria, brancos (o

Japão colaborou nisso). A China tem um senso fortíssimo de sua história e de sua riqueza cultural. Ao mesmo tempo, é muito paciente. Kissinger conta que Mao Tsetung lhe disse que podia esperar cem anos para Taiwan voltar à China. Agora, a linha a não cruzar é negar que tal ou qual parte da China, ainda que hoje independente de fato (Taiwan) ou altamente autônoma (Hong Kong, Macau) ou desocupada (ilhas perdidas no oceano), pertençam à China. Reitero: a China topa qualquer negócio sobre essas regiões. Aceitará modelos econômicos distintos, liberdade de expressão, joint venture com outros países. O que não aceita é que declarem que não são China.

Esse é o risco enorme. Se HK ou Taiwan declararem independência ou algo do gênero, vem bomba (no sentido figurado, pelo menos). É claro que muitos, na China, não suportam mais a ditadura que se diz comunista. Querem democracia e liberdade política (a economia virou capitalista faz tempo). Mas nas horas cruciais o regime joga a carta nacionalista, e ela tem de ser compreendida - e respeitada. E entendam: a economia chinesa hoje disputa o 1.o lugar coma dos EUA. O século XXI tem tudo para ser chinês. Ninguém brinque com isso

4. Portugal, um alvo estratégico da extrema-direita (por Boaventura de Sousa Santos)

Publicado em: agosto 11, 2019 -

<https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2019/08/portugal-um-alvo-estrategico-da-extrema-direita-por-boaventura-de-sousa-santos/>

Apresentação: Tarso Genro

Boaventura de Souza Santos – intelectual do mundo, professor e pensador militante da democracia social- é um dos grandes quadros renovadores do pensamento de esquerda na Europa e na América. Tenho com ele, na minha formação teórica e como gestor político, uma dívida impagável por todas as boas reflexões que a sua obra e as nossas demoradas conversas – epistolares e pessoais – me suscitaram. As debilidades destas reflexões, porém, não são aprendizado dos seus textos e palavras, mas se originam de outros “dnas”, social e politicamente adquiridos.

Este texto de Boaventura, que apresento com sua permissão, tem a qualidade de um 18 Brumário sintético, que mostra Portugal sob as ameaças daquilo que sofremos aqui no Brasil, do que o Uruguai começa a sofrer e a Argentina está a sofrer: a subversão “de fora”, dos oligopólios da comunicação, dos credores “banqueiros” da dívida pública, bem como dos núcleos da extrema direita. fascista – estes originários das classes médias “altas”- em conjunto com os deserdados dos setores populares, manipuláveis pela informação maquiada dos [oligopólios.de](https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2019/08/portugal-um-alvo-estrategico-da-extrema-direita-por-boaventura-de-sousa-santos/) comunicação.

O objetivo desta subversão é acabar com o mínimo de autenticidade democrática do liberalismo político, sucatear as funções públicas do estado e erigir os Bancos Centrais em guardiões de “valores” da acumulação rentista: enquanto as normas dos direitos fundamentais seriam os “banco de valores” do iluminismo democrático, os bancos centrais de todo o mundo seriam os guardiões do valor-dinheiro, acumulado pelos ricos em tempos normais e de crise.

A invencionice do “marxismo cultural” só pôde vingar aqui no país – depois da quebra do sistema soviético – quando uma parte das classes populares se tornou avessa aos valores iluminismo democrático. Essa é a subversão de fundo que enfrenta a nossa geração, que assusta o mundo – sobre o qual Boaventura sempre refletiu – e que agora avança na velha Europa de 1789, 1848, 1871. A mesma Europa que recebeu e repeliu toda a fúria do fascismo e todo o ódio racial, que a deixou em carne viva e exposta por quase 70 anos. Este texto é um primor de análise e chamamento à unidade contra a indignidade do fascismo.

Portugal, um alvo estratégico da extrema-direita

Boaventura de Sousa Santos (*)

Vários acontecimentos recentes têm vindo a revelar sinais cada vez mais perturbadores de que o internacionalismo de extrema-direita está a transformar Portugal num alvo estratégico. Entre eles, saliento a tentativa recente de alguns intelectuais de jogar a cartada do ódio racial para testar as divisões da direita e da esquerda e assim influenciar a agenda política, a reunião internacional de partidos de extrema direita em Lisboa e a simultânea greve do recém-criado sindicato nacional de motoristas de matérias perigosas.

Várias razões militam a esse respeito. Portugal é o único país da Europa com um governo de esquerda numa legislatura completa e em que se aproxima um processo eleitoral, e é o único onde não tem presença parlamentar nenhum partido de extrema-direita. Será Portugal assim tão importante para merecer esta atenção estratégica? É importante, sim, porque, da perspectiva da extrema-direita internacional, Portugal representa o elo fraco por onde ela pode atacar a União Europeia. O objetivo central é, pois, destruir a União Europeia e fazer com que a Europa regresse a um continente de estados rivais onde os nacionalismos podem florescer e as exclusões socio-raciais podem ser mais facilmente manipuláveis no plano político.

Para a extrema-direita internacional, a direita tradicional desempenha um papel muito limitado neste objetivo até porque ela foi durante muito tempo a força motora da União Europeia. Daí que seja tratada com relativo desprezo, pelo menos até se aproximar, pelo seu próprio esvaziamento ideológico, da extrema direita, tal como

está a acontecer na Espanha. As forças de esquerda, ao contrário, são forças a neutralizar. Para a extrema-direita, as esquerdas ter-se-ão dado conta de que a UE, com todas as suas limitações, que durante muito tempo foram razão suficiente para algumas dessas esquerdas serem anti-europeístas, é hoje uma força de resistência contra a onda reacionária que avassala o mundo.

Não se pode esperar da UE muito mais do que a defesa da democracia liberal, mas esta corre mais riscos de morrer democraticamente sem a UE do que com a UE. E as esquerdas sabem por experiência que serão as primeiras vítimas de qualquer regime autoritário. Talvez se lembrem de que as diferenças entre elas sempre pareceram mais importantes quando vistas do interior das forças de esquerda do que quando vistas pelos seus adversários. Por mais que socialistas e comunistas se digladiassem no período pós-primeira guerra, Hitler, quando chegou ao poder, não viu entre eles diferenças que merecessem diferente tratamento. Liquidou-os a todos.

Não é relevante saber se é isto o que as esquerdas pensam. É isto o que a extrema-direita pensa sobre as esquerdas, e é nessa base que se move. Quem a move? Movem-na forças nacionais e internacionais. São várias e com objetivos que só parcialmente se sobrepõem. Para surpresa de alguns, a política internacional dos EUA é uma delas. Os EUA são hoje um defensor muito condicional da democracia, pois só a defendem na medida em que ela é funcional aos interesses das empresas multinacionais norte-americanas. A razão principal é a rivalidade entre os EUA e China que está a condicionar profundamente a política internacional. O confronto entre dois impérios, um decadente e outro ascendente, exige o alinhamento incondicional dos países aliados de cada um deles ou na sua zona de influência.

A Europa fragmentada será um conjunto de países ou facilmente pressionáveis ou irrelevantes (a Alemanha é o único que exige atenção especial). Mais do que nunca, são os interesses económicos que dominam a diplomacia. Assim, segundo a BBC de 9 de agosto, os tweets em chinês do Presidente Trump têm mais de 100.000 seguidores entre os dissidentes chineses que consideram o presidente norte-americano um defensor dos direitos humanos. E certamente o será no contexto da China e porque isso serve os interesses da guerra com a China. Não é por acaso que a China está a culpar os EUA pela onda de protestos em Hong-Kong. Mas Trump já não é credivelmente um defensor dos direitos humanos ante os venezuelanos sujeitos a um embargo cruel e devastador que a própria ONU considera uma violação grosseira dos direitos humanos.

A extrema direita conta com três instrumentos fundamentais: aproveitamento da contestação social contra medidas de governos considerados hostis, exploração

de idiotas úteis, e, no caso de governos mais à esquerda, maximização das dificuldades de governação decorrentes das coligações existentes. Do primeiro caso, talvez sirva de ilustração a greve do sindicato de motoristas de matérias perigosas. Este tipo de greve pode ter efeitos tão graves que desmoralizem qualquer governo. Tradicionalmente os sindicatos sabem disso, negociam forte e ao mesmo tempo sabem até onde podem ir para não pôr em causa interesses vitais dos cidadãos. Não é isto o que tem ocorrido com este sindicato. É altamente suspeita a linguagem radicalizadora do vice-presidente do sindicato (“deixou de ser um direito laboral para ser uma questão de honra”), uma personagem aparentemente arvorada em anjo protetor de sindicalistas descontentes.

A história nunca se repete mas obriga-nos a pensar. O governo democrático socialista de Salvador Allende, hostilizado pelas elites locais e pelos EUA, sofreu a sua crise final depois das greves de sindicatos de motoristas de combustíveis, precisamente devido à paralisação do país e à imagem de ingovernabilidade que refletia. Soube-se anos depois que a CIA norte-americana tinha estado bastante ativa por detrás das greves.

Os idiotas úteis são aqueles que, com as melhores intenções, jogam o jogo da extrema-direita, embora nada tenham a ver com ela. Cito dois. Quando foi da primeira greve do sindicato referido, alguns ingênuos sociólogos apressaram-se a dissertar sobre o novo tipo de sindicalismo não ideológico, exclusivamente centrado nos interesses dos trabalhadores. O contraste implícito era com a CGTP, essa sim considerada ideológica e ao serviço de obscuros interesses anti-democráticos. Se lessem um pouco mais sobre os movimentos sindicais do passado, saberiam que, em muitos contextos, a proclamação da ausência de ideologia política foi a melhor arma para introduzir a ideologia política contrária. Mas os idiotas úteis podem sair donde menos se espera. Um sindicalista que até há pouco muito admirei, Mário Nogueira, comportou-se a certa altura como idiota útil ao transformar as reivindicações dos professores motivo legítimo para fazer demitir o governo de esquerda apoiado pelo partido a que pertence. Este radicalismo, que confunde a árvore com a floresta, serve objetivamente os interesses desestabilizadores da extrema direita.

Finalmente, a extrema-direita sabe aproveitar-se de todas as divisões entre as forças de esquerda, sabe ampliá-las e sabe usar as redes sociais para criar duas ilusões a partir de meias verdades. A primeira é que a maioria dos militantes e de anteriores dirigentes do Partido Socialista são de opinião que o PS sempre se deu melhor com alianças com a direita (o que é falso), não gosta do radicalismo de esquerda (que nunca definem) e que, de todo o modo, livres das esquerdas à sua esquerda, facilmente terão maioria absoluta (o que é improvável). A segunda é que recíprocas fraturas existem nos outros partidos de esquerda, ansiosos por

regressar aos seus cantos de oposição e cansados de fazer concessões (o que em parte é verdade).

As forças de esquerda em Portugal têm vindo a dar testemunho de um notável bom senso que dificulta as manobras da extrema-direita. Se seguirão neste caminho ou se se renderão às pressões internas e externas é uma questão em aberto.

(*) *Sociólogo, diretor do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.*

5. Para a melancolia de esquerda, superar é tudo

ENZO TRAVERSO ANALISA A ASCENSÃO E QUEDA DAS UTOPIAS DE ESQUERDA DURANTE O SÉCULO XX. COM UM OLHAR QUE FOGE DA NOSTALGIA, CENTRA-SE NÃO NO QUE FRACASSOU, E SIM NOS IDEAIS QUE CONTINUAM VIGENTES.

📷Comemoração da queda do Muro de Berlim em uma estrada da Baviera (Alemanha Ocidental), em 1989. SVEN CREUTZMANN (MAMBO PHOTO / GETTY IMAGES)

MANUEL CRUZ

03 AGO 2019 - 21:40 WEST

MAIS INFORMAÇÕES

- **Socialismo ‘millennial’ nos EUA** 📷
- **Por que devemos recordar os anos da República de Weimar** 📷

Se concordarmos em entender a melancolia, conforme se aceita habitualmente, como a saudade daquilo que poderia ter sido e não foi, alguém poderia imaginar que já a partir do título se anuncia ao leitor desse livro o conteúdo que ele encontrará em suas páginas.

Mas só em parte é assim. De fato, este *Melancolia de Esquerda* vem tutelado pela constatação de um fracasso, que deixou indelevelmente marcado o século XX, século definido, a aceitar a contabilidade de Hobsbawm, pela ascensão e queda do mais poderoso projeto emancipador que a história da humanidade já conheceu. Obviamente, o desenlace deste estende sua sombra com efeitos retroativos sobre o projeto inteiro. Não há nada de estranho nisso. O “onde fomos parar” não é algo suscetível de ser evitado, nem, menos ainda, negado (principalmente quando se faz com argumentos tão peregrinos como o de que esse fracasso não existiu, porque na verdade o projeto em questão não chegou a se materializar em parte alguma, traído por todos os que falavam em seu nome).

Pois bem, não é recomendado se limitar a constatar o desenlace, sem dele extrair as lições pertinentes ou, se preferir, sem se dar ao trabalho de interpretá-lo. É certo que não são poucos os que, por oportunismo intelectual

ou por simples preguiça, evitam a inescapável reflexão crítica não só sobre os rumos de tal projeto emancipador em geral, mas também sobre as causas profundas de seu fracasso, substituindo ambas as tarefas pela mera certificação, mais ou menos dolorida, do que terminou por ocorrer.

Felizmente para os leitores, Enzo Traverso — um dos pensadores atuais que com maior lucidez e solvência analisaram a história recente da Europa — não se inclui nesse grupo. Já de saída ele deixa claro que seu livro fala da melancolia, mas não é de modo algum uma obra nostálgica. Não se trata de ter saudades do passado, prática em que alguns se demoram não tanto porque aqueles tempos fossem efetivamente dignos de saudosismo, mas porque eles então eram mais jovens, e lhes agrada pensar que tinham tudo por fazer, e que nem de errar tiveram tempo. Trata-se, a bem da verdade, de ter saudade daquele outro passado que não aconteceu, a oportunidade que se deixou passar, a possibilidade que não se materializou ou talvez, simplesmente, o sonho que seus protagonistas não se atreveram a encarar.

Seria um grave erro pensar que a diferença entre ambos os olhares é unicamente de matiz. Na verdade, a diferença é radical e afeta a importância e localização que cada um deles confere ao passado e, conseqüentemente, à memória. Porque, enquanto para os nostálgicos o passado é um lugar onde morar, para os melancólicos constitui o lugar de onde escapar, a alavanca para se projetar, pela experiência, para o futuro. Esta colocação permite também afugentar o temor de quem, como Wendy Brown, considera que a melancolia da esquerda pode terminar representando uma tendência conservadora que impeça os sujeitos de encontrarem um novo “espírito crítico e visionário”.

Convém destacar que a esquerda de cuja melancolia se ocupa este livro fica definida em termos ontológicos e abrange os movimentos que lutaram por mudar o mundo com o princípio de igualdade no centro de seu programa, embora o marxismo, claro, ocupe em suas páginas um lugar destacado, na medida em que foi a expressão dominante da maioria dos movimentos revolucionários do século XX. Em todo caso, foi o conjunto dessa esquerda que se viu derrotado em 1989, quando o Muro de Berlim veio abaixo e, com ele, a promessa de uma sociedade sem classes (embora uma parte dessa mesma esquerda, incapaz de perceber o alcance do que estava se dando, não fosse consciente num primeiro momento de que o desmoronamento também lhe afetava).

E podemos afirmar isso tão rotundamente porque o efeito fundamental provocado por essa derrota já sinalizava os acontecimentos que viriam a partir daí. Esse efeito bem poderia ser formulado assim: o capitalismo ficou sozinho. O que implicava por sua vez que tinha sido transformado definitivamente em um modo de produção de vida. E, embora seja verdade que a tendência de mercantilização de todos os aspectos da realidade já tinha sido apontada em seu momento por, entre outros, Karl R. Polanyi, essa tendência se tornou praticamente incontrolável e hegemônica a partir do momento em que sua alternativa, o socialismo real, foi derrotada.

O capitalismo colonizou o presente, e impõe-se procurar chaves em um passado que estávamos a ponto de esquecer

Que longe ficam, apesar de não estarem tão distantes (são só do começo dos anos oitenta do século passado, tampouco é tanto), aquelas palavras de Habermas, de difusas ressonâncias husserlianas, nas quais ainda parecia subjazer o convencimento otimista de que, embora o capitalismo fosse ganhando a batalha, ainda restavam territórios a salvo, âmbitos de experiência nos quais se refugiar. Refiro à sua afirmação de que as utopias tinham emigrado “do mundo do trabalho para o mundo da vida”.

Definitivamente, já não estamos mais lá, nada mais está fora da lógica e do raio de ação do nosso modo de produção, incluídas as supostas dimensões mais íntimas do ser humano. Mas justamente porque o capitalismo desertificou o presente (ou o colonizou por completo, se preferem seguir formulando-o à maneira de Husserl) e desapareceram as utopias de nosso horizonte, impõe-se procurar em um passado que estávamos a ponto de esquecer as chaves que nos deem condições de enfrentar esta situação. Ou, o que deve ser quase o mesmo, que nos proporcionem o impulso de que precisamos para começar a sair dela.

A proposta de Traverso afunda suas raízes na melhor herança frankfurtiana (Benjamin e Adorno fundamentalmente) e é clara a este respeito: a melancolia não se opõe à memória, apenas à má memória; isto é, àquela que, para citar um exemplo esclarecedor, sob o pretexto de rememorar incessantemente as vítimas, esquece de forma sistemática os ideais pelos quais elas se sacrificaram. Está bem recordarmos a dor e o sofrimento que padeceram, mas talvez seja ainda melhor recordarmos suas esperanças, suas lutas, suas vitórias e suas derrotas. Agora que penso nisso, talvez seja a mais bela maneira de honrá-las.

Melancolia de esquerda – Marxismo, História e Memória. Tradução de André Bezamat. Editora Âyiné, 2018. 495 páginas. R\$ 64,72.

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/19/cultura/1563554946_099591.html

6. Uma Breve História da Banca - O Início

Pedro Pinho -

"A denominada financeirização caracteriza-se como um novo regime de acumulação, uma nova fase do capitalismo, pós 1970, marcada pelo controle da economia pelas finanças, sobrepujando a produção e o comércio, que passam a estar controlados pela lógica do capital financeiro, cada vez mais autônomo das determinações produtivas reais" (Ranulfo Vidigal, A Barbárie Nos Espreita, Opinião, Monitor Mercantil, 05/06/2019).

Abertura

Uma questão já ocorreu certamente a meus argutos leitores. Por que dois brilhantes generais, líderes populares, vencedores de

batalhas que libertaram seus povos da sujeição a potências estrangeiras, não tiveram, eles e seus países, o mesmo destino?

Refiro-me, como é óbvio, a George Washington (1732-1799) e a Simón Bolívar (1783-1830).

Resposta: pelas opções econômicas.

As 13 Colônias, ainda que abrangessem área inferior a da metade libertada por Bolívar (Capitania Geral da Venezuela, Vice-Reino da Nova Granada e Vice-Reino do Peru), cerca de dois milhões de quilômetros quadrados contra quatro milhões e setecentos mil km², mantiveram-se unidas, coesas. As áreas libertadas por Bolívar estilhaçaram-se em seis países: Bolívia, Colômbia, Equador, Panamá, Peru e Venezuela. E das Treze Colônias surgiram os ricos Estados Unidos da América (EUA). Daquela América de Bolívar, apenas países subdesenvolvidos.

A decisão da Washington foi seguir a orientação de Alexandre Hamilton (1757-1804) e Thomas Paine (1737-1879). Esta seria denominada, hoje, industrial desenvolvimentista ou das "finanças funcionais".

Bolívar seguiu seu vice-presidente Francisco de Paula Santander (1792-1840), que fora influenciado pelo político inglês, defensor do monetarismo das "finanças saudáveis", George Canning (1770-1827), o mesmo que procurou dissuadir Dom João VI de criar o Banco do Brasil.

Santander considerava fundamental eliminar o déficit público, manter superávit fiscal mesmo ao custo de permanente imobilismo e da recessão. Endividou a Grã Colômbia em 4 milhões de libras esterlinas, tomadas aos banqueiros B.A. Goldschmidt & Co. para zerar o déficit orçamentário. Um verdadeiro serviçal da banca, *avant la lettre* (apud Indalecio Lievano Aguirre, *Bolívar*, Editorial Oveja Negra, Bogotá, 1987, 6ª edição).

Origem

Poderia tomar vários momentos para o início da ação da banca, como sinteticamente trato o poder das finanças. Pois, ao longo dos séculos, a finança se aproveitou e atuou conforme a economia e a sociedade lhe facilitaram, ou seja, vestiu várias máscaras.

Como um poder em permanente disputa pela dominação, a banca usou a arma da dívida, mas nunca se fiou exclusivamente nela.

Buscou dominar o poder político, em qualquer de suas representações, o poder psicossocial, na contemporaneidade o controle de todas as mídias, e trazer, pela fraude ou pelo engodo, todas demais expressões do poder para agir em seu proveito.

A banca objetiva transformar qualquer receita - salário, aluguel, lucro, tributo - em ganho financeiro. E promover a permanente concentração de renda.

O século XVII é por mim entendido como início do primeiro empoderamento da banca, que termina no primeiro quinto do século XX.

Na Inglaterra, os Stuart foram combatidos por Cromwell, os católicos pelos anglicanos, surgidos da rebeldia de Henrique VIII no século XVI, e as moedas tinham seu curso dificultado pela variação do valor de face, onde o preço do ouro, da prata e do cobre, além da cunhagem das ligas geravam permanentes disputas.

A aristocracia tradicional, latifundiária, passou a conviver com uma nova nobreza - o gentry - surgida da venda de terras da Igreja Católica aos ricos burgueses, após a Reforma Anglicana (1534). Tínhamos do lado da nobreza as receitas fundiárias, mercantis e financeiras.

Na Holanda, o período compreendido entre 1584 e 1702 é denominado "Idade de Ouro Neerlandesa".

Lembremos que os Países Baixos iniciaram, em 1568, a luta pela emancipação contra Felipe II, da Espanha. Não se trata de narrar a "Guerra dos Oitenta Anos", mas de ali fixar a banca com a criação, em 1602, da Companhia Neerlandesa das Índias Orientais, como a Inglaterra criara, dois anos antes (31/12/1600), a Companhia Inglesa das Índias Orientais. E, antes da Inglaterra, a Holanda fundara o Banco de Amsterdã (1609).

Embora mais numerosos e famosos sejam os escritores e os teóricos franceses (Jean Bodin, Montchrétien, Savary, Colbert, Mathias de Saint Jean), a disputa pelo comércio e pelo domínio dos mares dar-se-á entre ingleses e holandeses: 1652/1654, primeira guerra anglo-holandesa; 1665/1667, segunda guerra anglo-holandesa e 1672/1674, a terceira guerra anglo-holandesa.

Como é óbvio, a construção naval ganhou impulso extraordinário neste período, quer pela marinha mercante, quer pela de guerra, para garantir o comércio e combater os concorrentes.

Quem iria financiar a Casa Real - na época os Stuarts, que com outras denominações (hoje Windsor) mantém, até o século XXI, a coroa britânica - senão a aristocracia, tradicional e dos gentries?

Estes barões de terra, que já haviam se unido, em 1215 e 1225, para obrigar João sem Terra e seu filho Henrique II, a garantirem a gestão autônoma dos seus patrimônios, no que é conhecido como as "Magnas Cartas", tinham agora o reforço da nova nobreza. Precisavam definir o mecanismo que garantisse o retorno, com juros, de seus empréstimos ao Rei, para construção das naus inglesas.

Deve-se a criação do Banco da Inglaterra (Governor and Company of the Bank of England) a Charles Montagu, conde de Halifax, como um banco privado, em 1694. Seu representante, Scot William Paterson, assim anunciou sua existência: "o Banco tem direito de cobrar juros sobre qualquer dinheiro que crie do nada" (Nicholas

Hagger, *A História Secreta do Ocidente*, tradução de Carlos Salum e Ana L. Franco, Editora Cultrix, SP, 2010).

Quem eram os acionistas além do conde de Halifax? Ora, caros leitores, os próprios Stuarts/Orange (Guilherme e Mary), 10.000 libras cada - os Windsor seus descendentes ainda estão entre as mais ricas famílias da Terra, como os holandeses Orange -, os Marlborough, Shrewsbury, condes e duques (Carnavon, Oxford, Pembroke, Devonshire) e o filósofo liberal John Locke.

Nicholas Hagger (obra citada) nos informa que a partir de 1751 até sua estatização (entre março de 1946 e maio de 1997) as ações do Banco nunca entraram em quantidades significativas no mercado.

O Banco privado emitia a moeda nacional e fixava seus montantes e taxas de juro. Era o verdadeiro controle da economia do País pelas finanças privadas das aristocráticas famílias.

Estava criada a banca que, por longo tempo, esteve, na Inglaterra e com influência mundial, nas mãos da família judia Rothschild, acionista de primeira hora, pois desde 1664 os judeus foram readmitidos na "pérfida Albion".

"O que poucos conhecem e sabem é que a City (The City), Estado de Londres, é o centro de poder financeiro do mundo e a milha quadrada mais valiosa da Terra – contém o Banco da Inglaterra controlado pelos judeus khazares Rothschild, o Lloyd's de Londres, a Bolsa de Valores de Londres, todos os bancos britânicos, filiais de 385 bancos estrangeiros e 70 bancos dos EUA".
(<https://thoth3126.com.br/city-de-londres-the-crown-controla-e-manipula-o-suprimento-monetario-global/>).

Primeiras Máscaras

Se a banca foi criada pela nobreza inglesa, com apoio dos ricos judeus no ocidente europeu, sua trajetória ocorre com mudança de atores e ações, sem descuidar do empoderamento das finanças. Mas há fios condutores nesta história: a cupidez, a ganância sem limite, o desrespeito, o menoscabo pela pessoa, pela humanidade e a pasteurização, a homogeneização da vida.

David Hume (*História da Inglaterra Da invasão de Júlio César à Revolução de 1688*, edição selecionada e traduzida por Pedro Paulo Pimenta, UNESP, SP, 2014, 2ª edição) afiança que "a predominância dos princípios democráticos (sic) incitou os fidalgos a destinarem seus filhos ao aprendizado da prática do comércio, e desde então essa ocupação tornou-se mais honorável na Inglaterra do que em qualquer outro reino da Europa".

Analisemos esta acertiva.

Os filósofos ingleses, influentes no século XVII, eram aqueles que denominamos contratualistas, ou seja, que os homens faziam um contrato para a convivência social. O mais antigo, Thomas Hobbes (1588-1679), entendia haver uma "renúncia de direitos" ao poder

absoluto do Estado. O acionista John Locke (1632-1704) considerava a transição para o "estado civil" um "consentimento" e não uma renúncia. Era um liberal.

A questão que coloco é a seguinte: por que a nobreza, tradicional ou dos "gentries", buscava ainda participação mais ampla, democrática, acolhendo novos membros na esfera tão duramente conquistada ao longo de quatro séculos? Seria o aprendizado, referido por Humes, um acaso ou uma estratégia da aristocracia das finanças?

Creio que naquelas observações podemos encontrar a razão de não ter se constituído, com a Revolução Industrial, uma nova classe no poder, como ocorreu nos Estados Unidos da América, no que viríamos a denominar "robber barons" (os barões ladrões) que se aproveitaram do Estado e de uma nova economia para constituírem as poderosas famílias: Vanderbilt, Astor, Carnegie, Mellon, entre outras.

Ao fim do século XVIII e início do século XIX, o mundo ocidental conheceu três revoluções: revolução industrial, revolução americana e revolução francesa. A banca precisava se defender destas mudanças e suas consequências.

Da revolução industrial, como vimos, assumindo seu controle. Da revolução americana tirando a lição que aplicaria na Índia e em suas colônias pelo mundo.

Da revolução francesa, pela vitória militar, mas, principalmente, pela nova definição colonial obtida com o Tratado de Viena, em 1815.

Aprofundemos a ação da banca diante destes obstáculos.

Escrevem os historiadores Peter J. Cain e Antony G. Hopkins (*British Imperialism 1688 - 2015*, Routledge, NY, 2016, 3ª edição - tradução livre):

"A aristocracia colocou-se na vanguarda da presença imperial, o patrocínio colonial foi grandemente ampliado, e o Império adquiriu um propósito cristão como instrumento de defesa moral contra o jacobinismo. A autoridade britânica se aprofundou em todas as colônias, reforçaram e fortaleceram a defesa da Grã-Bretanha contra agressores estrangeiros".

"Não mais se perderiam colônias pelo erro", como Lord Thurlow viu o beneplácito às "liberdades políticas" concedidas pela Corte.

"As Índias Ocidentais foram definidas como fornecedoras de algodão, para substituir os EUA, a Índia se tornaria um bastião de valores fundiários e um modelo de melhoria agrária e as instalações nos Estreitos (africanos e asiáticos) deveriam garantir a livre passagem para as exportações resultantes de Bengala e as importações da China".

A ampliação da presença britânica após 1815 não foi vista como um retorno aos padrões anteriores às revoluções mas como a ênfase

no crescimento das finanças e do comércio. Todos os investimentos coloniais significavam o aprisionamento pela dívida.

Especialistas ingleses estavam disponíveis para ajudar nas constituições e regulamentações em todos países; missionários britânicos para salvar almas e modificar crenças bárbaras; e os políticos e diplomatas para ampliar a área de comércio da Inglaterra e implantar o sistema de espionagem mundial que ainda hoje (MI6) dá relevo ao Reino Unido.

E a Inglaterra, a Grã-Bretanha estava sob o poder da banca.

Pedro Augusto Pinho, avô, administrador aposentado

Uma Breve História da Banca - As Transformações Ascensão e Queda

Por todo século XIX, acompanhando a expansão inglesa, a banca dominou a economia. Porém as antigas 13 colônias do norte da América, independentes desde 1783, cresciam, incorporavam novos territórios, pelas armas e pelo dinheiro, e colocavam o Estado para suportar os custos e as perdas da industrialização. Chegavam ao fim do século XIX avançando sobre as colônias asiáticas dos impérios europeus.

Politicamente, a banca estava na Inglaterra (terra mater) entre conservadores e entre liberais, na Câmara dos Comuns.

As estatísticas fornecidas por Cain & Hopkins (obra já citada), as classificações de Ellis Archer Wasson (The English Historical Review, vol. 106, no. 420, jul/1991) e dados obtidos na Wikipedia nos permitem montar o quadro evolutivo da banca e da indústria, na representação política, da segunda metade do século XIX aos momentos que precedem a I Grande Guerra.

Em 1868, apenas com liberais e conservadores, a representação - fundiária e mercantil financeira - da banca totalizava mais da metade da House of Commons, 316 assentos, estando a representação industrial com somente 58 eleitos.

Em 1910, além de liberais e conservadores, majoritários, porém com representantes de partidos irlandeses e trabalhista, os fundiários e financeiros mercantis ainda somavam a maioria com 181 parlamentares, mas a indústria já avançara para 129 membros. A queda da banca não está necessariamente associada ao encolhimento do Império Britânico, mas o acompanha, em grande medida. Os citados historiadores Cain & Hopkins consideram a chamada Crise Baring, de 1890, um ponto de inflexão.

Baring Bros, prestigiosa empresa da City, concedeu o substancial empréstimo de 17 milhões de libras esterlinas à Argentina. Lembro ao caro leitor que a Argentina prosperou, entre o fim do século XIX e início do XX, como informal colônia inglesa, fornecedora de bens primários.

A Argentina não teve como honrar a dívida e este fato, na análise das autoridades inglesas, poderia gerar uma crise internacional de liquidez. A banca que vive das dívidas sofreria seriamente. Revelando os estreitos liames do mundo das finanças, o Banco da Inglaterra garantiu, com a subscrição total da dívida argentina, a solidez do Baring.

Coloco nas palavras dos já citados historiadores ingleses, em tradução livre, sua avaliação:

"As práticas do Banco (da Inglaterra) não eram conspiratórias: seu presidente (governor) realmente acreditava que a melhor maneira de enfrentar a crise era aumentando a força das redes informais que possibilitavam o cavalheiresco controle capitalista do financiamento".

Na passagem dos séculos XIX para XX, ocorreu o "encilhamento" no Brasil. Este fenômeno de especulação financeira na bolsa de valores também eclodiu nos EUA, em Nova Iorque, em colônias inglesas, como a Austrália, e também foi causa do que se passou na Argentina. Estes fatos estão relatados com detalhes em *3 Industrialistas Brasileiros - Mauá-Rui Barbosa-Simonsen*, de Heitor Ferreira Lima (Editora Alfa-Omega, SP, 1976).

Chegada da Banca ao Brasil

A banca desembarca com a família real portuguesa em nosso território. A Inglaterra, suportando Portugal, terá no Brasil, a partir de 1808 e até 1889, uma colônia de segundo nível. Apenas como curiosidade perpassarei as Leis nº 3.396 e 3.397, ambas de 24/11/1888, que, respectivamente, orçam a receita e fixa a despesa do Império Brasileiro, para 1889.

A receita geral do Império somou 147.200.000\$000 e a despesa 153.148.442\$297.

Desta última se conhece que:

- a) a família Imperial onerava o Tesouro, apenas com os gastos pessoais, em 1.091.900\$000;
- b) os senadores custavam 540.000\$000 e os deputados 750.000\$000;
- c) a Marinha gastaria 11.313.619\$125 e o Exército 15.031.706\$173; e
- d) os encargos financeiros (juros, amortizações, comissões e corretagens) somavam 47.504.111\$000 (valores em moeda da época, apud Liberato de Castro Carreira, *História Financeira e*

Orçamentária do Império do Brasil, Senado Federal, MEC, Brasília, 1980, 2 vol.).

Na citada obra de Castro Carreira, constatamos que, em 1885 e 1886, a despesa maior do Império estava na área financeira, sendo mais de quatro vezes a do Exército e mais do que o dobro de toda despesa com as Forças Armadas.

É o inequívoco sinal da precedência da banca no orçamento brasileiro. E, sem surpresa, lemos no financista francês, liberal, Paul Leroy-Beaulieu (1843-1916) elogios à "sabedoria dos homens de Estado" que colocam as despesas financeiras com precedência às da saúde e da educação (P. L-B, *De la colonisation chez les peuples modernes*, Guillaumin, Paris, 1882).

Este predomínio da banca sofre o revés da Revolução de 1930 e do empoderamento industrial com a supremacia estadunidense sobre a inglesa.

No período denominado os 30 gloriosos, onde o mundo conheceu progresso econômico e social - de 1945 a 1975 - a banca não foi parte do poder, mas da oposição.

Reconquista do Poder

A banca usou a especulação e a farsa para conquista do poder. No entanto, até sua nova máscara no século XX, ela usava a dívida como principal arma.

Vejamos, por exemplo, os traçados das ferrovias na Índia e, também, no Brasil. Foram construídas com o objetivo de fazer chegar aos portos os produtos primários para exportação e internalizar os produtos industriais importados. Estas ferrovias foram financiadas pela banca de modo a manter estes países sempre sob seu jugo.

A economia industrial, desenvolvida com maior proficiência pelos Estados Unidos da América (EUA), tem sua expansão na demanda dos produtos. Criação e conquistas de mercado, pesquisas tecnológicas para novos produtos passam a ser os objetivos, substituindo a imposição de dívidas do período da banca.

Surge então, como oposição ao desenvolvimento industrial, o ambientalismo. Colocam a poluição como responsável pela degradação da qualidade do ar, por doenças e, como ameaça máxima, pelo fim do homem na Terra.

Recentes pesquisas antropológicas evidenciam que civilizações da costa oriental do México foram destruídas por acidentes naturais que ocorriam, aproximadamente, a cada seis séculos, após a passagem de El Niño ou La Niña. O volume e velocidade com que surgiam as mega inundações não tinham qualquer relação com a ação humana, inclusive por ocorrerem antes da época cristã. Ver, a propósito, o programa do Discovery Civilization "Civilização Inundada".

A grande fraude que a banca usará, no início da reconquista do poder, está ligada à ecologia.

Tanto que as crises econômico-financeiras que provocará a partir da segunda metade do século XX começam como o que denominaram "crises do petróleo", o poluidor motor da industrialização.

As "crises" foram, na verdade, instrumentos da banca para causar estragos na civilização industrial, retroceder a economia até o ponto em que poderiam administrá-la e, um objetivo que surge aliado à ideologia neoliberal, destruir os Estados Nacionais.

Esta será a nova máscara da banca, a defesa do meio ambiente, do Estado mínimo, e de questões transcorrentes e identitárias que a identifiquem com a liberdade, sendo por isso muito conveniente aliar-se a outra farsa: a ideologia neoliberal.

Sumário das Crises

As crises terão três propósitos, não necessariamente simultâneos, ao longo de suas eclosões: combater a economia industrial, empoderar a moeda escolhida pela banca - o dólar estadunidense (USD) - e promover, inclusive internamente, isto é, dentro do sistema financeiro, a concentração de renda.

Identificamos dois caminhos construídos pela banca. Um de natureza psicossocial que tratará das questões ecológicas, ainda hoje permanentes. Outro de natureza econômica e política, que servirá para as datações que se seguem.

Mas é importante deixar registrado que a banca, usando suas múltiplas máscaras, confundiu a política partidária de tal sorte que conservadores ingleses e socialistas franceses adotavam as mesmas propostas econômicas e sociais.

Governo e oposição, no domínio da banca, não terão mais divergências de conteúdo, ambos atuarão em consonância com os interesses do sistema financeiro internacional. E as mídias tem sido, desde o primeiro momento, o instrumento da vocalização das palavras de ordem e dos interesses rentistas.

1971 - Fim do acordo de Bretton Woods. Alguns analistas atribuem aos gastos excessivos dos EUA no exterior e especialmente com a Guerra do Vietnã. Mas a fixação de um imutável padrão monetário nem mesmo salvou a Inglaterra da derrocada de seu imenso Império. É uma das teorias econômicas que desdenha a realidade da vida e dos interesses sociais. Na sequência, Richard Nixon desvalorizou o USD, aumentou a taxa de juros e criou um cenário para crises. Mas é sempre importante lembrar que o dólar estadunidense passou a ser a "moeda oficial" das transações petroleiras, graças aos acordos dos EUA com países árabes exportadores, em especial a Arábia Saudita.

Para o Brasil, estas crises dos anos 1970 irão desembocar na "crise da dívida", uma das armas da banca para definir a sucessão do Presidente Ernesto Geisel.

1973 - Primeira crise do petróleo. Há duas considerações relevantes sobre 1973.

A mais evidente é a solidez do acordo EUA-OPAEP (Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo). A outra é a viabilização da exploração no Mar do Norte. A aventura petroleira offshore já ocupa extensa literatura. Vou me referir apenas ao que se vincula a esta crise. O preço do petróleo cru, em moeda constante, estava praticamente imutável, igual ou inferior a 1 USD, desde antes da II Grande Guerra. Era consequência do modelo colonial de exportação de matérias primas. Os preços dos derivados, por outro lado, variaram extraordinariamente. Em 1959, descobriu-se gás natural no litoral holandês. E, no ano seguinte, os países do Mar do Norte traçaram entre si as fronteiras para exploração dos recursos naturais. Em 1968, com dois anos de perfurações, foram descobertos sinais de hidrocarbonetos e logo após uma descoberta comercial. Os custos da produção eram muito altos para justificarem a produção aos preços pagos pelas grandes petroleiras (majors). A Guerra do Yom Kippur foi usada para explicar o aumento de US\$ 2,50 para US\$ 11,50, o barril.

1979 - A derrocada do títere estadunidense no Irã, Reza Pahlevi, e a nova República Islâmica, serviram como pretexto para novos aumento que chegaram ao preço nominal de USD 50/barril.

Podemos então concluir que estas crises, dos anos 1970, abriram as portas para o grande feito da banca nos anos 1980: a desregulação das finanças, começando na Inglaterra de Margaret Thatcher, passando pelos EUA de Ronald Reagan e tomando todo mundo, com a simbólica queda do Muro de Berlim (1989) e o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Gosto de definir o ano de 1990 como do surgimento da nova banca. Se a banca fora formada pelos capitais da aristocracia inglesa, e a aqueles vieram se somar às bilionárias famílias estadunidenses, belgas, holandesas, suíças, japonesas e outras ao longo do século XX, agora, com as desregulações, os capitais ilícitos, do narcotráfico, dos contrabandos de armas e órgãos humanos, de toda corrupção internacional, encontraram a porta aberta para lavarem e investirem legalmente os ganhos do crime.

Se a gestão da banca fora dos Rothschild, dos Morgan, Rockefeller, Grosvenor, Walden, Rothermere e outros bilionários, hoje está entregue a executivos (Chief Executive Officers - CEO) que são mais sensíveis aos argumentos marginais. Esta é, entre diversas outras mazelas, uma das razões do aparente desconcerto que frequentemente nos deixa perplexos com decisões da banca. Se houve, em certo momento, uma insegurança internacional que se

poderiam gerar Estados Narcotraficantes, hoje é o mundo que vive sob suas prioridades.

A este respeito temos o fato ocorrido nos EUA, no início de julho de 2019, com a apreensão de navio do JP Morgan, um dos grandes fundos financeiros internacionais, com US\$ 2,78 trilhões em aplicações (agosto de 2018), que carregava 1 bilhão de dólares em cocaína (<https://revistaforum.com.br/global/navio-do-banco-jp-morgan-e-apreendido-com-20-toneladas-de-cocaina-no-valor-de-us-1-bilhao>). Este navio tem capacidade para 10.000 containers.

Passemos a relatar as crises da consolidação do poder da banca.

Crise de 1987 - Em 19 de outubro de 1987, a Bolsa de New York despenca e os ativos são depreciados em 22,6%. Atinge também a Europa e a Ásia. Penso que foi um teste para o mecanismo que transferiria bens públicos para cobrir os déficits especulativos pela via das privatizações. As consequências não cabem neste artigo mas merecem uma cuidadosa análise as falhas e os erros que vem sendo cometidos neste novo gerenciamento voltado unicamente para o lucro. Os casos Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais, poderiam ser incluídos como exemplares.

Crise de 1990 - Da bolha imobiliária japonesa.

Crise de 1992 – Sistema Monetário Europeu

Crise de 1994 – “El Horror de Diciembre” no México

Crise de 1997 – “Crise dos Gigantes Asiáticos”

Crise de 1998 – Finanças da Rússia

Crise de 1999 – Crise da reeleição de FHC

Crise de 2000 – Ponto com ou da Bolha da Internet

Crise de 2001-2002: “A crise argentina”. O Governo não possuía fundos para manter a paridade fixa do peso ante o dólar e, perante a saída de capitais, impôs restrições à retirada de depósitos bancários, uma medida conhecida como Corralito. Em dezembro de 2001, Buenos Aires suspendeu o pagamento da dívida, de quase US\$ 100 bilhões. Em janeiro de 2002, o presidente Eduardo Duhalde se viu obrigado a terminar com a paridade e transformou em pesos os depósitos bancários em dólares. Uma boa lição para o Roberto Campos Neto.

Todas estas crises, de 1990 a 2002, surgiram, na realidade, dos dois únicos objetivos permanentes da banca; sob máscaras diversas foram transferidos ativos públicos e privados em todo mundo para o sistema financeiro e, como óbvio, promovendo concentração de renda.

As crises de 2008 a 2010, tendo como epicentros os EUA e a União Europeia (Grécia, Espanha, Itália), em meu modesto entender, representam o rearranjo interno da banca pela ascendência do capital marginal. Esta nova configuração ainda não se completou o que nos indica o eclodir de uma nova “crise”.

Pedro Augusto Pinho, avô, administrador aposentado

Uma Breve História da Banca - Ações atuais

Operações da Banca

O que é roubar um banco comparado a fundá-lo, se expressou o dramaturgo alemão Bertold Brecht (1898-1956). Longe de defender um crime, vamos refletir sobre a extensão dos males.

Trataremos de duas operações que, não sendo jabuticabas, são máscaras dirigidas para poucos no Brasil que, numa sociedade onde a banca não fosse o poder, seriam consideradas criminosas, lesivas ao patrimônio público e ao privado: operações compromissadas e operações de swap.

Operações Compromissadas

As Operações Compromissadas foram disciplinadas pela Resolução CMN BACEN nº 3339, de 26/01/2006. São assim denominadas as compra (ou venda) de títulos com o compromisso de vendê-los (ou comprá-los), em data futura, anterior ou igual à data de vencimento do título, mediante condições acordadas.

Transcrevo da Resolução os títulos que são comercializáveis: "certificados de depósitos bancários, cédulas de crédito bancário, certificados de cédulas de créditos bancários, letras de câmbio de aceite de instituições financeiras, letras de crédito imobiliário, certificados de recebíveis imobiliários, notas comerciais, debêntures" e muitos títulos lá especificados além de "outros que venham a ser autorizados pelo Banco Central do Brasil".

Meu informado leitor já identificou a presença de derivativos e de muitos títulos sem respaldo em valores reais, mesmo monetários, como os de depósitos bancários. Ou seja, embora sob a alegação, já discutível, de dar liquidez aos bancos, estes podem simplesmente entregar um título emitido unicamente para especulação o qual receberá, além do valor de face, juros que não guardam relação com o rendimento dos títulos utilizados em garantia.

A Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão do Senado Federal, publicou o estudo do consultor legislativo Josué Alfredo Pellegrini ("*As operações compromissadas do Banco Central*", Estudo Especial nº 3, outubro/2017) do qual retiro algumas considerações.

"No Brasil, a política monetária segue o regime de meta para inflação, e o Banco Central deve persegui-la anualmente. O principal instrumento para alcançá-la é a taxa de juros básica da economia, a taxa Selic".

"Em que pese a relevância que as compromissadas assumiram no Brasil, teoricamente há outros instrumentos disponíveis para os bancos centrais executarem a política monetária.

"Um primeiro grupo de instrumentos consiste em intervenções diretas, como controle da taxa de juros e do crédito, as quais não são utilizadas no Brasil". Um segundo grupo congrega as operações dos bancos centrais feitas no mercado monetário, com o intuito de atuar sobre a oferta e a demanda de liquidez. São as operações de mercado aberto (open market), nas quais incluem-se as próprias operações compromissadas e as transações definitivas com títulos públicos (sem compromisso de recompra ou revenda)".

Meu leitor deve saber que o Banco Central do Brasil (Bacen) não age sempre com a maior transparência por meio de leilões, ofertas públicas a todas instituições financeiras.

O Bacen opera também com leilões informais, restritos aos *dealers* (*dealer* designa o intermediário financeiro, que trabalha por conta própria, recebendo uma quantia referente às transações e negócios que efetua - "Google Significados"). Para operações compromissadas o Banco Central têm *dealers* escolhidos como contraparte.

"No Brasil, o Banco Central não pode emitir seus títulos diretamente junto ao mercado desde 2000, por determinação do art. 34 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101, maio de 2000). Também não há previsão legal para depósitos voluntários remunerados no Banco Central (Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, inciso XII). As transações definitivas com títulos públicos são pouco empregadas pela autoridade monetária. Assim, os principais instrumentos utilizados no Brasil são os depósitos compulsórios e, sobretudo, as operações compromissadas".

O Fundo Monetário Internacional (FMI) é, desde 1980, um órgão da banca para impor políticas monetárias restritivas em todo mundo. No caso das operações compromissadas, o FMI as denomina de modo diferente, causando dificuldade para análises comparativas, Mas o consultor Josué Pellegrini adotou formas indiretas para poder realizar as comparações que transcrevo:

"Chama atenção a distância entre o Brasil e os demais países nesse aspecto. A sua carteira correspondia a mais de 24% do PIB, ao final de 2016. O segundo lugar, entre os outros treze países, era ocupado pelas Filipinas, com apenas 3%".

"A propósito da relação com os respectivos governos, além de se diferenciar pelo tamanho da carteira de títulos públicos, o Banco Central é destaque também no lado do passivo. Esse saldo correspondia a 17% do PIB, em 2016, seguido da África do Sul, com 11%, e da Rússia, com 8%.

A importância da relação com o Tesouro Nacional faz com que o Banco Central seja o segundo maior banco dentre os quatorze bancos, com ativo (ou passivo) equivalente a 45% do PIB. Só o

banco central da Tailândia é maior, com 46% do PIB. Depois, seguem-se Malásia (36%), Rússia (35%) e Filipinas (31%). Entretanto, esses quatro países possuem reservas internacionais acima de 28% do PIB, bem mais elevadas que os 19% do Brasil. Neste país, além de reservas elevadas, pesam muito na determinação do tamanho do Banco Central as contas que retratam a relação com o Tesouro Nacional".

"As compromissadas chegaram aos atuais (2017) R\$ 1,16 trilhão (17,9% do PIB), integralmente corrigidas pela SELIC, com vencimento médio em poucos dias úteis, e tratamento apartado da dívida pública federal".

No Monitor Mercantil, em 26/06/2019, a matéria de capa "Operações compromissadas geram rombo de R\$ 745 bilhões" traz entrevista com a Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, analista Maria Lucia Fattorelli, onde ela aponta que "um dos fatores que eleva a dívida pública é a remuneração da sobra de caixa dos bancos, tratada pelo Banco Central, como operação compromissada". Senadores e o Tribunal de Contas da União já cobraram ao Banco Central explicações sobre estas operações, sem sucesso.

Operações de Swap

Vamos tratar agora das operações de swap, que significa permuta, em que se trocam o risco e a rentabilidade das aplicações. Por exemplo, um swap cambial é a troca da variação cambial por juros pós-fixados.

O swap é um derivativo que pode ser usado como seguro ou proteção (hedge) ou como investimento especulativo. A modalidade mais utilizada é do swap cambial.

A Resolução BACEN nº 3568/2008 (artigos a seguir) e as diversas circulares do Bacen que Regulamentam o Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI) definem quem pode operar com moeda estrangeira no Brasil, seus limites e como devem fazer.

"Art. 2º As autorizações para a prática de operações no mercado de câmbio podem ser concedidas pelo Banco Central do Brasil a bancos múltiplos, bancos comerciais, caixas econômicas, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, bancos de câmbio, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários e sociedades corretoras de câmbio.

Art. 8º As pessoas físicas e as pessoas jurídicas podem comprar e vender moeda estrangeira ou realizar transferências internacionais em reais, de qualquer natureza, sem limitação de valor, sendo contraparte na operação agente autorizado a operar no mercado de câmbio, observada a legalidade da transação, tendo como base a

fundamentação econômica e as responsabilidades definidas na respectiva documentação.

§ 1º O disposto no caput compreende as compras e as vendas de moeda estrangeira, por pessoas físicas ou jurídicas, residentes, domiciliadas ou com sede no País, para fins de constituição de disponibilidades no exterior e do seu retorno.

§ 3º Os fundos de investimento podem efetuar transferências do e para o exterior relacionadas às suas aplicações fora do País, obedecida a regulamentação editada pela Comissão de Valores Mobiliários e as regras cambiais editadas pelo Banco Central do Brasil.

§ 4º As transferências financeiras relativas a aplicações no exterior por entidades de previdência complementar devem observar a regulamentação específica.

§ 5º Sem prejuízo do dever de identificação dos clientes de que trata o artigo 18 desta Resolução, nas operações de compra e de venda de moeda estrangeira até US\$3.000,00 (três mil dólares estadunidenses), ou do seu equivalente em outras moedas, é dispensada a apresentação da documentação referente aos negócios jurídicos subjacentes às operações de câmbio"

No artigo "*As operações de swap do BC do Brasil e a institucionalidade do mercado de câmbio*", das professoras do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Daniela Magalhães Prates e Maryse Farhi (Carta Maior, 17/09/2014), lemos:

"No âmbito do mercado à vista, ele resulta na impossibilidade dos agentes residentes e não residentes deterem posições cambiais nesse mercado.

Os únicos agentes que podem assumir essas posições são os bancos que possuem carteira de câmbio. No que se refere aos derivativos cambiais, a não conversibilidade interna da moeda para a maioria dos agentes residentes também é a causa da sua principal especificidade, qual seja, seu caráter non-deliverable, isto é, os ganhos e perdas nas operações com estes instrumentos são liquidados em reais, sem que haja entrega efetiva de dólares (como na maioria dos países). Exatamente em função da sua liquidação em moeda doméstica, no mercado de derivativos não existe limite às posições dos agentes bancários e não bancários (inclusive não residentes)".

Adiante elas escrevem sobre a pressão do FMI (banca) na política brasileira: "uma cláusula do Memorando de Política Econômica, firmado com o FMI, em 8 de março de 1999, determinava que "o Banco Central deixará de intervir no mercado de futuros de câmbio a partir de março de 1999". Em 2002, com reservas de divisas muito baixas, o Banco Central do Brasil (BCB), na gestão de Armínio Fraga, sentiu-se premido a oferecer instrumentos vinculados à taxa

de câmbio que não pressionassem tanto a dívida pública e, sobretudo, a parcela desta indexada ao câmbio. Para tanto, o BCB tinha de lançar mão de derivativos e obteve a autorização do FMI para lançar swaps cambiais à condição que estes estivessem vinculados às LFTs (títulos públicos prefixados de curto prazo). A vinculação com esses títulos mostrou ser um erro de formato do novo instrumento e acabou provocando reações em cadeia nos mercados secundários de juros. Um mês após seu lançamento, o BCB desistiu de vincular swaps cambiais às LFTs e passou a negociar swaps “solteiros”, pelos quais vendia dólares para liquidação futura contra pagamentos em reais atualizados pela taxa Selic, além de manter as colocações dos títulos do Tesouro Nacional indexados ao câmbio (NTN-cambiais)".

Mesmo na linguagem técnica das professoras, é visível a insegurança das autoridades brasileiras, ainda que ideologicamente afins ao neoliberalismo, para encontrarem respostas positivas diante da situação devedora do Brasil.

O que na teoria seria uma operação para manter as taxas cambiais e de juros controlados, transformou-se num instrumento de especulação para os poucos autorizados, como vimos na Resolução BACEN nº 3568/2008.

Concluem assim o artigo citado: "a partir de junho de 2013, quando foi anunciada a redução das injeções de moeda do Federal Reserve, o BCB tem leiloado swaps cambiais. Em nenhuma dessas ocasiões, a utilização de derivativos tem apresentado limites. Como, no Brasil, esses instrumentos não são deliverables, eles prescindem totalmente da existência de reservas em divisas, sendo liquidados por diferença em reais", liberou geral.

Nestes dois exemplos vimos como o dinheiro dos impostos são direcionados para esterilização e lucro pelo sistema financeiro, gerando caos na administração pública, falta de investimentos, e mantendo, em plena recessão, os bancos com lucros extraordinários e a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) batendo recordes sucessivos.

Maria Lucia Fattorelli (*O escândalo da remuneração diária da sobra de caixa*, Monitor Mercantil, 09/07/2019) afirma que o Banco Central destinou das contas públicas ao bancos, nos últimos 10 anos, R\$ 1 trilhão. A Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã, em 23/07/2019, no mesmo Monitor Mercantil (*Juros e amortização, a verdade por trás dos números*), demonstra que, ao contrário do informado pelo Tesouro Nacional (R\$ 279.373.555.249) a efetiva despesa com juros da dívida pública interna foi R\$ 477.468.517.337. Ao que se deve acrescentar a amortização da Dívida Interna Pública no montante de mais do que 786 bilhões de reais.

É o triunfo da banca sobre o Estado Brasileiro.

Pedro Augusto Pinho, avô, administrador aposentado

Uma Breve História da Banca - Fatos e Crítica

Ética da Banca

Vimos a transformação da banca, de um poder financeiro, criado pela propriedade fundiária e pelo comércio, para um poder dominador, com capitais oriundos de crimes, buscando destruir os Estados Nacionais.

Na apresentação do Tratado Jurídico da Moeda e do Câmbio (André Mater, *Traité Juridique de la Monnaie et du Change*, Librairie Dalloz, Paris, 1925), o advogado Mater lamenta que o direito tenha demorado tanto para se interessar pela moeda e cita Montesquieu: "ela é a fonte de quase toda lei civil, pois está na origem das injustiças que tem origem na trapaça".

Sem diminuir a falta de ética, uma característica da banca em todos os tempos, estamos diante de uma situação muito mais grave, onde os próprios rentistas são iludidos pelos agentes do sistema. Só uma grande alienação ou desconhecimento da realidade econômica ou um enorme cinismo pode imaginar ser possível combater a corrupção no país onde a banca fixa as condições da economia.

A situação que descreverei é didática, mas não se afasta um único milímetro da realidade.

Os capitais fluem para as grandes corporações "investidoras". Elas operam com as "privatizações", com enganosas austeridades fiscais, com campanhas para encolher o Estado à única função de provedor da banca, projetos de desburocratização que significam eliminar controles e fiscalizações de suas operações e para a concentração de riqueza que resulta no empobrecimento da quase totalidade das populações.

A coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, auditora fiscal Maria Lucia Fattorelli, denunciou no Monitor Mercantil (20/05/2019) que a crise atual foi fabricada pelo custo da política econômica. No artigo anterior desta série tratei de dois instrumentos de apropriação do dinheiro público pela banca.

Neste vou tratar do esbulho a que você, caro leitor, eu, todos nós estamos sujeitos; as aplicações em fundos financeiros.

Este modelo foi por mim analisado em dois dos maiores fundos existentes. São fundos que tem disponíveis trilhões de dólares estadunidenses, para fabricar crises. Valores iguais a 10 ou 12 PIBs brasileiros.

A disponibilidade para as aplicações guarda relação direta com o volume de dinheiro a ser aplicado.

Exemplificando. Um banco/financeira/operadora tem os fundos identificados pelas letras do alfabeto. O fundo A exige a aplicação mínima de um bilhão de dólares estadunidenses (USD), o B aceita acima de 500 milhões USD, o C apenas os maiores do que 100 milhões USD. Para aplicar no fundo Z não há valor mínimo.

Já sabemos que as crises são instrumentos da banca. A princípio para destruir o industrialismo, depois para se fortalecer e, atualmente, para consolidar o controle interno do sistema financeiro. Mas todas as crises tem em comum a transferência de ativos e rendas para os mais poderosos, os mais ricos, os mais fortes. Assim a crise fará o aplicador no fundo Z perder todas suas economias, as quais estarão sendo levadas para os aplicadores dos fundos A, integralmente, ou do B, parcialmente. Os ganhos e perdas estão na razão direta dos montantes das aplicações.

Assim fica claro porque no Brasil, carente de aplicadores no fundo A, as perdas vão constituir rotineiramente mais uma transferência de recursos para o exterior, prática colonial que constatamos em toda nossa história de exportadores de bens primários.

A tabela que se segue mostra quem domina grandes empresas de petróleo que elimina qualquer discurso de privatização para aumentar a competitividade. Levantamento feito com posições de dezembro/2017 das maiores participações.

Participações Societárias em percentagens

Fundos\Petroleiras	Exxon (*)	Chevron	RD Shell	BP
Vanguard	14,20	11,83	-----	-----
BlackRock	11,51	9,59	-----	-----
State Street.	8,99	9,06	-----	7,34
Franklin	-----	-----	7,46	-----
Wellington	2,29	3,40	-----	-----
JP Morgan	-----	-----	4,69	-----
Fidelity	-----	-----	4,62	5,60
Boston	-----	-----	3,90	-----
Northern	2,36	-----	-----	-----
NY Mellon	2,14	-----	-----	-----
Barrow H.	-----	-----	-----	6,48
Dimension	-----	-----	-----	5,20
Arrow Street	-----	-----	-----	4,16
Nederlands CIVGE	-----	-----	41,20	-----
Norges	1,20	-----	2,52	-----

(*) participam do capital da Exxon Mobil 110 fundos financeiros.

7. Cesar Benjamin FB dia 16 agosto - : A DESPEDIDA DO PT

Leio que a delação de Antonio Palocci aponta casos de corrupção no PT que chegam a R\$ 330 milhões. Não sei se tudo isso é verdade, mas, com certeza, nem tudo é mentira. Coisas escabrosas aconteceram. Meu coração sangra. Dediquei dezesseis anos da minha vida a construir o PT, sem pedir nada em troca. Nunca recebi um tostão da militância política. Recusei a indenização que me ofereceram pelos anos de prisão durante a ditadura.

Logo no início do processo de degeneração, em 1995, eu me retirei da direção nacional do PT, para preservar minha história. Nos doze anos seguintes, militei intensamente em movimentos sociais, sem estar filiado a nenhum partido.

Nessa caminhada, ajudei e formei a Consulta Popular, uma esperança de renovação da esquerda brasileira. Nova frustração. Depois de alguns anos ficou claro que a organização optara por se tornar em mais um apêndice do lulismo, então em alta. Optei, de novo, pelo isolamento, em nome do compromisso com a verdade.

Abaixo, trechos de minha carta de desfiliação. A Consulta ainda existe, mas como um espectro ambulante de uma esquerda falida. A promessa de renovação foi sepultada pelo oportunismo. vulgar.

Uma esquerda assim não merece dirigir o Brasil. Qualquer tentativa de ressuscitá-la será um desastre.

Abraços,
Cesar Benjamin

* * *

Carta à Coordenação Nacional da Consulta Popular
Rio de Janeiro, 26 de abril de 2006

Prezados companheiros:

Comecei a reconhecer-me como militante de esquerda em 1967. São quase quarenta anos. Quase todo o meu tempo de vida. Nos últimos meses, pela primeira vez, como alguns de vocês já sabem, tenho avaliado a possibilidade de me afastar. Tenho sentido a necessidade de buscar pontos de vista mais amplos.

A causa é a grave inflexão por que passou a esquerda brasileira. Em sua história, ela já correu muitos riscos. Em alguns momentos foi quase eliminada fisicamente. Porém, mesmo em minoria, mesmo fora de governos, mesmo perseguida, mesmo errando, aqui e em outros países, sempre concebeu para si um papel de vanguarda intelectual e moral. Isso foi decisivo para a sua autoestima e sua sobrevivência, geração após geração.

A situação, agora, é inversa: sem saber como enfrentar um processo inédito – a dissolução de dentro para fora –, a esquerda corre o risco sair da história, mesmo que continue a existir fisicamente. Pois só mantêm-se, como forças vivas, movimentos que têm idéias e utopias.

Foi esse o patrimônio que perdemos. Vocês são testemunhas de que paguei alto preço para tentar preservá-lo.

“Se Deus não existe”, dizia Dostoiévski, “tudo é possível”. Nos últimos anos, gradativamente, tudo foi se tornando possível, com a cumplicidade de muitos, até que chegamos ao fundo do poço.

Hoje, bancos e empreiteiras fazem repasses milionários, regularmente, para o maior partido da esquerda brasileira, que passou a depender desses recursos para sobreviver. Importantes dirigentes atuam abertamente como lobistas de grandes empresas. Outros recorrem à Justiça para obter garantia do direito a mentir. A militância é vista como uma forma de ascensão social.

Há trinta anos, isso seria impensável. Há vinte anos, estaríamos diante de escândalos. Há dez anos, seriam motivos de inquietação e debate. Hoje são apenas fatos da vida. A traição perdeu a modéstia, e a esquerda passou para a retaguarda intelectual e moral da sociedade, uma grave inflexão.

Eu não sou desse tempo. E tenho memória. Por isso, retirei-me há mais de dez anos do PT e estou reavaliando caminhos.

[...]

O estatuto de um povo, diante da história, não se resume ao que ele é em um dado momento. Define-se mais pelo que ele quer ser. Por seu horizonte de expectativas. Pois isso é que o coloca em movimento. É aí – e não na política econômica – que está o x da questão, quando avaliamos Lula e o PT.

Lula rebaixa sistematicamente o horizonte político e cultural do povo brasileiro, e precisa desse rebaixamento para se manter no poder. Pois só um povo mediocrizado aceita entregar sua consciência pelo medo de perder uma bolsa-família de, em média, R\$ 60,00. Um povo culto e organizado, ou em processo de aprendizado e organização, conhecedor de seu próprio potencial humano, exigiria muito mais.

Por deseducar o povo, por desprepará-lo para construir o futuro – e não, basicamente, pelo nível da taxa de juros –, é que Lula e o PT causam danos. Quando forem derrotados – neste ano ou daqui a quatro anos, não importa –, se a esquerda tiver continuado a ser cúmplice deles, não ficará pedra sobre pedra. É o grave risco que corremos, e que vocês subestimam.

Passada essa aventura, perdidos cargos e verbas – neste ano ou daqui a quatro anos, repito –, não teremos nem um povo mais consciente, nem quadros mais preparados para prosseguir a luta, nem uma juventude mais mobilizada, nem instituições republicanas mais avançadas.

Sem idéias a serem multiplicadas, sem exemplos a serem seguidos, sem coerência a ser cultivada, sem passado a ser lembrado, o lulismo já agoniza em praça pública. Não falo de Ibope, falo de História. Mas ele tem na reeleição – ou seja, no manejo de cargos e verbas por mais quatro anos – a possibilidade de prolongar sua agonia. A dúvida se resume à forma e ao ritmo da derrocada, bem como ao tamanho do estrago, já enorme, que deixará. Seja como for, não há mais futuro nele.

Dizia Marx, na Ideologia alemã, que a fórmula da ideologia havia sido dada por Cristo na cruz: “Eles não sabem o que fazem.” A milenar fórmula envelheceu. Pois eles sabem o que fazem e, assim mesmo, fazem.

Se Lula obtiver mais um mandato presidencial, tudo poderá acontecer. Quem ignora que ele já se tornou um político autônomo em relação aos movimentos sociais e ao próprio PT? Quem conhece seus compromissos? Que podres ainda não vieram à luz? Quem poderá dizer, sem hipocrisia, que foi surpreendido e traído por qualquer decisão que venha a ser adotada?

É preciso, pois, que a Consulta Popular diga claramente, desde já: não em nosso nome. Não com a nossa omissão. Mas a Consulta Popular hesita, talvez para deixar abertos os espaços aos que ainda desejam flertar com o lulismo.

* * *

Desde o início de seu governo, Lula fortaleceu a direita. Agora pede o nosso apoio porque a direita está forte. Mas, quem disse ao povo brasileiro que as posições da esquerda, nos últimos vinte anos, eram apenas bravatas? Quem reafirmou o neoliberalismo como única alternativa e deu novo fôlego a ele, quando o povo já o rejeitava? Quem descumpriu todos os seus compromissos? Quem colocou quadros da direita em postos-chaves do Estado? Quem compôs sua base com o rebotinho da política conservadora? Quem reafirmou os métodos da direita, inclusive a corrupção, espalhando descrença e cinismo, em vez de esperança? Quem liberou os transgênicos e sacramentou o latifúndio monocultor como modelo para o mundo rural brasileiro?

* * *

Transformados em cúmplices da traição, não teremos autoridade moral para reagir à derrota que virá depois. Em médio prazo, será um golpe fatal para os movimentos sociais e a Consulta Popular.

Sinceramente,

Cesar Benjamin

8. Nas entrelinhas: O efeito Hong Kong

http://blogs.correiobraziliense.com.br/azedo/nas-entrelinhas-o-efeito-hong-kong/?fbclid=IwAR3BdW37_bH6duvNTR4hD6LVP9IAcmuX2ecK7fhjUltec6Znp5VOgHtzwbq

Publicado em 16/08/2019 - 09:08 Luiz Carlos Azedo

“A redução do crescimento chinês, agravada pela guerra comercial com os Estados Unidos, é a principal ameaça à economia brasileira”

A guerra comercial entre os Estados Unidos e a China começa a ganhar uma nova dimensão política por causa de Hong Kong, a ex-colônia britânica incorporada ao território chinês, que mantém um status diferenciado em relação ao regime comunista vigente desde 1949 no continente. A situação é muito diferente da de 1997, quando a ilha passou do domínio do Reino Unido ao chinês, mas a região administrativa especial continua sendo um importante centro financeiro da economia asiática, do qual a China não pode abrir mão como segunda potência comercial do planeta. Por isso, as sucessivas manifestações de protesto contra o governo local, nomeado por Pequim, que pleiteiam mais autonomia e eleições livres, são uma ameaça ao regime.

Pequim procura mostrar ao mundo que a repressão aos jovens manifestantes, que há dois meses não saem das ruas, é “contida”, limitada às necessidades de funcionamento de vias e equipamentos públicos, como o Aeroporto de Hong Kong. Entretanto, ontem o governo concentrou tropas em Shenzhen, cidade próxima da fronteira com Hong Kong. Talvez o objetivo não seja empregá-las na ilha, mas evitar que outra onda de protestos surja na cidade que simboliza o Vale do Silício chinês, um legado de Deng Xiaoping, que a transformou na primeira zona econômica especial do país em 1980, ou seja, antes mesmo que Hong Kong voltasse ao controle chinês.

Destinada ao desenvolvimento industrial para atrair investimentos estrangeiros, Shenzhen saltou de 30 mil habitantes para 12 milhões de pessoas. Além de atrair empresas de todo o mundo, transformou-se num grande centro de inovação em hardware. Gigantes da economia chinesa nasceram e têm sede

na cidade. Apenas Baidu, Tencent, Alibaba e Xiaomi (BATX) já valem mais de US\$ 1 trilhão e lançaram mais de mil negócios em 20 setores nos últimos anos.

Essas empresas chinesas estão no centro da guerra comercial com os Estados Unidos, batem de frente com gigantes norte-americanas: Tencent versus Facebook, Alibaba versus Amazon, Baidu versus Google, Wiaomi versus Apple. Mas o nome da encrência é a gigante Huawei, fundada em 1988 por Ren Zhengfei, cujas atividades principais são pesquisa e desenvolvimento, produção e o marketing de equipamentos de telecomunicações, e o fornecimento de serviços personalizados de rede a operadoras de telecomunicações. Essa gigante chinesa começou a se expandir a partir de Hong Kong, e hoje está em todo o mundo, inclusive no Brasil.

Guerra cambial

Após dois meses de protestos em Hong Kong, o presidente chinês Xi Jinping deu a entender que poderia empregar a força para restabelecer a ordem na ex-colônia britânica. Donald Trump se aproveita da situação e vincula um eventual acordo comercial com Pequim a uma resolução “humana” do conflito em Hong Kong. “Milhões de empregos estão sendo perdidos na China para países sem tarifas. Milhares de empresas estão indo embora. Com certeza, a China quer alcançar um acordo. Deixem que trabalhem humanamente com Hong Kong primeiro!”, disse no Twitter.

A inclusão da gigante de telecomunicações Huawei numa lista negra dos EUA aumenta importância estratégica de Hong Kong, onde o investimento direto chinês totaliza US\$ 620 bilhões — 70% a mais do que o Produto Interno Bruto (PIB) da ilha. Os depósitos de yuan em Hong Kong valem cerca de US\$ 100 bilhões. A ilha é parte integrante da “Grande Baía”, que inclui ainda Macau (ex-colônia portuguesa) e as nove principais cidades da província de Guangdong, que somam 70 milhões de habitantes e um PIB de US\$ 1,5 trilhão. A redução do ímpeto de crescimento chinês, agravada pela guerra comercial com os Estados Unidos, tem repercussão em todo o mundo.

Hoje, essa é a principal ameaça à retomada do crescimento brasileiro, mesmo com a aprovação da reforma da Previdência e outras medidas. A China é o nosso maior parceiro comercial; os Estados Unidos, o segundo. Em tese, o agronegócio brasileiro poderia vender mais para a China com a política de Trump, mas esse seria um ganho setorial, que pode não compensar as perdas gerais em consequência da dimensão cambial da disputa: os Estados Unidos aumentam a tributação dos produtos chineses, a China desvaloriza a sua moeda e, ao fazê-lo, desvaloriza também o real. Afora a questão puramente econômica, existe uma esquizofrenia política: embora a China seja o principal parceiro comercial do Brasil, Bolsonaro abomina o regime chinês e tem no presidente Trump seu aliado principal.~

9. Assim arma-se a próxima crise financeira

Por [Chris Hedges](#) no [Truthdig](#)

Alguns dados deste texto são relativos aos Estados Unidos. Mas no período tratado – o pós-crise de 2008 –, o mundo todo transferiu dinheiro para o sistema bancário, para salvá-lo da falência. O total chega a 22 mil

dólares por habitante do planeta. Imagine quanto esta soma poderia ter oferecido para as 2,5 bilhões de pessoas abaixo da linha de pobreza. E quanto teria gerado em vendas de produtos e serviços, que teriam sido criados. Em vez disso, todo o dinheiro foi para os bancos. Desde 2008, o salário médio de um executivo financeiro subiu 328%, contra 8% para os demais trabalhadores. Isso alimentou o ressentimento que impulsionou, junto como medo e a xenofobia, os partidos de extrema direita (muitos dos quais à época nem existiam), dando-lhes a projeção e os governos que têm hoje. (Roberto Savio)

Durante a [crise financeira de 2008](#), os bancos centrais do mundo injetaram trilhões de dólares de dinheiro fabricado no sistema financeiro global. Este dinheiro fabricado criou uma dívida mundial de US\$ 325 trilhões, mais que três vezes o PIB do mundo. O dinheiro fabricado foi entesourado por bancos e corporações, emprestado pelos bancos a taxas de juros predatórias, usado para gerar juros sobre dívidas impagáveis ou gasto recomprando ações, o que garantiu milhões para as elites. O dinheiro fabricado não foi investido na economia real. Não houve produção ou venda de bens. Os trabalhadores não foram reconduzidos à classe média, com rendas sustentáveis, benefícios e aposentadorias. Não se lançaram projetos de infraestrutura. O dinheiro fabricado reinflou bolhas financeiras gigantescas, construídas sobre dívidas, num sistema financeiro fatalmente doente e fadado ao colapso.

O que deflagrará o próximo *crash*? Os 13,2 trilhões de dólares de dívidas insustentáveis das famílias norte-americanas? O US\$ 1,5 trilhão em dívidas estudantis insustentáveis? Os bilhões que Wall Street investiu na extração de petróleo por fragmentação de rochas¹, que [já consumiu US\\$ 280 bilhões](#) a mais do que gerou? Quem sabe? O certo é que um *crash* financeiro global, que tornará pequena a crise de 2008, é inevitável. E desta vez, com as taxas de juros próximas de zero, as elites não têm plano de fuga. A estrutura financeira irá se desintegrar. A economia global mergulhará em espiral de abismo. A raiva de uma população traída e empobrecida vai, caso não surja uma alternativa, empoderar os demagogos de direita. Eles prometem vingança contra as elites globais, renovação moral e um ressurgimento do nativismo, a volta a uma “era de ouro” mítica em que imigrantes, mulheres e negros sabiam seu lugar e um fascismo cristianizado.

A crise financeira de 2008, como aponta [Nomi Prins](#), economista e colunista no [Truthdig](#), “**converteu os bancos centrais numa nova classe de intermediários muito poderosos**”. Eles “saquearam os tesouros nacionais e acumularam trilhões em riqueza, para se tornar política e economicamente

onipotentes. Em seu livro [*Collusion: How Central Bankers Rigged the World*](#) [**“Conluio: como os Bancos Centrais fraudaram o mundo”**], ela escreve que os dirigentes destes bancos e as maiores instituições financeiras do mundo manipulam de maneira fraudulenta os mercados globais e usam dinheiro fabricado – ou “falso”, em suas palavras – para inflar bolhas de ativos e obter lucros de curto prazo, enquanto nos conduzem a “um perigoso precipício financeiro”.

“Antes da crise, eles estavam apenas dormindo no ponto, em especial o Federal Reserve (Fed), dos Estados Unidos, que é supostamente o principal regulador dos grandes bancos do país”, disse ela quando nos encontramos em Nova York. “O trabalho horrível do Fed é a causa da crise financeira. Ele tornou-se um desregulador, em vez de regulador. Na sequência da crise financeira, a solução para salvar a economia de uma grande depressão ou recessão – seja qual for a terminologia usada em cada momento – foi fabricar trilhões e trilhões de dólares a partir de um éter eletrônico”.

O Federal Reserve entregou cerca de US\$ 29 trilhões, de seu dinheiro fabricado, para os bancos norte-americanos, segundo [pesquisadores da Universidade de Missouri](#). *Vinte e nove trilhões de dólares!* Só nos EUA, isso teria garantido acesso gratuito à universidade, para todos os estudantes e assistência universal de saúde, reparado a infraestrutura degradada, promovido a transição para energias limpas, perdoado as dívidas dos estudantes, elevado salários, resgatados os proprietários de imóveis endividados, constituído bancos públicos para investir a taxas de juros reduzidas nas comunidades, oferecido uma renda básica garantida para todos e organizado um programa maciço de empregos para os desempregados e subempregados. Dezesseis milhões de crianças não iriam para a cama famintas. Os que sofrem distúrbios mentais e os sem-teto – [553.742 norte-americanos](#) estão nesta condição – não seriam deixados nas ruas ou trancafiados em prisões. A economia reviveria. Em vez disso, US\$ 29 trilhões em dinheiro fabricado foi entregue para gangsters financeiros que estão a ponto de fazer a maior parte desta soma evaporar e de nos mergulhar em uma depressão semelhante ao [crash global de 1929](#).

Uma cláusula de emergência na Lei do Federal Reserve, de 1913, permite que o banco ofereça liquidez a um sistema bancário estressado. Mas o Federal Reserve não parou, após a criação de algumas centenas de bilhões de dólares. Ele inundou os mercados financeiros com níveis absurdos de dinheiro fabricado. O efeito foi criar aparência de que a economia estava revivendo. E para os oligarcas, que tinham acesso a este dinheiro fabricado, ao contrário de nós todos, ela estava mesmo.

O Fed cortou as taxas de juros para próximo de zero. Alguns bancos centrais na Europa instituíram [taxas de juros negativas](#), o que significava que pagariam aos interessados em tomar empréstimos. O Fed, num truque inteligente de contabilidade, permitiu até mesmo que os bancos em dificuldades usassem estes empréstimos sem juros para comprar títulos do Tesouro norte-americano. Os bancos devolviam os bônus ao Fed e recebiam 0,25% de juros do Fed. Em poucas palavras, os bancos tomavam empréstimos sem juro algum no Fed e na sequência recebiam juros do Fed sobre o dinheiro que haviam tomado emprestado... O Fed também comprou dívidas e ativos tóxicos dos bancos. Como as autoridades do Fed podiam fabricar tanto dinheiro quanto quisessem, não importava como gastavam.

“É como ir a um bazar de garagem de alguém e dizer: ‘Quero aquela bicicleta sem rodas. Vou pagar 100 mil dólares por ela’. Sabe por que? Porque o dinheiro não é meu!”, diz Prins.

“Estas pessoas manipularam o sistema” ela prossegue, sobre os banqueiros. “Há dinheiro fabricado no topo da pirâmide. É usado para inflar ativos financeiros, inclusive ações. Tem de vir de algum lugar. Como o dinheiro tornou-se barato, há mais crédito, entre as corporações. Há mais dinheiro emprestado, entre os governos”.

“A quem você recorre, para pagá-lo?”, ela pergunta. “Você recorre à nação. Você recorre à economia. Você extrai dinheiro da economia de base, dos programas sociais. Você impõe ‘austeridade’.”

Dado o espantoso volume de dinheiro fabricado que precisa ser pago, os bancos constituem represas de dívidas cada vez maiores. **É por isso que, quando você atrasa o pagamento de seu cartão de crédito, a taxa de juros sobe para 28% [no Brasil, [300,1%](#), em junho]. É por isso que quando você declara falência pessoal [recurso não existente no Brasil, onde há [63,2 milhões](#) de pessoas inadimplentes, ou 50% da população economicamente ativa], você continua obrigado a pagar seu empréstimo estudantil.** É por isso que os salários estão estagnados ou caíram, enquanto os custos, dos planos de saúde aos remédios, às tarifas bancárias e aos aparelhos essenciais estão disparando. A servidão provocada pelas dívidas cresce para alimentar o monstro, até que, como aconteceu na [crise das hipotecas subprime](#), o sistema predatório desaba devido a calotes em massa. Como em todas as bolhas financeiras, chegará um dia em que, por exemplo, os lucros de setores como o *fracking*, projetados de maneira selvagemmente otimista, não serão mais uma desculpa efetiva para continuar a injetar dinheiro em negócios falidos, liquidados por dívidas impagáveis.

“As 60 maiores empresas de exploração e produção não geram dinheiro suficiente para cobrir suas operações e despesas de capital”, escreve **Bethany McLean sobre o setor de fracking em um artigo** intitulado “**A próxima crise financeira esconde-se sob a terra**”, **que saiu no New York Times**. No agregado, de meados de 2012 a meados de 2017, eles tiveram um fluxo negativo de caixa de US\$ 9 bilhões por trimestre”.

O sistema financeiro global é uma bomba-relógio em tiquetaque. A questão não é se ele explodirá, mas *quando*. E nesse momento, a incapacidade dos especuladores para usar o dinheiro fabricado para encobrir o debate vai desencadear desemprego maciço, altos preços para importações e serviços básicos e uma desvalorização monetária que tornará o dólar quase sem valor, ao ser abandonado como **moeda de reserva** global. Este tsunami financeiro manufaturado transformará os Estados Unidos, hoje uma democracia já falida, num Estado policial autoritário. A vida será muito barata, especialmente a dos vulneráveis – trabalhadores sem documentos, muçulmanos, pretos pobres, mulheres e meninas, ativistas anticapitalistas e anti-imperialistas rotulados como agentes de potências estrangeiras. Estes serão demonizados devido ao colapso e perseguidos. As elites, numa oferta desesperada para agarrar-se a seu poder sem controle e riqueza obscena, irá estripar o que resta dos Estados Unidos.

10. **Petróleo, guerra e corrupção: para entender Curitiba**

<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Soberania-Nacional/Petroleo-guerra-e-corrupcao-para-entender-Curitiba/46/45082>

José Luís Fiori e William Nozaki - 27/08/2019 15:16

Os norte-americanos costumam festejar as duas grandes gerações que marcaram sua história de forma definitiva: a geração dos seus *founding fathers*, responsável pela criação do seu sistema político, na segunda metade do século XVIII; e a geração dos seus *robber barons*, responsável pela criação do seu capitalismo monopolista, na segunda metade do século XIX. Dentro da geração dos “barões ladrões”, destaca-se a figura maior de John D. Rockefeller, que ficou associada de forma definitiva ao petróleo e à criação da Standard Oil Company, a primeira das “Sete Irmãs” que controlaram o mercado mundial do petróleo até o final da II Guerra Mundial, e ainda ocupam lugar de

destaque entre as 15 maiores empresas capitalistas do mundo.

A Standard Oil foi criada logo depois da Guerra Civil, em 1870, mas no final do século XIX, a empresa de Rockefeller era a maior petroleira dos EUA, e a maior fornecedora do querosene que iluminava as grandes cidades de todo o mundo. Segundo seus biógrafos, Rockefeller era um homem piedoso e costumava viajar acompanhado por dois pastores que lhe davam assistência religiosa,^[1] mas ao mesmo tempo dirigia sua empresa com métodos impiedosos, na busca desenfreada da ganância capitalista, chegando até a destruição de seus concorrentes sempre que se fizesse necessário. Por isso talvez, seu irmão, William Rockefeller, costumasse se referir à concorrência no mercado do petróleo como um exercício de “guerra e paz”.^[2] Na medida em que avançou a centralização do capital, e o petróleo se transformou na *commodity* mais importante e estratégica do mundo, o comportamento de John Rockefeller virou uma espécie de “paradigma ético” da indústria mundial do petróleo.

No início do século XX, a indústria do petróleo se associou à indústria da guerra e se transformou na “energia” que passou a mover navios, tanques e aviões das Forças Armadas das Grandes Potências, sobretudo na Segunda Guerra Mundial, e em todos os conflitos militares que se seguiram até o século XXI. O petróleo teve papel decisivo na Guerra do Pacífico, desencadeada pelo ataque japonês a Pearl Harbor, em 1941, e foi o motivo central do ataque alemão à União Soviética, em 1941, que se propunha chegar ao Azerbaijão, conquistando o petróleo do Cáucaso e do Mar Cáspio. Depois disso, o petróleo foi decisivo para o Golpe de Estado no Irã, em 1953, patrocinado pelos EUA e pela Inglaterra, e também para a Crise do Canal de Suez em 1956. E voltou a ter papel central na Guerra do Yom Kippur, em 1973, na Guerra Irã-Iraque da década de 80, na Guerra do Golfo, em 1991, na Guerra do Iraque, em 2003, na Guerra da Líbia, em 2011, e na Guerra da Síria que se prolonga até hoje.

Em 1945, logo depois do fim da guerra, os EUA firmaram sua principal aliança estratégica em todo o mundo, e até hoje, com a Arábia Saudita, que naquele

momento detinha a maior reserva de petróleo do mundo. Em 1979, depois da Revolução Islâmica do Irã, o presidente Jimmy Carter estabeleceu a sua famosa doutrina estratégica de que tudo o que envolvesse o controle do petróleo do Golfo Pérsico (e do mundo, se poderia agregar) passaria a ser considerado como uma questão de segurança nacional dos EUA. Uma doutrina estabelecida com a plena consciência de que o petróleo também é uma questão de segurança estratégica para todas as demais potências do mundo que disputam as mesmas reservas mundiais que têm dois terços concentrados no território de apenas 15 países, dos quais em 13 as reservas são controladas por seus próprios Estados-nacionais e suas empresas petroleiras estatais.

Essa consciência coletiva de que o petróleo é um recurso indispensável à segurança estratégica dos países acabou consolidando uma parceria indissolúvel entre seus Estados-nacionais e suas empresas petroleiras, na luta pela expansão e monopolização dos recursos e dos mercados petroleiros. Isto também no caso das grandes corporações privadas norte-americanas que operam em conjunto com o governo dos EUA, suas Forças Armadas e suas Agências de Informação. É esta estreita aliança, e a visão do petróleo como uma “*commodity geopolítica*”, que explicam a utilização de todo e qualquer meio que seja necessário para assegurar o controle dos novos recursos e mercados que apareçam, mesmo que seja necessário mudar regimes e governos, ou corromper governantes, políticos e executivos, ou mesmo juízes, procuradores, religiosos e quem quer que seja necessário para a realização de seus objetivos estratégicos.

Relembremos apenas alguns casos mais recentes e divulgados pela imprensa internacional, de compra de favores e de promoção de mudança de governos, ou mesmo de guerras civis, motivadas por questões petroleiras, ou financiadas diretamente pelas grandes corporações do petróleo.

i. Nos anos 1990, a Mobil e outras petroleiras americanas teriam pago um suborno de US\$ 80 milhões para a conta bancária suíça do presidente do Cazaquistão, Nursultan Nazarbaev, numa operação casada com a Agência

Central de Inteligência (CIA) dos EUA;[\[3\]](#)

ii. Entre 2000 e 2002, a Chevron teria pago sobretaxas para corromper o Programa Petróleo por Comida, da ONU, na época em que Condoleezza Rice era conselheira daquela empresa;[\[4\]](#)

iii. Em 2003, a Exxon teria pago US\$ 500 milhões ao presidente da Guiné Equatorial, Teodoro Obiang Nguem Mbasogo, depositados numa conta bancária privada e pessoal nos Estados Unidos;[\[5\]](#)

iv. Ainda em 2003, a petroleira norueguesa Statoil teria pago US\$ 2,9 milhões para garantir contratos no Irã;[\[6\]](#)

v. Entre 2004 e 2006, Gazprom, a maior empresa de gás natural da Rússia, teria pago suborno em conexão com a construção do gasoduto Yamal, que liga a Sibéria à Alemanha;[\[7\]](#)

vi. Em 2005, um inquérito independente liderado por Paul Volcker denunciou um sistema regular de propinas, sobretaxas e pagamentos a indivíduos com acesso ao petróleo iraniano, dentro do Programa Petróleo por Comida, incluindo a petroleira francesa Total, que foi acusada de suborno, cumplicidade e tráfico de influência no período 1996-2003, apesar de ter sido depois inocentada por um tribunal criminal de Paris, tão francês quanto a própria empresa;[\[8\]](#)

vii. Em 2006, a empresa francesa Total teria comprado o apoio de políticos e empresários italianos para garantir concessões a preço abaixo do mercado, num golpe avaliado em 15 milhões de euros;[\[9\]](#)

viii. Em 2009, a Exxon teria vencido uma concorrência na Nigéria com uma proposta muito inferior a dos seus concorrentes, mediante suborno das autoridades locais;[\[10\]](#)

ix. Em 2011, a Exxon teria se enredado na corrupção do setor petrolífero da Libéria para a compra de um bloco petrolífero envolvendo outras empresas, incluindo a de Visconde Astor, sogro do ex-primeiro ministro da Inglaterra, David Cameron;[\[11\]](#)

x. Também em 2011 a Shell e a ENI teriam pago mais de US\$ 1 bilhão como suborno a executivos nigerianos do petróleo;[\[12\]](#)

xi. Nesse mesmo ano, 2011, a Statoil foi denunciada por ter feito pagamento sistemático de propinas para consultores da Líbia e de Angola, no valor de US\$ 100 milhões, pagos desde o ano de 2000;

xii. Em 2017, na própria Arábia Saudita, uma longa investigação de corrupção no mundo do petróleo prendeu dezenas de príncipes e empresários proeminentes;[\[13\]](#)

xiii. Mais recentemente, em 2019, na Guiana, segue avançando uma investigação sobre o uso de suborno de autoridades governamentais, pela ExxonMobil e a Tullow Oil, para obter o direito de exploração da mais nova região petrolífera de águas profundas do mundo;[\[14\]](#)

xiv. Voltando um pouco atrás, ainda em 1994, a Halliburton teria pago um suborno de US\$ 182 milhões a governantes da Nigéria, para participar do Projeto de Gás Natural Liquefeito de Bonny Island.[\[15\]](#)

Xv. E já se pode acrescentar nesta lista a importante confissão do Sr. Pedro Barusco, que foi gerente de Serviços da Petrobras, entre 1995 e 2010, e que participou das negociações com a empresa Halliburton para a entrega das plataformas P43 e P48.[\[16\]](#) Segundo o engenheiro, executivos da petrolífera brasileira já vinham recebendo propinas, pelo menos desde 1997, as mesmas que depois foram pagas por empresas brasileiras – como Odebrecht, OAS, entre outras – que substituíram empresas estrangeiras como fornecedoras da Petrobras.[\[17\]](#)

Paremos por aqui, pois tais casos parecem intermináveis; basta dizer que um estudo do cientista político da Universidade da Califórnia, Paasha Mahdavi, constatou que dos 141 processos movidos entre 1977 e 2013 pela Security and Exchange Commission (SEC) e pelo Departamento de Justiça norte-americano (DoJ), 41 – praticamente um terço – foram ações anticorrupção relacionadas ao setor de óleo e gás.

Mas ainda assim, não há dúvidas de que o caso recente mais emblemático de como opera este “mercado mundial” de petróleo, é o caso da Guerra do Iraque de 2003, concebida pelo vice-presidente Dick Cheney, e que foi travada em nome do combate às armas de destruição em massa. Ainda que tenha servido de fato como uma forma de mudar o governo e o regime político do Iraque, o objetivo final era mesmo impor a supremacia das empresas americanas na exploração do petróleo iraquiano, incluindo o escandaloso caso do favorecimento da empresa norte-americana Halliburton, que havia sido presidida pelo próprio vice-presidente dos EUA Dick Cheney, entre 1995 e 2000.

Todas estas histórias nos permitem extrair pelo menos três conclusões que podem nos ajudar a entender os acontecimentos recentes aqui no Brasil:

1. O “mercado mundial” do petróleo nunca teve nada a ver com o que os economistas ortodoxos e liberais chamam de “livre concorrência”, e sempre foi um “campo de guerra” entre grandes corporações e grandes potências;
2. Dentro deste “campo de guerra”, aquilo que os pastores, os juristas e o “homem comum” chamam de “corrupção” – goste-se ou não – foi sempre uma prática regular da competição entre as grandes petroleiras, na sua disputa por novos recursos e novos mercados;
3. Por fim, há fortes evidências de que estas mesmas corporações que subornam e “corrompem” costumam utilizar a surpreendente acusação de

“corrupção” contra seus concorrentes e contra todo e qualquer tipo de concorrentes ou adversário que se interponha no seu caminho.

Agora bem, se esta foi sempre a “ética do petróleo”, não causa surpresa a confissão do Sr Pedro Barusco, de que as grandes petroleiras e fornecedoras da Petrobras tenham pago propinas aos dirigentes da empresa, pelo menos desde 1997, durante o governo do Sr. Fernando H. Cardoso, e provavelmente desde muito antes. Por outro lado, conhecendo as regras deste jogo extremamente violento, seria possível que tenham sido estas mesma petroleiras americanas que tenham repassado a informação do seu “suborno”, para o Departamento de Justiça americano, no momento em que foram prejudicadas pela política do governo Lula de proteção dos fornecedores nacionais da Petrobras, e muito mais ainda, depois do anúncio da descoberta das reservas de petróleo do pré-sal, em 2006. E por último, faz sentido pensar que o próprio governo americano tenha repassado estas informações para os seus subordinados brasileiros: escritórios de advocacia, juízes, procuradores, jornalistas, militares, e todos que participaram da “conspiração de Curitiba”. De qualquer forma, devido a performance presidencial desta figura patética que foi parida pela conspiração, o mais provável é que sejam os próprios norte-americanos que venham a revelar, em breve, os detalhes desta história, como já passou com o documentário, “*A Privacidade Hakeada*”.

28 de agosto de 2019

José Luís Fiori é Professor titular do Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional (IE/UFRJ); pesquisador do Instituto de Estudos Estratégicos do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (INEEP).

William Nozaki é Professor da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) e diretor técnico do Instituto de Estudos Estratégicos do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (INEEP).

[1] Yergin, D. *O petróleo*. Uma história mundial de conquista, poder e dinheiro. Rio de Janeiro: Paz e

[2] Idem,

p.

37-54.

[3] https://www.rferl.org/a/After_Seven_Years_Kazakhgate_Scandal_Ends_With_Minor_Indictment_/2123800.html

[4] <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0905200710.htm>

[5] <https://www.independent.co.uk/news/business/news/exxon-probed-over-500m-africa-scandal-104198.html>

[6] <http://news.bbc.co.uk/2/hi/business/3849147.stm>; <https://www.ft.com/content/5451c3ee-5aed-11db-8f80-0000779e2340>

[7] <https://www.reuters.com/article/gazprom-investigation-switzerland-idUSL5N0R318S20140902>; http://russia-ic.com/rus_international/in_depth/2384#.XVWdj-hKjIU

[8] <https://www.reuters.com/article/us-france-total/total-and-ceo-acquitted-in-iraq-oil-for-food-scandal-idUSBRE9670QK20130708>

[9] <https://www.ft.com/content/6ef1109a-cb9f-11dd-ba02-000077b07658>

[10] <https://www.theguardian.com/business/2016/jun/23/exxonmobil-nigeria-oil-fields-deal-investigation>

[11] <https://www.theguardian.com/business/2018/mar/29/exxonmobil-liberian-oil-deal-went-ahead-despite-anti-corruption-concerns>; <https://www.globalwitness.org/en/press-releases/us-authorities-must-investigate-exxon-its-purchase-corruption-tainted-oil-block-liberia/>

[12] <https://www.bloomberg.com/news/articles/2019-05-07/shell-eni-executives-named-in-1-billion-nigeria-bribery-suit>

[13] <https://www.aljazeera.com/news/2019/01/saudi-arabia-corruption-crackdown-ends-106bn-recovered-190131062458260.html> e <https://www.cnn.com/2019/01/30/saudi-arabia-says-it-raised-106-billion-from->

[anti-corruption-drive.html](#)

[14] <https://www.worldoil.com/news/2019/5/23/guyana-investigating-offshore-leases-controlled-by-exxon-tullow>

[15] <https://indianexpress.com/article/world/world-others/files-point-to-182mn-halliburton-bribery-scandal-in-nigeria/>

[16] Barusco, P., "Comecei a receber propina em 1997, 1998. Foi uma iniciativa minha, pessoal. De forma mais ampla, com outras pessoas da Petrobras, a partir de 2003, 2004". In: "Barusco diz que começou a receber propina em 1997", EBC, Agência Brasil, 10/03/2015.

[17] Fiori, J. L.; Nozaki, W. "Conspiração e corrupção: uma hipótese muito provável". Disponível em: <https://www.jb.com.br/pais/artigo/2019/07/1011357-conspiracao-e-corrupcao--uma-hipotese-muito-provavel.html>

PARTE II – Análises

1. Paulo Timm- I - Fim da estabilidade servidor

https://bastardosinglorios2.wixsite.com/bastardosinglorios/inicio/fim-da-estabilidade-do-servidor-p%C3%BAblico-%C3%A9-aprovada-na-ccj-do-senado-federal?fbclid=IwAR0y88DmHF7NHgmF_lyNcJN-sApxoV6TWoA-l8sElZmyTJFTOfk8vVQkfqo

Como se sente , agora, o pobre e infausto Barnabé que confiou no "Mito" e que amanhã ou depois, até por desavenças com o chefe, ou um quiproquó com algum figurão por ter cumprido seu dever, com fez o fiscal do IBAMA quando multou Bolsonaro pescando em águas turvas . for pro olho da rua..

2. SHOW DE INDIGNIDADE

https://www.youtube.com/attribution_link?a=CDLyKM0tDJo&u=%2Fwatch%3Fv%3DP6la2w5JOqY%26feature%3Dshare&fbclid=IwAR3MP8Z2IyWLMV7tOMCC1ggXO5jWhIKqDfXZAYNWVgR_OWKUjy7_nlp7BbOg



Cesar Benjamin – FB 14 ago

A única explicação que encontro para a reiteração de contenciosos desnecessários com a União Europeia é a de que o nosso governo

quer fazer o Brasil cair no colo dos Estados Unidos sem alternativa possível, o que nos levará a ceder tudo.

É um contrassenso. No início do século XX, o Barão do Rio Branco, patrono da nossa diplomacia, entendeu algo crucial: a Inglaterra era a potência declinante e os Estados Unidos eram a potência em ascensão.

A política externa brasileira levou essa inflexão muito a sério e se reposicionou, mas mesmo assim não se alinhou cegamente com os americanos. As negociações em torno da chamada Questão do Acre, por exemplo, foram muito duras, com risco de guerra. Brasil de um lado, Estados Unidos de outro.

Depois, Getúlio Vargas flertou com a Alemanha para obter Volta Redonda dos americanos. Começou ali o grande impulso da industrialização brasileira.

Hoje estamos fazendo o movimento inverso, com um alinhamento humilhante em relação à potência agora em declínio.

Deveríamos ser muito mais cautelosos diante da grande disputa de hegemonia, em curso. Se não, vejamos.

Na primeira metade do século XX, Inglaterra e Alemanha disputavam a primazia, taco a taco; no longo prazo, os dois se enfraqueceram e os Estados Unidos ascenderam.

Na segunda metade do século XX, Estados Unidos e União Soviética disputavam a primazia, taco a taco; no longo prazo, os dois se enfraqueceram e a China ascendeu.

Isso não é casual. A posição de terceiro interessado tem muitas vantagens. Mas só para quem sabe explorá-la.

Hoje, Estados Unidos e China disputam. No longo prazo, se não fosse governado de maneira tão estúpida e despreparada, o Brasil poderia abrir os espaços para ascender.

Somos o país das oportunidades perdidas.

3. Como resistir ao adoecimento num país (des)controlado pelo perverso da autoverdade

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/01/opinion/1564661044_448590.html?%3Fssm=FB_BR_CM&hootPostID=130e3c361876c2f9000529c7d5cc8a34&fbclid=IwAR0RMPd38CRBIM4szhQ-oHnWAdUMfmqZMVwfmtYimvWLA8iNhQy4S9C2LDY

ELIANE BRUM - 01 AGO 2019 - 14:44 WEST

Jair Bolsonaro é um perverso. Não um louco, nomeação injusta (e preconceituosa) com os efetivamente loucos, grande parte deles incapaz de produzir mal a um outro. O presidente do Brasil é perverso, um tipo de gente que só mantém os dentes (temporariamente, pelo menos) longe de quem é do seu sangue ou de quem abana o rabo para as suas ideias. Enquanto estiver abanando o rabo – se parar, será também mastigado. Um tipo de gente sem limites, que não se preocupa em colocar outras pessoas em risco de morte, mesmo que sejam funcionários públicos a serviço do Estado, como os fiscais do IBAMA, nem se importa em mentir descaradamente sobre os números produzidos pelas próprias instituições governamentais desde que isso lhe

convenha, como tem feito com as estatísticas alarmantes do [desmatamento da Amazônia](#). O Brasil está nas mãos deste perverso, que reúne ao seu redor outros perversos e alguns oportunistas. Submetidos a um cotidiano dominado pela autoverdade, fenômeno que converte a verdade numa escolha pessoal, e portanto destrói a possibilidade da verdade, os brasileiros têm adoecido. Adoecimento mental, que resulta também em queda de imunidade e sintomas físicos, já que o corpo é um só.

É desta ordem os relatos que tenho recolhido nos últimos meses junto a psicanalistas e [psiquiatras](#), e também a médicos da clínica geral, medicina interna e cardiologia, onde as pessoas desembarcam queixando-se de taquicardia, tontura e falta de ar. Um destes médicos, cardiologista, confessou-se exausto, porque mais da metade da sua clínica, atualmente, corresponde a queixas sem relação com problemas do coração, o órgão, e, sim, com [ansiedade extrema e/ou depressão](#). Está trabalhando mais, em consultas mais longas, e inseguro sobre como lidar com algo para o qual não se sente preparado.

O fenômeno começou a ser notado nos consultórios [nos últimos anos de polarização política](#), que dividiu famílias, destruiu amizades e corroe as relações em todos os espaços da vida, ao mesmo tempo em que a crise econômica se agravava, o [desemprego](#) aumentava e as condições de trabalho se deterioravam. Acirrou-se enormemente a partir da campanha eleitoral [baseada no incitamento à violência](#) produzida por Jair Bolsonaro em 2018. Com um presidente que, desde janeiro, governa a partir da administração do ódio, não dá sinais de arrefecer. Pelo contrário. A percepção é de crescimento do número de pessoas que se dizem “doentes”, sem saber como buscar a cura.

Vou insistir, mais uma vez, neste espaço, que precisamos chamar as coisas pelo nome. Não apenas porque é o mais correto a fazer, mas porque essa é uma forma de resistir ao adoecimento. Não é do “jogo democrático” ter um homem como Jair Bolsonaro na presidência. Tanto como não havia “normalidade” alguma em ter [Adolf Hitler](#) no comando da Alemanha. Não dá para tratar o que vivemos como algo que pode ser apenas gerido, porque não há como gerir a perversão. Ou o que mais precisa ser feito ou dito por Bolsonaro para perceber que não há gestão possível de um perverso no poder? Bolsonaro não é “autêntico”. Bolsonaro é um mentiroso.

Podemos – e devemos – discutir como chegamos a ter um presidente que usa, como estratégia, a guerra contra todos que não são ele mesmo e o seu clã. Como chegamos a ter um presidente [que mente sistematicamente sobre tudo](#). Podemos – e devemos discutir – como chegamos a ter um antipresidente. Assim como podemos – e devemos – perceber que a experiência brasileira está inserida num fenômeno global, que se reproduz, com particularidades próprias, em diferentes países.

Esse esforço de entendimento do processo, de interpretação dos fatos e de produção de memória é insubstituível. Mas é necessário também responder ao que está nos adoecendo agora, antes que nos mate.

Em 10 de julho, o psiquiatra Fernando Tenório escreveu um post no Facebook que viralizou e foi replicado em vários grupos de [Whatsapp](#). Aqui, um trecho: “Acabei de atender a um homem de 45 anos, negro, sem escolaridade. Nos últimos cinco anos, viu seus colegas de setor serem demitidos um a um e ele passou a acumular as funções de todos. Disse-me que nem reclamou por medo de ser o próximo da fila. Tem sintomas de esgotamento que descambam para ansiedade. Qual o diagnóstico para isso? Brasil. [Adoeceu de Brasil](#). Se eu tivesse algum poder iria sugerir ao DSM (o manual de transtornos mentais da psiquiatria) esse novo diagnóstico. Adoecer de Brasil é a mais prevalente das doenças. Entrei agora na Internet e vi que a [reforma da](#)

[previdência](#) corre para ser aprovada sem sustos. O povo, adoecido de Brasil, permanece inerte. Vai trabalhar sem direito a aposentadoria até morrer de Brasil”.

Não há normalidade nem jogo democrático quando um perverso governa a partir da administração do ódio e da mentira

Alagoano da pequena Maribondo, Fernando Tenório fez residência e atuou na rede pública de saúde mental do [Rio de Janeiro](#). Atualmente, mantém consultório na capital fluminense e atende trabalhadores de um sindicato do setor hoteleiro. O psiquiatra me conta, por telefone, que cresceu muito o número de pessoas que chegavam ao seu consultório com sintomas como taquicardia, desmaios na rua, sinais de esgotamento corporal, dores de cabeça frequentes, sentimentos depressivos. Eram pessoas que estavam objetiva e subjetivamente esgotadas pela precarização das condições de trabalho, como jornada excessiva, acúmulo de funções, metas impossíveis de cumprir, falta de perspectivas de mudança, insegurança extrema. Tinham um “trabalho de merda” e, ao mesmo tempo, medo de perder o “trabalho de merda”, como testemunharam acontecer com vários colegas.

O psiquiatra diz que ele mesmo se descobriu adoecido meses atrás. “Fiquei muito mal, porque me senti quase um [traficante de drogas legais](#). Estava tratando uma crise, que é social, no indivíduo. E, de certo modo, ao dar medicamentos, estava tornando essa pessoa apta a sofrer mais, porque a jogava de volta ao trabalho.” Na sua avaliação, o adoecimento está relacionado à precarização do mundo do trabalho nos últimos anos, acentuada pela [reforma trabalhista aprovada em 2017](#), e foi agravado com a ascensão de um governo “que declarou guerra ao seu povo”. “O Brasil hoje é tóxico”, afirma.

Após a publicação do post, Tenório sentiu ainda mais o nível da toxicidade cotidiana do país: recebeu xingamentos e ameaças. Um dos agressores lembrou que sua filha, cuja foto viu em uma [rede social](#), um dia poderia ser estuprada. A menina é um bebê de menos de 2 anos.

“Tóxico” é palavra de uso frequente de brasileiros ao relatarem o sentimento de viver em um país onde já não conseguem respirar. Na constatação de que o governo Bolsonaro [já aprovou 290 agrotóxicos](#) em apenas sete meses, o envenenamento ganha uma outra camada. É como se os corpos fossem um objeto atacado por todos os lados. País que ultrapassou a possibilidade das metáforas, a toxicidade do Brasil abrange todas as acepções.

Cresce nos consultórios os casos de depressão provocados e alimentados pelo contexto político e social

Mas que adoecimento é este que Tenório chama de “doente de Brasil”? Um psicanalista que prefere não se identificar por temer represálias explica que aumentou muito nos consultórios os quadros depressivos provocados pelo momento vivido pelo Brasil, em que especialmente pessoas ligadas à esquerda, mas não necessariamente ao [PT](#), sentem uma total perda de sentido e horizonte. “Para a psiquiatria, a [depressão](#) é a tristeza sem contexto. Ou seja, ela é relacionada à estrutura psíquica de cada pessoa, às fundações e alicerces construídos na infância”, explica. “O que temos vivido hoje nos consultórios é o aumento da depressão com contexto, esta que não tem a ver com a estrutura do indivíduo e que nem vai melhorar no divã. Esta em que o uso de medicamentos só vai servir para obscurecer o esclarecimento das questões. Esta que só pode ser sanada por mudanças sociais.”

O rompimento dos laços, como a divisão das famílias provocada pela polarização política, tornou as pessoas ainda mais sujeitas ao adoecimento mental e com menos

ferramentas para lidar com ele. Como disse um filósofo, ninguém deixa de dormir porque está tendo uma guerra no outro lado do mundo, com exceção daqueles que vivem a guerra. Com isso, ele queria dizer que as pessoas perdiam o sono muito mais por [pequenas dores e preocupações comezinhas](#) com as quais se identificavam, como as relacionadas à família e ao mundo dos afetos, do que por enormes barbáries que ocorriam no outro lado do mundo.

O que os brasileiros testemunharam foi uma inversão: a política, que sempre foi algo do campo público, invadiu o campo privado, passando a ser um fator íntimo, um fator primeiro de identificação. Dias atrás uma amiga presenciou uma conversa em que duas garotas decidiam quais os critérios para dividir apartamento com uma outra. “Não suportaria dividir com uma petista”, disse uma delas. Essa conversa, exceto no caso de militantes mais radicais, dificilmente aconteceria anos atrás: ninguém costumava perguntar qual era a orientação política antes de dividir a casa com alguém.

A eleição, que costumava ser um acontecimento pontual, da esfera pública, tornou-se algo crucial na esfera privada. Do mesmo modo, o inverso também aconteceu. Questões íntimas, como a [orientação sexual](#) de cada um, como o que acontece na cama de cada um, passaram a ser discutidas publicamente. Esse fenômeno atingiu fortemente laços que cada um considerava incondicionais, como os familiares, laços com os quais se contava para enfrentar a dureza da vida. E acentuou ainda mais os quadros depressivos e persecutórios, aumentando ansiedade e angústia, corroendo a saúde.

O sofrimento é agravado pela constatação de que as instituições não barram a violência do governo e do governante

Uma psicanalista de São Paulo, que também prefere não se identificar, acredita que o adoecimento do Brasil de 2019 expressa a radicalização da impotência. As pessoas, hoje, não sabem como reagir à quebra do pacto civilizatório representada pela eleição de uma figura violenta como Bolsonaro, que não só prega a violência como violenta a população todos os dias, seja por atos, seja por aliar-se a grupos criminosos, [como faz com desmatadores e grileiros na Amazônia](#), seja por mentir compulsivamente. Não sabem, também, como parar essa força que as atropela e esmaga. Sentem como se aquilo que as está atacando fosse “imparável”, porque percebem que já não podem contar com as instituições – constatação gravíssima para a vida em sociedade. E então passam a sentir-se como reféns – e, seguidamente, a atuar como reféns.

“Como reagimos à violência de alguém como Bolsonaro, que faz e diz o que quer, sem que seja impedido pelas instituições?”, questiona. “Toda a nossa experiência dá conta de que a vida em sociedade é regulada por instâncias que vão determinar o que pode e o que não pode, que têm o poder de impedir a quebra do pacto civilizatório, este pacto que permite que a gente possa conviver. Nesta experiência de que há um regulador, se uma pessoa é [racista, ela vai ser processada – e não virar presidente do país](#). O que vivemos agora, com Bolsonaro, é a quebra de qualquer regulação. E isso tem um enorme impacto sobre a vida subjetiva. Ninguém sabe como reagir a isso, como viver numa realidade em que o presidente pode mentir e pode até mesmo inventar uma realidade que não corresponde aos fatos.”

A documentação das experiências de autoritarismo em diferentes épocas e países costuma relatar o sofrimento físico e psíquico das vítimas, mas geralmente em condições explícitas. Como, por exemplo, um judeu num [campo de concentração nazista](#). Ou uma das mulheres torturadas no Doi-Codi, em São Paulo, durante a [ditadura militar do Brasil](#) (1964-1985). Perceber essa violência explícita como

violência é imediato. O que a experiência autoritária do bolsonarismo tem demonstrado é o quanto pode ser difícil resistir (também) à violência do cotidiano, aquela que se infiltra nos dias, nos pequenos gestos, na paralisia que vira um modo de ser, nas covardias que deixamos de questionar.

O cotidiano de exceção tem se infiltrado e realizado em milhões de pequenos gestos de autocensura, silêncio e ausência no Brasil

Há milhares, talvez milhões de pequenos gestos de conformação acontecendo neste exato momento no Brasil. Em silêncio. Pequenos movimentos de autocensura, ausências nem sempre percebidas. Uma autora me conta que conseguiu manter seu livro no catálogo da editora sem usar a palavra sexualidade.... para falar de sexualidade. Uma diretora me diz que vestiu os corpos de suas atrizes, até então nuas, numa peça de teatro. A professora de uma das mais importantes universidades públicas do país me relata que muitos colegas já deixaram de analisar determinados temas em salas de aula [por medo do “poder de polícia” dos alunos](#), que têm gravado as aulas e se comportado de forma ainda mais violenta que a polícia formal. Um curador de eventos preferiu não fazer o evento. Mudou de assunto. Outro deixou de convidar uma pensadora que certamente levaria bolsocrentes para a sua porta. Nunca saberemos o que poderia acontecer, porque o acontecimento foi impedido para não sofrer o risco de ser impedido.

Há tantos que já preferem “não comentar”. Ou que dizem, simpaticamente: “me deixa fora dessa”. É também assim que o autoritarismo se infiltra, ou é principalmente assim que o autoritarismo se infiltra. E é também assim que se adocece uma população por aquilo que ela já tem medo de fazer, porque antecipa o gesto do opressor e se cala antes de ser calada. E em breve talvez tenha medo também de sussurrar dentro de casa, num mundo em que os aparelhos tecnológicos podem ser usados para a vigilância. Chega o dia em que o próprio pensamento se torna uma doença autoimune. É assim também que o autoritarismo vence antes mesmo de vencer.

Um dos sintomas do cotidiano de exceção que vivemos é a colonização de nossas mentes. Mesmo pessoas que viveram a ditadura militar não têm recordação de algum momento da sua vida em que tenham pensado todos os dias no presidente da República. Bolsonaro administra o horror dos dias, com suas violências e mentiras, de um modo que o torna onipresente. Faça o teste: quantas horas você consegue ficar sem pensar em Bolsonaro, sem citar uma bestialidade de Bolsonaro? É isso o autoritarismo. Mas sobre isso poucos falam.

Bolsonaro encarna a vanguarda messiânica-apocalíptica do mundo

Se Bolsonaro encarna a vanguarda messiânica-apocalíptica do mundo, é preciso sublinhar que os brasileiros não estão sós. Um amigo estrangeiro me conta que, desde que [Donald Trum](#) passumiu, a primeira coisa que ele faz ao acordar é conferir qual é a [barbaridade que o presidente americano escreveu no Twitter](#), porque sente que isso afeta diretamente a vida dele. E afeta.

Mario Corso, psicanalista e escritor gaúcho, aponta que não é possível pensar no que ele chama de “ethos depressivo” deste momento fora do contexto do Ocidente. “Veja o Reino Unido. O novo primeiro-ministro (referindo-se ao pró-Brexit [Boris Johnson](#)) é um palhaço. E eles já tiveram Churchill!”, exemplifica. “O problema, no Brasil, é que além de toda a crise global, elegemos um cretino para presidente”, diz o psicanalista. “O que assusta é que não há freios para impedi-lo. E, assim, ele segue atacando os mais frágeis. Como Bolsonaro é covarde, ele não engrossa com os maiores que ele.”

Boris Johnson não chega a ser um Donald Trump. E nem Donald Trump chega a ser um Jair Bolsonaro. Mas a diferença maior está na qualidade da democracia. Tanto nos [Estados Unidos](#) quanto no Reino Unido, as instituições têm conseguido exercer o seu papel. No Brasil, não chega a ser perda total – ou não bastou (ainda) “um cabo e um soldado” para fechar o STF, como sugeriu o [futuro possível embaixador do país nos Estados Unidos, Eduardo Bolsonaro](#), o garoto zerotrês. Mas a precariedade – e com frequência a omissão – das instituições – quando não conivência – são evidentes. “Enquanto Bolsonaro não consegue uma ditadura total, porque isso ele quer, mas ainda não conseguiu, ele antecipa a ditadura pelas palavras”, diz Corso. “Bolsonaro usa aquilo que você definiu como autoverdade para antecipar a ditadura. Os fatos não importam, o que ‘eu’ digo é o que é.”

“A guerra acontece quando a palavra, como mediadora, se extinguiu”

Para Rinaldo Voltolini, professor de psicanálise da Universidade de São Paulo, a autoverdade é a amputação da palavra no sentido pleno. “Este é um grande disparador do sofrimento das pessoas, ao constatarem que estão fora no nível mais importante. Não é que você está fora porque não tem uma casa ou um carro, hoje você está fora das possibilidades de leitura do mundo. O que você diz não tem valor, não tem sentido, não tem significado. É como se, de repente, você já não tivesse lugar na gramática”, diz o psicanalista. “O que é a guerra? A guerra acontece quando a palavra, como mediadora, se extinguiu. Isso acontece entre duas pessoas, entre países. **Sem a mediação da palavra, se passa diretamente ao ato violento.**”

A autoverdade, como escrevi neste espaço, determinou a eleição de Bolsonaro. E seguiu moldando sua forma de governar pela guerra, o que implica a destruição da palavra. Assim, desde o início do governo, Bolsonaro tem chamado os órgãos oficiais de mentirosos sempre que não gosta do resultado das pesquisas. Como quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística mostrou que o número de desempregados tinha aumentado no seu governo.

Nos últimos dias, porém, o antipresidente levou a perversão da verdade, esta que torna a verdade uma escolha pessoal, à radicalidade. [Decidiu que a jornalista Míriam Leitão não foi torturada](#) – e ela foi. Insinuou que o pai do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil teria sido executado pela esquerda, quando ele desapareceu por obra de agentes do Estado na ditadura militar. [Decidiu que ninguém mais passa fome no Brasil](#) – o que é desmentido não só pelas estatísticas como pela experiência cotidiana dos brasileiros. Decidiu que os dados que apontaram a explosão do desmatamento na Amazônia, produzidos pelo conceituado Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, eram mentirosos. Isso porque apenas no mês de julho de 2019 foi desmatada uma área de floresta maior do que a cidade de São Paulo, com índices três vezes maiores do que no mesmo mês no ano passado. E Bolsonaro decidiu ainda que “só os veganos que comem vegetais” se importam com o meio ambiente.

Bolsonaro controla o cotidiano porque fora de controle. Bolsonaro domina o noticiário porque criou um discurso que não precisa estar ancorado nos fatos. A verdade, para Bolsonaro, é a que ele quer que seja. Assim, além da palavra, Bolsonaro destrói a democracia ao usar o poder que conquistou pelo voto para destruir não só direitos conquistados em décadas e todo o sistema de proteção do meio ambiente, mas também para destruir a possibilidade da verdade.

O que vivemos não é mal-estar, mas horror

“Narrar a história é sempre o primeiro ato de dominação. Não é por acaso que Bolsonaro quer adulterar a história. A história da ditadura é construída por muitos documentos, é uma produção coletiva. Mas ele decide que aconteceu outra coisa e não apresenta nenhum documento para comprovar o que diz”, analisa Voltolini. “Não é que estamos vivendo o mal-estar na civilização. Isso sempre houve. A questão é que, para ter mal-estar é preciso civilização. E hoje, o que está em jogo, é a própria civilização. Isso não é da ordem do mal-estar, mas da ordem do horror.”

Como enfrentar o horror? Como barrar o adoecimento provocado pela destruição da palavra como mediadora? Como resistir a um cotidiano em que a verdade é destruída dia após dia pela figura máxima do poder republicano? Rinaldo Voltolini lembra um diálogo entre [Albert Einstein](#) e Sigmund Freud. Quando Einstein pergunta a Freud como seria possível deter o processo que leva à guerra, Freud responde que tudo o que favorece a cultura combate a guerra.

Os bolsonaristas sabem disso e por isso estão atacando a cultura e a educação. A cultura não é algo distante nem algo que pertence às elites, mas sim aquilo que nos faz humanos. Cultura é a palavra que nos apalavra. Precisamos recuperar a palavra como mediadora em todos os cantos onde houver gente. E fazer isso coletivamente, conjugando o nós, reamarrando os laços para fazer comunidade. O único jeito de lutar pelo comum é criando o comum – em comum.

É preciso dizer: não vai ficar mais fácil. Não estamos mais lutando pela democracia. Estamos lutando pela civilização.

4. Outra armação em Itaipu

Tereza Cruvinel

Todo governo descobre seu “grande negócio”, seja a pretexto de financiar o partido e o projeto político, seja simplesmente para enriquecer seus membros.

Está ficando claro que para o governo Bolsonaro, Energia é o grande negócio.

Embora Jair Bolsonaro tenha descartado a privatização da Eletrobrás na campanha, aí está o ministro das Minas e Energia, almirante Bento Albuquerque, confirmando através do jornal Valor Econômico que o governo já optou pela pulverização das ações da estatal, de modo que a União deixe de ter o seu controle acionário.

Só este já será um grande negócio.

Mas é pela binacional Itaipu que estão passando, neste momento, as jogadas mais importantes para os amigos do governo em relação aos negócios com energia.

Há outras armações em Foz do Iguaçu, além do escândalo que agita o Paraguai, e deveria estar agitando o Brasil, uma vez que o nome dos Bolsonaro foi usado ostensivamente pelos operadores do acordo secreto que, após descoberto, quase levou ao impeachment do presidente Benítez e ainda ameaça seu mandato.

Uma grande armação é o “engravidamento” do Conselho de Administração da estatal brasileira por agentes que representam altos interesses do setor privado na área de energia.

Já no governo Bolsonaro foram nomeadas duas figuras que todo mundo no mercado sabe quem são e a quem servem.

Um deles é Wilson Ferreira Junior, ex-executivo da CPFL e atual presidente da Eletrobras. Mas, embora presida a estatal, ele foi posto por Michel Temer no cargo exatamente para comandar a sua privatização. Ele é tido como o ponta de lança dos interesses privados no setor. Por isso foi mantido no cargo por Bolsonaro.

O outro é Luiz Fernando Vianna, ex-presidente da Copel e ex-diretor geral brasileiro na Itaipu Binacional. Nomeado no início do governo Temer, ele deixou o cargo em maio do ano passado para aceitar uma proposta milionária do setor privado. Foi comandar a Delta Energia, uma das maiores comercializadoras do setor, detentora de um dos maiores fundos de energia do país.

Wilson e Luiz Fernando são amicíssimos e articularam juntos o ingresso no Conselho da Itaipu porque entendem do negócio. As nomeações só saíram no governo Bolsonaro, com o apadrinhamento do Ministro de Minas e Energia.

Para isso, pesou muito a relação de Viana com o almirante.

Eles foram colegas na Marinha durante dois anos, antes de Vianna abandonar a carreira militar para estudar engenharia. Acabaram se reencontrando recentemente, o almirante como ministro das Minas e Energia, Viana como executivo de um grande fundo comercializador de energia. Deu liga.

Vianna falava aos amigos que trabalhava para integrar o Conselho de Itaipu para "acompanhar" a modernização tecnológica da binacional, um negócio estimado em US\$ 500 milhões de dólares, e também as negociações do Anexo C do Tratado Binacional de Itaipu. No fundo, este segundo ponto é o que interessa.

O Anexo C vence em Fevereiro de 2023 e precisa ser renegociado até lá. Trata-se da fixação das regras de comercialização da energia de Itaipu no Brasil e no Paraguai nos anos seguintes. A posição ocupada por eles é estratégica e a crise política no Paraguai expôs esses interesses de forma evidente.

Figuras ligadas à família Bolsonaro, como Alexandre Giordano, representante da empresa Léros e suplente do senador Major Olimpio (PSL), líder do governo no Senado, tentaram se adiantar e garantir vantagens no acordo firmado para a repartição de energia no ano que vem. Como a reação paraguaia foi enorme, e ainda ameaça o presidente Benitez com o impeachment, o acordo secreto gorou.

Mas as armações para a revisão do Anexo C, que acontecerão durante o mandato de Bolsonaro, seguem a vapor. Trata-se de uma disputa para ver quem vai controlar a revenda do excedente de energia dentro do Brasil. Negócio de gente grande.

Teoricamente, esta energia deveria ser comprada pela Eletrobrás mas a empresa deixará de ser estatal. Sua privatização é condição preliminar para que a revenda caia em mãos privadas. Mas muita coisa terá que ser definida antes de fevereiro de 2023. Qual será o papel das comercializadoras? O Paraguai tem direito a 50% da energia de Itaipu é só vem usando em torno de 15% desse total. Hoje, os 35% não utilizados pelo Paraguai vêm para o Brasil a preço de custo - previsto no anexo C.

Quanta energia virá a partir de 2023, e a quê custo virá? Estas regras assanham o setor privado. Só para se ter ideia do volume do

negócio: A energia total de Itaipu em 2018 gerou um orçamento de US\$ 4,2 bilhões. Como haverá o excedente de 35% da produção total de energia não utilizada pelo Paraguai, é só fazer a conta. No mínimo US 1,5 bilhão em jogo. Tudo isso, naturalmente, passará pelo Conselho de Administração de Itaipu, onde foram instalados dois representantes do setor privado, dos grupos interessados em estabelecer as novas regras, que podem ter como subproduto o encarecimento da energia consumida pelos brasileiros. No Paraguai, a explosão da crise em torno do acordo secreto mobilizou a sociedade civil, que agora se lançou contra os "vendepátrias" que atuavam em Itaipu.

E aqui, eles continuarão em posições de mando, com a bênção do governo e sob os olhos fechados da sociedade? Prestemos mais atenção aos negócios com energia.

PARTE III.

ANEXOS

Bouço, Vida e Obra

1. Bolsonaro será denunciado por crime contra a humanidade no Tribunal de Haia

<https://revistaforum.com.br/politica/bolsonaro-sera-denunciado-por-crime-contra-a-humanidade-no-tribunal-de-haya/?fbclid=IwAR3N04nl29KKGrX6Gw13iPbE5Ark0tuuXWDYMj14u5socQwLzXiJZu7djPc>

Denúncia que será encaminhada ao Tribunal Penal Internacional de Haya, na Holanda, acusa Bolsonaro pelo crime de ecocídio

Foto: Antonio Cruz/ Agência Brasil

Por Redação

Um grupo de advogados de direitos humanos, direito ambiental e internacional vai entrar com uma denúncia contra o presidente do Brasil por conta por crime ambiental e contra a humanidade no Tribunal Penal Internacional (TPI), em Haya, na Holanda. Bolsonaro poderá ser indiciado por conta da demora para tentar combater o [aumento dos incêndios que ocorrem na Amazônia](#).

“Estudamos o caso e vemos que os danos ocorridos neste ano na Amazônia podem ser vistos como consequência de declarações irresponsáveis de Bolsonaro, assim como do desmonte de órgãos ambientais e das políticas de Estado de proteção a direitos socioambientais. Os ataques de Bolsonaro aos órgãos de pesquisa, aos ambientalistas, às organizações não governamentais e aos órgãos de fiscalização ambiental se apresentaram como um salvo conduto para ações criminosas contra o meio ambiente”, afirmou ao canal alemão *Deutsche Welle* a advogada Eloísa Machado.

O crime de ecocídio é reconhecido pelo Tribunal de Haya desde 2016. Segundo a advogada, caso o TIP condene Bolsonaro, o restante do mundo verá que o presidente do Brasil é indiferente e desrespeitoso com as leis internas e com o direito internacional.

Veja também: Fórum Onze e Meia #14 – Bolsonaro se torna ameaça mundial com Amazônia em chamas

“Permitir a destruição da Floresta Amazônica tem duplo impacto: local, porque constitui uma violação nos direitos dos povos indígenas que vivem na floresta e que dela dependem tanto para seu sustento como para seu bem-estar físico e espiritual; e há o impacto global, já que a Amazônia fornece oxigênio para o mundo e participa da regulação da temperatura, influenciando o clima mundial e a circulação das correntes oceânicas”, diz a advogada francesa Valérie Cabanes, especialista em direitos humanos.

2.

Fale mais, Bolsonaro

Mariliz Pereira Jorge

RIO DE JANEIRO Bolsonaro disse que não vai mudar seu jeito. Ele está certo. Tem que continuar desse jeitinho, tão “espontâneo”, sem filtro, que seus eleitores admiram. Apoio total para que diga tudo o que pensa. Fale mais, presidente. Fale tudo o que vossa excelência, ops, pensa. Faça piada com pinto de japonês, chame nordestino de paraíba, diga que não tem fome no Brasil, minimize a questão do trabalho infantil, ameace jornalista de pegar cana.

Diga que não houve ditadura, que jornalista torturada não foi torturada. Insinue que sabe o que aconteceu com desaparecido político. Chame de balela documentos oficiais sobre os mortos do regime. Diga que o nazismo é de esquerda. E que o Exército não matou ninguém, afinal, o que são 80 tiros?

Diga que pode perdoar o Holocausto, que vai fechar a Ancine, que não pode filme com prostituta ou propaganda com transexual. Proíba as palavras “lacrou” e “morri” em peças do governo. Diga mais, mito, diga

que vai privilegiar o filhão com uma embaixada e que vai mandar a família passear com helicóptero da FAB.

Fale para quem quiser ouvir que o Brasil não pode ser país de turismo gay, mas quem quiser sexo com mulher, fique à vontade. Fale mais, tiozão do pavê. Diga que só os veganos se preocupam com o meio ambiente. Defenda trabalho forçado para presidiários. É proibido, mas e daí?

Fale mais, sincerão. Diga que o IBGE não sabe nada sobre desemprego, que a Fiocruz não tem dados confiáveis sobre drogas, que o Inpe mente sobre o desmatamento, que o Brasil é exemplo para o mundo em preservação ambiental, o país que menos usa agrotóxico.

Fale mais, todos os dias, sem falhar nenhum, para que seja de conhecimento geral, para que não nos esqueçamos nem por um único dia o autocrata, ignóbil, sem empatia, o ser obtuso que desgoverna este país. Fale mais, que tá pouco. Fale mais porque o peixe e o falastrão quase sempre morrem pela boca.

Hora da reação popular ao governicho dos bolsoneros: Todos às ruas contra os ataques à Constituição, ao M.Ambiente, aos Direitos Humanos, à Democracia e às servidões do cargo que ocupa, antes que se abra o fosso que nos remeterá, pela via da idio-ditadura familiar e autoritária, ao HOTEL ABISMO.

**NÃO AO “BRASIL NOVO” e embolorado!
VIVA O BRASIL SOBERANO! VIVA O ESTADO DE DIREITO
DEMOCRÁTICO COM RESPEITO À NOSSA DIVERSIDADE
CULTURAL E ÉTNICA.**

Mais uma pérola do NOVO BRASIL da idiocracia autoritária em marcha forçada rumo ao HOTEL ABISMO.

Renato Janine Ribeiro FB 30 JUL

Há três maneiras legais de tirar Bolsonaro:

- 1. Impeachment (o desembargador Alfredo Attié já elencou boa quantidade de crimes de responsabilidade que permitem isso). Pelo Congresso;**
- 2. Cassação da chapa pelo uso farto, e ilegal, de fake news na campanha (também Alfredo Attié). Pelo TSE, com recurso ao STF;**
- 3. Interdição por grave doença mental (Gilberto Dimenstein levantou isso, e ontem o prof. Miguel Reale Jr. tratou do assunto). Ignoro o procedimento.**

Mas nada disso acontecerá sem muita gente na rua.

Milton Saldanha: Eis o homúnculo, segundo Geisel . FB 30 JUL

“Não contemos o Bolsonaro, porque o Bolsonaro é um caso completamente fora do normal, inclusive um mau militar”.

Comentário do general e ex-presidente Ernesto Geisel. Página 113 do livro “Ernesto Geisel”, a imensa entrevista, gravada, que concedeu aos pesquisadores Maria Celina D’Araujo e Celso Castro, da FGV. A quarta e última edição do livro saiu em 1997, um ano depois da morte de Geisel, e quando

FOME

https://bbc.in/2Y2qUOM?fbclid=IwAR1apzDmep5NGvtlwAovVledy_zJ1TkdCTstZDwUxNwbseSPRtRXVbdRu_Sw

vídeo BBC – Brasil ladeira abaixo

https://l.facebook.com/l.php?u=https%3A%2F%2Fblogdacidadania.com.br%2F2019%2F05%2Fveja-documentario-da-bbc-sobre-a-decadencia-do-pais-devido-ao-golpe-de-2016%2F%3Ffbclid%3DIwAR2IJJ71K74y13Itc12YtmCZPyesE3ScMD2sVyR4QRb_ykuwSWe0k6MJZUQ&h=AT2Tf00xbRQmfRBnVbinmNSf7dFRzvho_5_elq1UWz0j_NGc7MIC5yCI4nZuNue49J50b7VIXvR-H3JeLw5kzYGXAD_o0jd7KtGaxkC42uc7c_CN0fqSMywJRamt49P91cf8GAgc1cKSlvJqJcHc0oyar6xdKLDCTaEhfw

A SOCIEDADE BRASILEIRA, ASSISTE CALADA À SUA PRÓPRIA DESTRUIÇÃO!!

O meu bom dia infelizmente é esse. Com indignação e muita tristeza.
Repasse para o máximo.

Difícil de acreditar.

Pessoal, as alterações na LDB saíram hoje!!! Da noite pro dia, só pra variar

Publicada a nova legislação da educação, envolvendo o ensino médio e também mudanças no fundamental.

Não são mais obrigatórias: Sociologia, Filosofia, Artes, Educação Física, Música.

Não é mais obrigatório o ensino de cultura afrobrasileira.

Não é mais garantida a universalidade do ensino básico.

Não é mais garantida a gratuidade do ensino público básico (tanto no fundamental quanto no médio).

Não é mais obrigação do Estado garantir educação infantil para todos.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm

Está difícil de acreditar

[http://www.planalto.gov.br/.../ Ato2015-.../2016/Mpv/mpv746.htm...](http://www.planalto.gov.br/.../Ato2015-.../2016/Mpv/mpv746.htm...)

No link da LDB indicado acima encontra-se no corpo do texto as alterações dessa MP.

Nesse novo formato eles anulam todos os parágrafos incluídos pelas leis 10.639 e 11.645

Veja mais essa aberração do judiciário. Vamos denunciar.

O cúmulo será a aprovação da Nova LEI ORGÂNICA da Magistratura Nacional (LOMAN).

O projeto cria, por exemplo, auxílio-educação para filhos com até 24 anos de juízes, desembargadores e ministros do Judiciário em escolas e universidades privadas; auxílio-moradia equivalente a 20% do salário; transporte, quando não houver veículo oficial; reembolso por despesas médicas e odontológicas não cobertas por plano de saúde, e licenças para estudar no exterior com remuneração extra.

Se você repassar para somente dois amigos nas primeiras horas, em 28 horas toda população brasileira vai tomar -conhecimento desse ABSURDO.

Não deixe de repassar, ao menos a 2 amigos; é o suficiente para gerar esta progressão de números

IDEOLOGIA E IRRACIONALIDADE

CHEGARAM... A IDEOLOGIA OS SUSTENTA E A IRRACIONALIDADE A ALIMENTA. ENQUANTO OS ILUMINISTAS REIVINDICAM O RETORNO À RAZÃO.

O Brasil à beira de um novo tipo de ESTADO HIERÁRQUICO. Não católico. Irracional. Muito eclético, como era de se esperar, misturando Velho Testamento (fé) com Neoliberalismo (mercado) e autoritarismo militar (ordem e progresso). Intolerante e violento, alimentado por pura ideologia e avesso aos ditames da Razão, da Ciência, do consenso democrático, das instituições, até das exigentes servidões do Poder com um mínimo de respeito ao decoro público, com forte acento supremacista branco e aberto preconceito contra populações mais pobres e vulneráveis. Temo.

Chegaram lá.

A terra é plana...O nazismo era de esquerda. A mudança climática é uma conspiração chinesa.

3. BYE BYE BRASIL

Pedro Augusto Pinho, administrador aposentado

Marcos de Oliveira, Diretor de Redação do Monitor Mercantil, escreveu em sua coluna Fatos e Comentários, no dia 16 de julho de 2019:

"Muitas vezes, os atos de desconstrução do Brasil que vêm sendo praticados nos últimos anos são criticados de forma isolada. Perde-se o “grande quadro”, tão valorizado pelos norte-americanos. Estes atentados recentes ao país não vêm só do Governo Bolsonaro; eles marcaram o Governo Temer e começaram antes dele, no autogolpe de Dilma Rousseff, ao terceirizar a condução da política econômica. Vamos a alguns deles:

- Redução de verbas para universidades**
 - Cortes na pesquisa**
 - Mutilação do Mais Médicos**
- Fim da produção, por laboratórios nacionais, de medicamentos de uso contínuo**
 - Acordo com a União Europeia**
- Desmonte das empresas nacionais capazes de competir no exterior**
 - Redução da importância da Petrobras**
 - Entrega do pré-sal**
- Fim do Fundo Soberano (o da Noruega, grande produtor de petróleo, como o Brasil, tem mais de US\$ 1 trilhão)**
 - Ataques aos direitos trabalhistas**
 - Cortes nas verbas dos sindicatos (inclusive patronais, mantendo fortes apenas as federações que recebem recursos compulsórios via Sistema S)**

- Independência do Banco Central
- Demolição do BNDES e demais bancos públicos
- E os mais óbvios: reformas da Previdência e Tributária, ampliando a desigualdade social

Vistos em conjunto, tem-se o quadro de um projeto destinado a tirar do Brasil qualquer capacidade de se desenvolver e exercer uma posição soberana no mundo".

Só faltou dizer que por trás de tudo isso estão também a banca, o capital financeiro internacional, em sua trajetória para a dominação da aldeia global, e os agentes estrangeiros no judiciário e no legislativo que propõe a entrega das receitas tributárias, sob o manto do sistema de securitização da dívida pública, projeto de lei complementar 459/17, de autoria do senador José Serra, várias vezes denunciado e detalhadamente explicado pela Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã, auditora fiscal Maria Lucia Fattorelli.

4. A insensatez e a classe média

http://blogs.correiobraziliense.com.br/azedo/a-insensatez-e-a-classe-media/?fbclid=IwAR01SxGVD7QfEzsz2qn3FOJtVph60CfY3nBJtPPa6nmLOydvIdRI2KTEp_U

Publicado em 11/08/2019 - 09:19 Luiz Carlos Azedo

“Os que se mantiveram na classe média, diante do risco de perder essa condição, e os que voltaram à pobreza, promoveram o giro à direita que levou o presidente Jair Bolsonaro ao poder”

Uma das canções mais famosas de Tom Jobim e Vinicius de Moraes, Insensatez é um clássico da bossa nova. Lançada em 1961, seus arranjos de piano, de autoria de Tom, revelam clara influência do Prelúdio nº 4 em Mi Menor de Chopin, ao passo que a letra é uma espécie de autocrítica amorosa de Vinicius, poeta de muitos casamentos e separações: “Ah, insensatez que você fez/ Coração mais sem cuidado/ Fez chorar de dor o seu amor/ Um amor tão delicado”.

Não foi à toa que Insensatez fez uma espetacular carreira musical no Brasil e no exterior, gravada por João Gilberto, Astrud Gilberto e outros grandes artistas brasileiros, como Nara Leão, Elis Regina, Sylvia Telles, Maria Creuza, Roberto Carlos e Fernanda Takai; a versão inglesa, de Norman Gimbel, por Frank Sinatra, Ella Fitzgerald, Peggy Lee, Nancy Wilson, Morgana King, Stan Getz, Claudine Longet e Dianna Krall. Na voz de Iggy Pop, mais recentemente, fez parte da trilha do filme Sete Vidas, com Will Smith no papel principal.

O filme é uma história sobre sentimento de culpa e depressão de um homem que se envolve num acidente automobilístico no qual morreram sete pessoas e cuja redenção, ele acredita, depende de salvar sete vidas. A letra de Insensatez mostra como fraqueza revela as ações desalmadas e apela à razão e à sinceridade como atitudes que levam ao perdão: “Vai, meu coração, ouve a razão/ Usa só sinceridade/ Quem semeia vento, diz a razão/ Colhe sempre tempestade”. Termina com uma autoadvertência: “Vai, meu coração, pede

perdão/ Perdão apaixonado/ Vai, porque quem não perde perdão/ Não é nunca perdoado”.

A bossa nova foi uma revolução musical que assinalou dois fenômenos interligados: a emergência cultural da classe média e “verticalização” das cidades. Surgiu na euforia dos Anos Dourados do governo Juscelino Kubitschek, protagonizado por um grupo de jovens músicos e compositores da classe média carioca que queriam promover a cultura brasileira internacionalmente. Seu marco fundador é a gravação de Chega de saudade num compacto simples, por João Gilberto, cuja batida de violão se inspirou no tamborim para revolucionar o que, na voz de Elizeth Cardoso, segundo Tom Zé, em Estudando a bossa, “era apenas mais um samba-canção.”

O LP Chega de saudade consagrou a bossa nova um ano depois, projetando Tom Jobim e Vinícius de Moraes nacional e internacionalmente. A seguir, o estrondoso sucesso de Garota de Ipanema, na voz de Astrud Gilberto, com Stan Getz no sax, João no violão e Tom no piano, fez dessa música uma das 50 grandes obras musicais da humanidade, segundo a Biblioteca do Congresso norte-americano. O canto falado de João Gilberto, influenciado pelo samba e pelo jazz, rompeu o paradigma da grande voz operística, sendo considerado a simbiose perfeita do violão e da voz, e passou a ser imitado por sucessivas gerações de instrumentistas e cantores.

Repressão

Com a bossa nova, um banquinho e um violão bastavam para encher de amor e poesia os pequenos bares boêmios e os ambientes apertados dos apartamentos. Com o golpe militar de 1964, a bossa nova passou a abordar temas sociais e políticos e suas letras românticas passaram a ter dupla interpretação, uma forma de contestação política da classe média. Em razão da repressão instaurada pelo regime militar, acabou dando origem à chamada MPB, a moderna música popular brasileira. Entretanto, a estética da bossa nova até hoje serve de referência para inúmeros artistas.

Em 2012, um estudo feito pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência, então sob comando do ex-ministro Moreira Franco, calculou a classe média brasileira em 104 milhões de pessoas. Segundo o levantamento, no curto período de 10 anos, 35 milhões de brasileiros haviam passado à condição de classe média, graças à criação de 18 milhões de empregos formais no período. A renda média desse segmento havia crescido 3,5% ao ano, enquanto a das demais famílias cresceu, no mesmo período, 2,4% ao ano. A nova classe média movimentava cerca de R\$ 1 trilhão/ano na economia.

Esse ganho se perdeu com a recessão do governo Dilma Rousseff, que se pautou pela insensatez na economia, levando a classe média de volta aos antigos patamares demográficos. Na política, os que se mantiveram na classe média, diante do risco de perder essa condição, e os que voltaram à pobreza, mas não se conformam com a perda desse status social, promoveram o giro à direita que levou o presidente Jair Bolsonaro ao poder. Entretanto, com a insensatez na política e a persistência do desemprego, há muitos sinais de descolamento desses segmentos do atual governo. Afinal, como na música que até hoje encanta os corações de classe média, nem sempre é mais seguro ser temido do que amado; a maldade pode ser um sinal de fraqueza, como diriam Tom e Vinícius: “Ah, porque você foi fraco assim? / Assim tão desalmado/ Ah, meu coração, quem nunca amou / Não merece ser amado”.

Capricho infantil

https://opinioao.estadao.com.br/noticias/notas-e-informacoes,capricho-infantil,70002958999?utm_source=facebook%3Anewsfeed&utm_medium=social-organic&utm_campaign=redes-sociais%3A082019%3Ae&utm_content=%3A%3A%3A&utm_term&fbclid=IwAR3jrw2OSsWQYvSpmYfkr9xvKwbmvU5ne7SzlLwm6pPZ-ezfHxNfqQ0Ko

As vítimas da retaliação ignóbil de Jair Bolsonaro ao assinar a MP 892/2019 serão pequenos e médios jornais e as populações de suas cidades, que deixarão de ter poderosas fontes de informação

O Estado de S.Paulo~ 08 de agosto de 2019 | 03h00

O presidente Jair Bolsonaro não poderia ter sido mais claro ao revelar o sentimento que o animou a assinar a Medida Provisória (MP) 892/2019, publicada no Diário Oficial da União no dia 5 passado. A medida, que dispensa as empresas de capital aberto de publicarem suas demonstrações financeiras em jornais de grande circulação – bastando a publicação dos balanços no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) –, foi a “retribuição” do presidente ao tratamento supostamente hostil que ele diz receber da imprensa desde a campanha eleitoral.

“(Fui eleito) sem televisão, sem tempo de partido, sem recursos, com quase toda a mídia o tempo todo esculachando a gente. (Chamavam-me de) Racista, fascista e seja lá o que for. No dia de ontem, retribuí parte daquilo (com) que grande parte da mídia me atacou”, disse Bolsonaro durante a cerimônia de inauguração de uma fábrica de medicamentos em Itapira (SP).

É importante que se diga de pronto que nada há de errado na propositura de uma alteração do dispositivo da Lei 4.404/1976 – a Lei das Sociedades Anônimas – que determina que a publicação dos balanços das empresas de capital aberto seja feita “no órgão oficial da União ou do Estado ou do Distrito Federal, conforme o lugar onde esteja situada a sede da companhia, e em outro jornal de grande circulação”. Evidente que cabe discutir a pertinência desta exigência legal quase no fim da segunda década do século 21. Há alguns anos, aliás, as próprias empresas de comunicação têm pensado em soluções tecnológicas para continuar levando informação ao público por meios outros que não a impressão em papel.

Entretanto, a MP assinada pelo presidente Bolsonaro, tal como foi concebida, não é uma medida de natureza progressista e liberal. Longe disso. Trata-se de uma agressão frontal à liberdade e à independência da imprensa por meio da constrição abrupta de suas receitas, meta que os ex-presidentes Lula da Silva e Dilma Rousseff sempre ameaçaram alcançar, mas jamais tiveram a ousadia de levar a cabo.

Movido por um misto de ignorância do papel do jornalismo nas sociedades democráticas, inaptidão para o cargo e rancor pela legítima fiscalização do exercício do poder pela imprensa – tomada como um gesto de hostilidade pessoal –, Jair Bolsonaro mira nos grandes veículos de comunicação, como se pôde ver no regozijo irônico com que anunciou a medida, mas acabará por fechar jornais regionais que têm na receita advinda da publicação dos balanços empresariais uma de suas mais importantes fontes de financiamento.

Exatamente por esta razão, o Congresso Nacional teve o cuidado de prever na Lei 13.818/2019, aprovada em abril, um período de transição para o novo modelo de publicação das demonstrações financeiras por meio eletrônico. De acordo com o referido diploma legal, os jornais teriam até o dia 1.º de janeiro de 2022 para se preparar para a mudança. O tempo seria suficiente para que as empresas jornalísticas buscassem fontes alternativas de receita no mercado.

Ao editar a MP 892 apenas três meses após a aprovação de uma lei sancionada por ele, Jair Bolsonaro avilta a Constituição e o Congresso, posto que a medida provisória em questão não preenche os requisitos essenciais de urgência e relevância. O Congresso dará um exemplo de correção e de respeito às liberdades se devolver a MP 892 ao Planalto, impondo a seus signatários um período de reflexão sobre os alicerces e os limites do poder.

O presidente Jair Bolsonaro não tolera a imprensa independente porque não é capaz de controlá-la. Em sua história de 144 anos, não foram poucas as

tentativas de calar O Estado de S. Paulo com ações semelhantes às dele. Porém, ao contrário do que pode pensar o presidente da República, os grandes veículos de comunicação não dependem da chamada publicidade oficial. Não irão falir pela ação da caneta presidencial e continuarão a publicar o que for de interesse público. As vítimas da retaliação ignóbil serão pequenos e médios jornais e as populações de suas cidades, que deixarão de ter poderosas fontes de informação e de fortalecimento dos laços comunitários.

6. SEMEADOR NO ESPAÇO, DEVASTADOR NA TERRA

Reinaldo José Lopes FSP 29 JULHO

Nunca achei justo que ridicularizassem Marcos Pontes, por enquanto o único astronauta brasileiro, por ter plantado feijões no espaço, repetindo a experiência que toda criança do país já fez com algodões em casa algum dia. A ideia, na verdade, até me soava inspiradora, de um jeito singelo, tal como a própria trajetória de Pontes.

A reação invertebrada do atual ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações aos chilikos de Bolsonaro sobre o desmatamento na Amazônia esmigalhou essas ilusões, feito um pedaço de lixo espacial caindo na cabeça de um transeunte incauto. O cenário se transformou numa versão amarga da parábola do semeador: o plantador de feijões espaciais capaz de engolir qualquer distorção dos fatos para que a floresta dê lugar a capim e soja na Terra.

Caso você tenha andado pelo espaço nos últimos dias, eis um resumo da ópera bufa a que me refiro. O presidente da República disse que os dados de satélite sobre o desmate amazônico, analisados pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), seriam exagerados ou falsos, e que o pesquisador Ricardo Galvão, diretor do Inpe, poderia estar a “serviço de alguma ONG.”

“Com toda a devastação de que vocês nos acusam de estar fazendo e ter feito no passado, a Amazônia já teria se extinguido”, arrematou Bolsonaro.

É curioso que um egresso do oficialato do Exército aparentemente não entenda matemática básica —os dados do Inpe apontam uma perda de cerca de 20% da área original da mata, o que está muito longe de ser sumiço completo. (“Extinção” a gente usa para espécies, em geral, senhor presidente.) Mas o buraco é muito, muito mais embaixo.

Um dos problemas centrais do atual governo federal é simples: por incapacidade, conveniência ou uma mistura perversa dessas e de outras motivações, Bolsonaro e todos os seus principais apoiadores resolveram jogar o método científico na lata do lixo. Estão tratando a ciência como inimiga, pura e simplesmente.

Alarmismo de jornalista nerd? Pois considere o *modus operandi* do presidente nesta crise, que repete, quase à perfeição, o empregado em outras polêmicas (sobre drogas, sobre armas, sobre tudo).

Em vez de começar com a análise cuidadosa dos dados da realidade, como requer a ciência, o governo do PSL já vem com a conclusão pronta: eu acho, eu quero, portanto é verdade. Se os fatos me contradizem, pior para os fatos.

Pontes parecia ser uma exceção. No entanto, deu-se ao trabalho de escrever, em nota oficial, que “a contestação de dados, assim como a análise e discussão de hipóteses, são elementos normais e saudáveis do desenvolvimento da ciência”.

E são mesmo —quando o sujeito tira as contestações e as hipóteses de algum lugar real, e não dos recônditos da própria cachola. Foi o que Bolsonaro (“nosso presidente Bolsonaro”, como destacou, subserviente, o ministro) não fez, nem de longe, preferindo chutar, sem base nenhuma, que havia erro ou má-fé nos dados.

O marketing político do bolsonarismo costuma destacar a força da disciplina e da unidade que vem do ambiente militar. Ao bater continência a seu superior sem pestanejar, em vez de recordar a ele os fatos, Pontes esquece que nenhum exército sobrevive à negação da realidade. Não se invade a Rússia no inverno; não se brinca com as bases do ambiente que nos nutre a todos. Os mortos e feridos dessa guerra não serão os bolsonaristas de hoje, mas seus — e nossos— netos.

Reinaldo

José

Lopes

Jornalista especializado em biologia e arqueologia, autor de "1499: O Brasil Antes de Cabral"

Análise: ‘Lógica’ de Bolsonaro aguçá conflitos e aprofunda mal-estar

7. A pergunta repetida é: o que pretende Bolsonaro?

Difícil responder.

https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,analise-logica-de-bolsonaro-aguca-conflitos-e-aprofunda-mal-estar,70002948322?utm_source=estadao%3Afacebook&utm_medium=link

Carlos Melo*, O Estado de S. Paulo

31 de julho de 2019 | 05h01

Após se certificar da aprovação da reforma da Previdência, o presidente Jair Bolsonaro se desvencilhou do bom senso e do comedimento exigidos ao chefe de Nação. Das declarações estapafúrdias a correspondentes estrangeiros até a agressão à memória das vítimas do regime militar, o Brasil se vê num processo vertiginoso em que o disparate do dia supera o anterior. Uma torrente de despautérios que deixa o País em transe.

A pergunta repetida é: o que pretende Bolsonaro? Difícil responder. No destempero habitual, fruto de personalidade autoritária, o presidente dá tiros a esmo. É o estilo do homem. Aparenta ser mais instintivo que estratégico.

Mesmo assim, é claro que sua ação não deixa de ter aqui e ali objetivos e inevitáveis consequências.

O certo é que não fala para a Nação. Nem a totalidade dos 57 milhões de eleitores que o sufragaram sancionaria, na íntegra, o que tem dito. É interessante notar o número de visitas que, presidente, já fez ao Congresso Nacional. Seria a nostalgia dos tempos de deputado, quando qualquer declaração era impune? Estaria governando como se ainda deputado fosse?

Tematicamente, é possível. Mesmo assim, há inegável salto político: dirigindo-se apenas aos que aprovam seu governo – em torno de 30%, de acordo com as pesquisas –, Bolsonaro forja e consolida um relevante campo eleitoral. Na desorientação da oposição e na fragmentação do centro, confiando no alheamento político-eleitoral e na perplexidade das instituições, os destemperos do presidente mantêm sua tropa unida, agregam e dão sentido a setores tão reacionários quanto ele.

Está longe de ser a maioria, mas acaba por somar um contingente que, hoje, o coloca como a principal força política do País. Nada mau para quem há um ano não tinha maiores perspectivas e ainda hoje carece de propostas. O problema é que essa lógica aguça conflitos, aprofunda o mal-estar, no Brasil e no exterior, assusta e afugenta investidores. Pior, pode ao final desagregar o que ainda entendemos como Nação.

** CARLOS MELO É CIENTISTA POLÍTICO E PROFESSOR DO
INSPER*



Ann

Powell. Fire dance

8. A hostilidade como procedimento

<https://marcoanogueira.pro/a-hostilidade-como-procedimento/>

9/08/2019 - [Marco Aurélio Nogueira](#)

O governo Bolsonaro precisa criar inimigos para a eles atribuir as dificuldades de gestão e, ao mesmo tempo, para agregar sua base mais fanatizada. Mantém-se em atividade frenética mas pouco produtiva. Corrói a República, esvaziando os mecanismos que a dignificam, a começar da atividade política.

Uma República democrática não pode vicejar em meio a impropérios oficiais e oficiosos que superpõem o perfunctório ao que é importante, o contingencial ao fundamental, as miudezas aos grandes planos estratégicos, o bate-boca nas redes à batalha pelas reformas indispensáveis.

Como ela se apoia na livre manifestação dos cidadãos e numa ética pública fundada no rigor e na transparência, sua conduta não pode ser comandada por atos ocultos ou enigmáticos, exceção feita, evidentemente, ao que há de “intangível” e misterioso nos jogos de poder. Não sendo possível a eliminação pura e simples desses jogos, a República se afirma a partir da regulação deles, de modo a dar curso ao controle feito pelos cidadãos. Quanto mais visíveis são os atos e as falas governamentais, quando mais claras as mensagens (verbais

ou simbólicas) lançadas por juízes e parlamentares, mais a República se faz merecedora desse título.

Uma República democrática com uma democracia sacudida por frêmitos e arroubos autoritários, pelo desgoverno, pela má qualidade da representação parlamentar e pelo funcionamento errático do Poder Judiciário só pode sobreviver aos solavancos, não ganha estabilidade. Em um cenário com tais características, nenhum governo consegue governar.

A situação piora quando o governo eleito não demonstra ter desejo de governar. Não ter desejo de governar pode significar, ao mesmo tempo, não *conseguir* governar por falta de ideias, apoios políticos e pessoal qualificado e não *querer* governar por opção, pela escolha da hostilidade como procedimento, quer dizer, pela preocupação em manter o atrito e a polarização tanto para alimentar sua sectária base de sustentação, quanto para erguer uma cortina de fumaça que esconda sua inoperância governativa.

O governo Bolsonaro, no Brasil, não deseja governar no sentido de modular interesses, construir consensos e executar políticas que beneficiem a sociedade como um todo: seu propósito é mandar, usar o poder, agradar a seus nichos de seguidores, se possível mantendo a interlocução com os setores que o elegeram. Para isso, deve proceder como se estivesse num ringue permanente, no qual posa de combatente de certos aspectos que a opinião pública deplora: a “velha política”, os políticos, as esquerdas, o PT, a corrupção, o globalismo.

A hostilidade como procedimento é um método. Cria crises e inimigos para a eles atribuir as dificuldades do governo e, ao mesmo tempo, para agregar sua base mais fanatizada. “Estou tentando, quero cumprir o prometido, mas o sistema não me deixa governar”, repete o presidente em seu mantra. A culpa seria sempre da “velha política”.

Em 2018, no Brasil, com o sistema político abrindo falência e a sociedade mostrando claro apetite anti-establishment, com a situação econômica em franca piora, as correntes democráticas e de esquerda privilegiaram mais as diferenças entre elas e deixaram campo aberto para a ascensão vitoriosa da extrema-direita. Mostraram incompetência e ausência de visão estratégica. Algumas seguiram carreira-solo para buscar autoafirmação, outras para tentar conter o desgaste, outras ainda para perseguir uma revanche redentora. Cada uma a seu modo, prepararam o terreno para a eleição de Jair Bolsonaro, sem conseguir compreender as razões de sua progressiva afirmação.

A extrema-direita vitoriosa chegou ao poder espumando ódio, ideologia e sangue por todos os poros, disposta a promover a eliminação da esquerda e de suas filosofias, transformando a esquerda (e mesmo liberais democráticos progressistas) em inimigo, desprezando postulações identitárias, criminalizando gays e feministas em nome de uma imprecisa e regressista moralidade. Estigmatizou a política, os políticos e seus partidos, que a impediriam de governar. Menosprezou o ritmo democrático e o sistema de freios e contrapesos da República, sempre apelando à sociedade para atacar o “sistema”.

A adoção da hostilidade como procedimento sintonizou-se com esse estilo. Se foi capaz de manter o governo em ação (numa campanha permanente), não se mostrou suficiente para fazê-lo governar. E o governo foi frustrando parte de seus apoiadores, decepcionando a sociedade e o mercado, exibindo uma incapacidade assustadora de fazer o básico, chocando-se com os demais poderes, sem alcançar um mínimo razoável de coordenação e articulação.

Um governo sem desejo e sem capacidade de governar alimenta de modo irracional a crise – a econômica e a ético-política. Corrói a República, esvaziando os mecanismos que a dignificam, a começar da atividade política.

Oito meses após seu início, o País que se tem é muito pior do que o País que havia. Sua sorte é que ainda não se descobriu uma maneira de enfrentá-lo, não se encontrou o mapa político que mostre como a ele se contrapor com eficiência. A superação do estrago continua a depender da política e os atores democráticos necessitam entrar em cena. No mínimo para impedir que a crise institucional emergente se desdobre em uma ruptura, que só interessará às alas ideológicas e truculentas do bolsonarismo.

9. ESTILO BOLSONARO: “Tô nem aí!”

Horácio Luna – Cientista Social. Publicado em A FOLHA, Torres RS – 14 JUN

Há uns 15 anos, tempo em que a INTERNET engatinhava e o FACE nem existia, eu escutava muito, aqui nas nossas rádios, uma canção com este refrão: - Tô nem aí! Tô nem aí... Confesso que não me lembro quem são autor e intérprete, uma moça, mas guardei o mote. Hoje, tentando encontrar uma definição para o estilo do nosso Presidente da República, ele me veio de relance. Bolsonaro não é fascista, não é neoliberal, não é fanático. Ele é do gênero:- “Tô nem aí!”. Nesta semana, sofreu revezes contundentes em várias frentes: O Supremo vetou sua decisão de acabar com os Conselhos Consultivos, tão ao gosto, sobretudo, na Era Petista; O Senado torpedeou sua tentativa de armar o cidadão; a Câmara, através do Relator da Emenda Constitucional da Reforma da Previdência, soterrou, dentre outros pontos, o otimismo do Ministro Paulo Guedes de mudar o sistema público de Previdência Social para um Sistema Privado de Garantias contra o futuro. Como se não bastasse, a pérola do seu Ministério, o ex juiz Moro, foi “vítima” de poderoso ataque às suas conversas pouco republicanas com membros da Força Tarefa da Lava Jato, denunciando conluio da Justiça com o Ministério Público com sentido político. Um verdadeiro dilúvio, portanto, contra o Governo recém empossado e que tem como Oposição apenas 150 gatos pingados na Câmara. Bolsonaro, porém, impávido, embora não propriamente sereno, pois estampa à luz do dia as alegadas noites de insônia e ranger de dentes, segue seu curso. Quem lhe toma as dores, às vezes, apesar de que, desta vez calado, é o filho Carlos – o Carlucho, ou Pitbull – que desanca nas redes supostos e ameaçadores inimigos de seu pai, geralmente sentados na sala ao lado. A tudo isso, Bolsonaro, segue em frente – ou em círculos - : - Tô nem aí...Tô nem aí....!

Analistas, entretanto, preferem os modelos interpretativos mais sofisticados sobre o estilo do Presidente.

Para seus defensores, ele é um mito, sem se darem conta de que mito, como diz Rollo May : "é um modo de dar sentido a um mundo sem sentido". Mostram, a propósito sua grande capacidade de falar não só com seu público – evangélicos, autoritários e sanitaristas da vida pública -, mas com o povão mesmo. Com efeito, ele não tem o perfil do trabalhador de macacão ou do retirante nordestino, como o Lula, mas tem o jeitão da classe média-média, que frequenta os quiosques das praias e botequins dos subúrbios, que joga pelada aos sábados nos "Veludos" da vida, que conta e ri de piadas do papagaio e do português, que está com ficha suja no SERASA. Daí ele recolhe estas ideias esdrúxulas de que tem acabar com os paraísos do trânsito, dar um fim na farra das cotas raciais e "privilégios" de quilombolas e populações indígenas.- "Somos todos brasileiros, reitera. Ninguém pode ter privilégios". À socapa, no entanto, diz que são os empresários do agrobusiness e das cidades que devem dar as cartas sobre os rumos do país – tanto que os indica como Ministros - e não titubeia em fazer continência à bandeira americana, aquele paraíso ao qual esta pequena burguesia sonha ir viver algum dia. Contradição? Sim, mas estas contradições, em forma de "achismo", avessas às instituições responsáveis, às pesquisas e ao bom senso povoam todo o ideário do ambiente que ele , Bolsonaro, cultua.

Já os mais críticos a Bolsonaro o identificam como expressão tropical do Presidente Trump, considerado o arauto do Faktóides News, tipo de governança bombástica, sem muita consistência interna. Alegam e contam as mentiras – ou pós-verdades – do nosso Presidente, já tendo chegado em cinco meses e meio a perto de 200... A força-tarefa de "Aos Fatos" demonstra que nas dez primeiras semanas de mandato ele teria , em média, uma "informação equivocada" por dia. Mas apontam também seu estilo altaneiro, pouco afeito à coordenação dos Ministros, que ficam à base do cada um por si , Eu por todos... Aí se soma sua relação difícil com os parlamentares, a quem sistematicamente identifica com a Velha Política, deixando-os como responsáveis pelos destinos dos projetos que para envia ao Congresso Nacional. E se regozija, pois sabe que a sua turma vai dizer: - "São os políticos corruptos que não deixam o Homem governar". Quero dizer com tudo isso: Enganam-se os que pensam que Bolsonaro é idiota e que está isolado...

Enfim, a esquerda, insiste: Bolsonaro é fascista! Talvez seja. Na verdade, o dito nazi-fascismo foi uma expressão totalitária da direita contra o avanço da esquerda no pós I Guerra Mundial, com característica e data marcada. Parecem-se. Hoje a contenção da esquerda no mundo ocidental tem outros métodos e outras práticas, inscritas no que se tem denominado de Guerra Híbrida, na qual se extingue o espaço da guerra como continuação da Política por outros meios e se promove um novo Estado de Direito com base no alguns chamam de Lawfare, uma visão pouco garantista de direitos nesta Nova Era de artefatos eletrônicos. Vamos ter que viver ainda alguns anos para verificar com mais precisão do que se trata o momento que estamos vivendo. Até lá, é aguentar o tranco. Mas devagar, Presidente, que o santo é de barro, do mesmo barro com que o Criador fez a nossa espécie.

10. A QUEDA

Hipóteses sobre o governo Bolsonaro

<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-queda-2/>

CELSO ROCHA DE BARROS

O Brasil elegeu um político muito mais extremo do que os outros novos líderes autoritários. Bolsonaro é o sujeito mais radical a ocupar a Presidência de um país democrático no mundo atual ILUSTRAÇÃO: ROBERTO NEGREIROS_2019

Em artigo publicado na **piauí** de fevereiro, “[O ponto a que chegamos](#)”, Sergio Fausto relembra um debate que tivemos nas páginas do caderno *Ilustríssima*, da *Folha de S.Paulo*, no longínquo ano de 2015, quando ainda tínhamos a ilusão de que a crise do lulismo certamente daria lugar a alguma coisa melhor. Sergio havia escrito para o jornal um artigo defendendo que, com a crise do PT, o PSDB poderia recuperar a herança social-democrata de seus primeiros anos. Respondi que o PSDB já tinha assumido outro papel, importantíssimo, o de civilizar a direita que o Brasil herdou da ditadura militar. Pouco antes, eu havia publicado um artigo defendendo uma renovação do Partido dos Trabalhadores.

Quatro anos depois, o PT está no mesmo ponto em que estava em 2015. E a direita, em 2018, chegou à conclusão de que civilização é frescura: reivindicou com orgulho os torturadores que o PSDB lhe havia ensinado repudiar. Nem a esquerda se renovou, nem a centro-direita sobreviveu. E, depois da vitória de Bolsonaro, é até engraçado lembrar que, em 2015, falássemos de “crise política”. Era como se estivéssemos debatendo o vexame brasileiro na Copa de 2014 baseados somente na péssima atuação do Brasil contra o Chile nas oitavas de final.

Parte do artigo de Sergio Fausto é uma versão sofisticada do discurso *mainstream* entre os tucanos, ao qual eu poderia contrapor o discurso *mainstream* petista, mas não acho que ganharíamos muito com isso. As duas versões da história têm méritos, mas já são bem conhecidas, e ando cada vez mais cético quanto à possibilidade de alguém mudar de ideia sobre essas coisas.

Só chamo atenção para o fato de que Sergio teve coragem de escrever o que muitos tucanos acham sobre o impeachment. Continuam sustentando os argumentos que defenderam em 2016 contra Dilma Rousseff, mas reconhecem que o impeachment teve efeitos, no mínimo, ambíguos: enfraqueceu a série A da direita brasileira (tucanos, liberais), deu a vitória em 2018 à série B e, no fim das contas, fortaleceu um PT não reformado.

Por esse e outros motivos, continuo achando que a coisa toda foi uma ideia terrível. Entretanto, é também verdade que o PT aproveitou muito mal o trabalho do “companheiro impeachment”. Fernando Haddad era, na minha opinião, um bom candidato à Presidência. Mas foi mandado para a briga em 2018 por um partido pouco sintonizado com a opinião pública, exatamente por não ter feito as correções de rumo que o segundo mandato de Dilma exigia.

E tenho que acrescentar, antes que alguém diga: não, não foi porque o PT deixou de se mexer o suficiente para o centro que os tucanos não apoiaram Haddad no segundo turno. Foi porque os eleitores do PSDB migraram em massa para o candidato extremista, e o partido disputava governos estaduais importantes em estados fortemente bolsonaristas.

Mas não quero desperdiçar este artigo com o tênis de mesa habitual entre tucanos e petistas. Seria mentir para o leitor que ainda estamos nos bons tempos em que a disputa era assim. Este artigo é sobre o fim desses bons tempos.

Para além do jogo de escolhas individuais e disputas partidárias, Sergio – em seu artigo de fevereiro – identifica um processo de longo prazo que teria culminado na crise atual: o “esgotamento dos acordos explícitos e implícitos predominantes a partir de 1988 sobre a organização e gestão do Estado, da economia e da política”.

Apesar do marco de 1988, o processo a que Sergio se refere é o das reformas da Constituição, que teriam produzido bons resultados nos dois governos FHC e no primeiro governo Lula – o período que Samuel Pessôa chamou de “era Malocci” (Pedro Malan + Antonio Palocci).

As reformas foram interrompidas no segundo governo Lula. O “projeto de poder” do PT, segundo Fausto, envolvia a cooptação dos empresários com o BNDES e o capitalismo de compadrio, e a descoberta do pré-sal teria lançado o país em um surto de euforia irresponsável. Depois que se abandonou o “Malocci”, a economia travou, e a frustração de expectativas crescentes nos deu as manifestações de 2013 e a crise política subsequente.

A era Malocci merece todos os elogios que Sergio Fausto lhe faz. A inflação foi controlada, boas políticas foram implementadas, o caos que a democracia herdou da ditadura militar foi, no geral, debelado. Pouco antes do Plano Real, a dívida externa foi renegociada. Nos anos 2000, o Brasil deixou de ter dívida em moeda externa, o que aumentou nossa resistência a crises internacionais. A pobreza caiu, a desigualdade também. O saldo é claramente positivo.

Mas permanece o fato: o crescimento nesse período todo foi baixo. As reformas dos anos 90 não produziram crescimento alto. Em artigo publicado no *Journal of Economic Perspectives*, em 2003, [Armínio Fraga descreveu](#) os ganhos econômicos gerados pelas reformas na América Latina, mas também reconheceu que a performance de crescimento foi “algo modesta”.

O crescimento foi maior nos anos Lula, como os petistas gostam de lembrar. Mas grande parte dessa diferença deve ter sido o fato incrível de que o

chamado “superciclo das commodities” ocorreu quase que perfeitamente durante os dois mandatos presidenciais de Lula.

E isso ajuda a explicar por que Dilma topou quebrar o Malocci. As fragilidades da economia brasileira haviam sido disfarçadas pela alta das commodities, e o fim do bônus externo com certeza afetaria negativamente nossas taxas de crescimento. As políticas sociais que de fato dependiam mais de “vontade política” do que de ajustes finos – como o Programa Bolsa Família – já haviam sido implementadas. Daí em diante, qualquer que fosse o programa de ajuste escolhido, haveria sacrifícios pesados a serem distribuídos, tanto na base eleitoral petista quanto no empresariado que Lula havia deixado em paz.

É óbvio que a solução dada por Dilma – a chamada “nova matriz econômica” – foi desastrosa, porém não há dúvidas de que era real o problema que ela tinha diante de si. Os economistas, tucanos inclusive, sabem que isso é verdade. Se se faz necessária a agenda de reformas profundas defendidas pelos economistas liberais é porque parte do problema sempre foi a tendência de longo prazo de crescimento baixo.

E para entender a mudança de cenário internacional, a virada populista conservadora e diversos outros aspectos importantes do Brasil nos últimos anos é preciso levar em conta algo que não aparece na história contada por Sergio e que quase não apareceu na discussão travada no Brasil nos últimos dez anos – apesar de se tratar, literalmente, do fato mais importante do mundo.

Em 2008, o quadro mundial que deu origem ao Malocci explodiu.

Os quase vinte anos entre a queda do Muro de Berlim e o *crash* do Lehman Brothers foram um período de otimismo com relação ao mercado, à democracia, à tolerância. Uma a uma, as ditaduras foram caindo em todo o mundo. Na mesma época, a China tirou da miséria um número de pessoas que corresponde mais ou menos à população do mundo na Idade Média. Alguns dos “objetivos do milênio” da Organização das Nações Unidas foram alcançados antes do prazo. O ápice da humanidade até agora foram os “trinta gloriosos”, os anos do pós-Segunda Guerra europeu, mas o período da globalização na passagem do milênio chegou a muito mais gente.

Nessa fase em que o Brasil melhorou, o mundo também melhorou, e não só na economia. E, quando o mundo foi para o buraco, nós fomos juntos, e não só na economia.

É até difícil dar a dimensão do impacto da crise de 2008. Os economistas [Barry Eichengreen](#) e [Kevin O'Rourke](#) mostraram que, não fosse a ação dos governos, essa crise teria sido muito pior que a de 1929. A economia desacelerou mais nos primeiros meses da crise de 2008 do que nos primeiros meses da de 1929, e o mesmo é verdade quanto ao comércio mundial. Além do salvamento dos bancos feito pelos governos, mecanismos globais de regulação, como a Organização Mundial do Comércio, conseguiram impedir a corrida de protecionismos que levou 1929 a ser o que foi. Como disse o professor de política internacional Daniel Drezner, “o sistema funcionou” em 2008, ao menos no primeiro momento da crise. Como a Europa, entretanto, reverteu o estímulo governamental cedo demais, a crise no continente acabou sendo pior do que a de 1929. Nos últimos tempos, o protecionismo ressuscitou

como bandeira eleitoral. Ainda não temos certeza se o sistema vai continuar funcionando.

Discutir o efeito da crise de 2008 no Brasil não tem sido fácil. Onze anos depois, para nossa grande vergonha, ainda não há uma literatura nacional consistente sobre o assunto.

À direita, reconhecer o efeito da crise externa era tabu, pois significava admitir que alguma coisa na crise econômica local podia não ser culpa de Dilma. O que nunca fez sentido, nem sequer do ponto de vista político. Em primeiro lugar, porque, mesmo se Dilma fosse culpada por apenas 30% da crise, se trataria ainda de muita culpa, porque a crise foi gravíssima. Em segundo lugar, porque culpar Dilma por tudo aumenta muito as exigências que se pode fazer aos governos posteriores. Como vimos em 2018, isso deu errado.

A esquerda tentou jogar a carta do “cenário externo” quando a crise estourou em 2015, mas era difícil fazê-lo com credibilidade. Afinal, a turma passou a crise tentando transformar a necessidade em virtude: falando dos estímulos à economia que o Brasil fez bem em implementar nos primeiros anos pós-crise de 2008, como se fossem desejáveis em bases permanentes.

A própria ideia de chamar o conjunto das medidas econômicas de Dilma de nova matriz econômica deu ares de programa bem pensado ao que, em boa parte, não passava de uma série de improvisos. Se você baixa os juros porque o euro vai quebrar, é fácil aumentar de novo quando o euro sobreviver. Mas e se você tiver dito que baixou os juros porque estava combatendo o neoliberalismo? Vai admitir que, seis meses depois, descobriu que o neoliberalismo era uma coisa legal?

É muito implausível que as mudanças no cenário externo não expliquem parte da desaceleração brasileira. O economista Bráulio Borges tem tentado separar as causas internas e externas da crise e [argumenta](#) que pelo menos 38% do problema parece ter sido causado pela deterioração do quadro externo. Entre os economistas, [como Samuel Pessôa](#), seu trabalho não é consenso, mas ainda não vi estudos tão sistemáticos quanto o dele que sustentem conclusões contrárias.

Nas análises feitas fora do Brasil não há ninguém que não reconheça que parte importante de nosso problema foi a mudança no cenário internacional. O *Economic Bulletin* (nº 1, 2016), do Banco Central Europeu, por exemplo, faz uma decomposição das causas da crise brasileira na qual fatores tanto domésticos quanto externos são importantes. A explicação apresentada tem três pontos: (a) a queda dos preços das commodities “revelou a fraqueza estrutural subjacente à economia brasileira”; (b) os desequilíbrios cresceram com as políticas fiscais expansionistas e forte influxo de capital (aqui entra Dilma); e (c) o fim da política de estímulos do Federal Reserve, o banco central americano, [criou preocupações no mercado internacional](#) sobre a viabilidade de países com déficits externos e fiscais (como era o nosso caso).

Isto é: ninguém discute que a política econômica de Dilma foi um desastre, repito, mas parece loucura negar que parte do problema foi o fim do período de globalização em que o Malocci teve seus melhores anos. E economia, repito, foi só parte do problema.

É difícil imaginar a nova matriz econômica sem a crise das ideias econômicas liberais no pós-Lehmann. Os críticos liberais tinham toda razão ao atacá-la.

Entretanto, a conexão do liberalismo com a defesa da desregulamentação financeira que nos deu a crise de 2008 enfraqueceu os argumentos deles.

Procurem recapitular o debate nos anos seguintes a 2008 e é fácil encontrar ideias como “a volta do Estado” ou até “o Consenso de Beijing”. Em 23 de outubro de 2008, por exemplo, o então presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), [Márcio Pochmann](#), [escrevia](#) na *Folha de S.Paulo*: “Justificam-se, evidentemente, as ações estatais tomadas até o momento diante da complexidade da fase de baixa da economia desencadeada pela crise financeira. Mas isso não pode ocorrer desacompanhado da revisão ampla e profunda do papel do Estado.”

A crise de 2008, de fato, provou que o consenso liberal estava errado sobre desregulamentação financeira, e os liberais mais inteligentes notaram isso na hora. Poucos meses depois da crise, o juiz americano Richard Posner, um dos expoentes da escola Law and Economics [*Lei e economia*], publicou o livro *A Failure of Capitalism* [*Um Fracasso do Capitalismo*], reconhecendo que a desregulamentação tinha ido longe demais. O autor desse artigo assistiu a um curso no Banco Mundial em 2013 em que houve consenso sobre a necessidade de regulamentar a alavancagem financeira.

Agora, entre dizer que os liberais estavam errados sobre desregulamentação financeira e dizer que ninguém precisa mais prestar atenção nas contas públicas – ou no papel do mercado para elevar a produtividade ou no potencial de redução de pobreza do comércio mundial – vai grande distância. No clima pós-2008, a esquerda brasileira, abastecida desde o início com ideias ruins, demonstrou disposição para percorrê-la.

Além dos efeitos econômicos e ideológicos, a crise de 2008 também teve dimensões políticas que só agora começam a ser sentidas em toda sua gravidade. Em abril do ano passado, publiquei nesta revista um artigo (“[O Brasil e a recessão democrática](#)”, [piauí_139](#)), sobre dois livros que tratavam da crise global das democracias: *Como as Democracias Morrem*, de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, e *Como a Democracia Chega ao Fim*, de David Runciman. A crise da democracia foi um dos grandes temas de 2018, que viu ainda a publicação do ótimo *The People vs. Democracy* [*O Povo versus a Democracia*], de Yascha Mounk, que deve ser lançado em breve no Brasil. As evidências apresentadas nesses estudos sugerem que o cientista político Larry Diamond tinha razão em falar de uma “[recessão democrática](#)”, a interrupção e possível reversão da onda de redemocratizações que se seguiram ao fim da Guerra Fria.

O artigo, no qual eu dizia que o impeachment mostrou um enfraquecimento considerável das normas de convivência democrática brasileiras, suscitou uma [discussão muito boa](#) no blog do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, com réplicas de Samuel Pessôa, Marcos Lisboa e Helio Gurovitz. Pessôa e Lisboa me convenceram que parte do problema começou antes, com a desorganização das finanças públicas por Dilma na campanha de 2014. Mas estou cada vez mais convencido de que o impeachment foi uma grande escalada no processo e que a diferença entre a esquerda e a direita quanto à capacidade de resistir à Lava Jato aprofundou a degradação institucional brasileira.

A direita brasileira tem um histórico de adesão à democracia que não chega a ser impecável. Mas duvido que o impeachment tivesse acontecido dez anos antes, quando nossa elite realmente queria jogar na mesma divisão que os países modernos, incluindo estabilidade política e respeito às regras do jogo.

Na primeira década dos anos 2000, tínhamos vergonha de aparecer diante do mundo fazendo algo tão bananeiro quanto o impeachment de 2016, como também tínhamos vergonha de fazer algo tão bananeiro quanto a nova matriz econômica. Um dos fatos notáveis de 2016 foi o desprezo da direita pela imprensa internacional, toda ela muito mais cética do que a nacional a respeito do impeachment. A opinião da “sociedade civil internacional” passou a contar menos no cálculo político local.

Tudo isso, porém, empalidece diante do fato de que elegemos Jair Bolsonaro. No momento, o Brasil tem um presidente que simpatiza abertamente com os antiglobalistas da direita radical. Seus filhos, instalados no centro do poder palaciano, são militantes radicais do populismo reacionário. O chanceler brasileiro é um fanático cuja ascensão seria impensável alguns anos atrás (e não, não é o reflexo invertido de Celso Amorim). As demonstrações mais evidentes de autoritarismo bolsonarista, como a guerra à imprensa e a tentativa de revogação da PEC da Bengala [*projeto de lei complementar aprovado em 2015, que aumentou de 70 anos para 75 anos a idade para aposentadoria compulsória dos servidores públicos*], são claramente tiradas dos manuais dos novos autoritários. Um dos principais expoentes desse movimento, o húngaro Viktor Orbán, veio à posse de Bolsonaro e voltou ao seu país dizendo que o Brasil havia se tornado “a mais apta definição de democracia cristã moderna”. O Brasil, na verdade, elegeu um político muito mais extremo do que os outros novos líderes autoritários. Bolsonaro é o sujeito mais radical a ocupar a Presidência de um país democrático no mundo atual. Durante a campanha eleitoral, os únicos movimentos internacionais que elogiaram Bolsonaro foram a Liga Norte italiana e, é claro, a Ku Klux Klan. Para os eleitores do candidato do PSL, o segundo semestre de 2018 foi mais um festival de ataques à imprensa estrangeira: “Essa imprensa gringa não entende nada do que acontece no Brasil” e “maldita Ecomunista!” [*em referência à revista The Economist*]. A opinião pública internacional parou de contar, definitivamente. Bolsonaro disse durante a campanha que, se perdesse, não aceitaria o resultado da eleição. No dia seguinte à vitória, declarou que as verbas publicitárias governamentais seriam distribuídas apenas para jornais que “falassem a verdade”, quer dizer, que bajulassem o governo. O nível de subserviência exigido da mídia é extremo. Depois da *Folha*, o bolsonarismo declarou guerra à Rede Globo, ao site de direita *O Antagonista* e aos programas conservadores da rádio Jovem Pan. O bolsonarismo não quer jornalismo a favor: só se satisfaz com veículos que não pretendem sequer fazer jornalismo, como os youtubers de Olavo de Carvalho, a Record e o SBT. O governo admite querer usar a estrutura do Estado brasileiro para espionar adversários políticos na Igreja Católica. Uma deputada olavista particularmente fanática pretende revogar a PEC da Bengala para permitir que o novo governo encha o Supremo Tribunal Federal de novos ministros – bem, pensem no que eles consideram bom “jornalismo” e calculem o que eles consideram bons “juristas”. É exatamente a mesma estratégia de empacotamento do STF que foi utilizada pelos similares poloneses e húngaros de Bolsonaro.

Se na economia podemos discutir o quanto a crise global nos afetou, na política o diagnóstico é claro: caímos muito mais do que os outros.

Não é verdade, portanto, que a era Malocci só acabou porque o PT ficou doidão e quebrou a coisa toda. O PT ficou mesmo doidão, mas nem se quisesse conseguiria quebrar isso tudo sozinho. A maior parte da maluquice petista tinha sólido pedigree esquerdista, mas a crise das ideias nos anos 90 também agravou seus sintomas. Tanto isso é verdade que, na eleição seguinte à queda do PT, venceu essa maluquice de direita, cujos sintomas psiquiátricos, incomparavelmente mais severos, talvez venham a se agravar caso haja uma nova crise.

O superministro Paulo Guedes gosta de se referir aos anos de governo do PSDB e do PT como período “social-democrata”. Sergio Fausto se incomoda com isso, não porque, imagino, se irrite com o rótulo, mas porque Guedes estaria fazendo uma mutreta: ao juntar tucanos e petistas no mesmo bloco, ignoraria o imenso esforço de reformas feito pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Da mesma forma, algum chato de esquerda (por exemplo, eu) poderia objetar que o PSDB não fez tanto assim para merecer o rótulo de “social-democrata”.

Em um aspecto, entretanto, Guedes tem certa razão: entre 1994 e 2014, o eleitorado foi social-democrata. As eleições presidenciais foram vencidas por quem trabalhou pela redistribuição de renda. No caso do lulismo, isso é óbvio. Mas também é verdade sobre a era FHC.

A vitória de 1994, a mais inquestionável da história da centro-direita brasileira, a deixou mal-acostumada. Naquele momento, as exigências do equilíbrio macroeconômico e da redistribuição de renda coincidiram: a inflação travava o crescimento e cobrava mais dos pobres. Não há nada na natureza das coisas que determine que essas demandas sempre coincidam. Muito pelo contrário. Mas permanece o fato: entre Collor e Bolsonaro, a direita só venceu eleições quando redistribuiu renda.

Economistas e cientistas políticos usam um modelinho que ajuda a explicar isso: aplicando-se o “teorema do eleitor mediano”, teremos o fato de que em sociedades mais desiguais é fácil conseguir uma maioria que vote pela redistribuição. Se todo mundo for mais ou menos de classe média, não há muito interesse em redistribuição. Mas, se mais de 50% do eleitorado estiver muito abaixo dos ricos, é fácil convencer essa maioria a redistribuir a grana dos caras que inscrevem cachorros em concursos organizados por João Doria.

É só um modelo, e nem sempre funciona bem no mundo real. Mas, no Brasil de 1994 a 2014, funcionou: quando os pobres puderam votar para presidente, a desigualdade começou a cair.

Em 2018, o modelo parou de funcionar. Bolsonaro venceu sem propor redistribuição alguma. A probabilidade de votar no PT continuou a ser maior entre os mais pobres do que entre os mais ricos, mas a direita conseguiu maioria do eleitorado sem fazer qualquer concessão à redistribuição de renda.

Em uma interpretação otimista, isso pode ter sido efeito da queda de desigualdade na era Malocci, em especial durante os governos do PT. A “nova classe média”, na interpretação do economista Marcelo Neri (ou a “nova classe

trabalhadora”, na de Márcio Pochmann; ou os “batalhadores”, na do sociólogo Jessé Souza) já pode ter passado do ponto de pedir redistribuição. Talvez já esteja mais preocupada com oportunidades para empreendedorismo ou qualificação profissional. Talvez esteja mais preocupada com as posições de classe que pretende ocupar, caso sua ascensão social não seja interrompida, do que com a que ocupa agora.

Esse cenário é o pós-lulismo perfeito. A grande esperança de Guedes é que Lula tenha dado muito mais certo do que o chefe dele jamais admitirá. Se isso estiver ocorrendo, trata-se de uma boa notícia para Guedes, que não vai ter que redistribuir muita coisa. Mesmo assim, o superministro ainda precisa explicar como vai garantir que a mobilidade social continue. Muitas das reformas que aumentarão nossa eficiência podem fazer a desigualdade crescer. Uma coincidência como a de 1994 não acontece todo dia.

Em outra interpretação, foi a introdução de temas moralmente conservadores na agenda eleitoral que acabou complicando os termos da disputa, porque é possível fazer coalizões, envolvendo tanto pobres quanto ricos, a favor de determinadas posições morais. Se foi isso que ocorreu, Guedes poderá tocar o liberalismo porque os votos a Damares garante. É o cenário “guerras culturais”.

Em termos mais técnicos: a previsão de que eleitorados mais desiguais vão votar por redistribuição supõe que a disputa se dá apenas em uma dimensão, apenas em torno dessa questão: “O quanto será redistribuído?”

Sinceramente, não sei se isso é um cenário plausível. Suspeito que muitos dos pobres conservadores que votaram em Bolsonaro esperam redistribuição de renda. Muita gente acha que o dinheiro do governo só acabou porque os políticos o roubaram e que a eleição de um presidente honesto (eu sei, eu sei) faria o dinheiro reaparecer. Todos esses pobres conservadores já eram conservadores dez anos atrás e votaram em Lula.

Se o cenário “guerra cultural” se tornar nosso novo padrão, a era de ouro de PSDB e PT em disputa dentro de um universo cultural democrático e pró-liberdades será de fato coisa do passado. O que é ainda mais preocupante, pois o reacionarismo brasileiro, diferentemente do de outros países, vem acompanhado da apologia a uma ditadura recente.

E assim chegamos ao pior cenário de todos: o eleitorado pode continuar social-democrata, e a turma do Guedes pode não entregar o que os brasileiros querem. Teremos, então, uma crise social aguda e um governo fortemente militarizado.

Não vou dizer o nome desse cenário para não dar azar.

Não tenho motivo para suspeitar que Paulo Guedes não seja sincero quando defende que o Brasil seja uma “sociedade aberta”, conceito tornado célebre pelo filósofo Karl Popper. Sociedades abertas são antidogmáticas e tolerantes ao questionamento permanente. Para serem assim, precisam ser democráticas e livres.

Mesmo supondo que a abertura econômica de Guedes busque nos aproximar desse ideal, o restante do governo do qual faz parte trabalha contra ele o dia inteiro. Tenho, inclusive, curiosidade de descobrir se os bolsonaristas sabem que a “sociedade aberta” que Guedes defende está na origem da Open Society, fundação do financista George Soros. (Se eles não sabem, por favor não contem, deixem que descubram sozinhos.)

Para garantir que a herança amplamente positiva dos “vinte gloriosos” da democracia brasileira (1994-2014) sobreviva, será necessária uma oposição forte. Ela deverá ter várias vertentes. O artigo de Sergio Fausto, por exemplo, parece muito próximo do que vem defendendo quem trabalha para criar uma nova sigla de centro que substitua o PSDB (o texto dele é quase um manifesto). Pessoalmente, defendo que a esquerda finalmente faça a atualização teórica que defendi para o PT em 2015.

A direção geral foi dada por Marcos Nobre em um texto (“[A revolta conservadora](#)”) que ele publicou na **piauí_147**, de dezembro último: cada um faz oposição do seu jeito, mas é preciso que todos se unam em caso de ameaça à democracia.

Meu debate com Sergio não esgota a discussão sobre o que foi a política brasileira nos vinte anos gloriosos. Um ator importante desse período todo vem ganhando influência desde que ficou claro que o PSL de Bolsonaro é o centrão depois do crash.

O DEM, ex-PFL, foi aliado do PSDB no processo de civilização da direita brasileira nos anos 90. Conforme o PSL desmorona em uma sucessão de vexames, o velho conservadorismo brasileiro, bem enraizado na política regional e local, pode ganhar influência e nos surpreender positivamente. O melhor cenário para um governo Bolsonaro, sem sombra de dúvida, é ser um governo democrático do DEM.

Assim como o melhor cenário para Guedes envolve a hipótese de a demanda por redistribuição ter diminuído graças ao sucesso do lulismo, o cenário mais otimista para nossa democracia é aquele em que o PSDB converteu o PFL definitivamente à democracia. Isto é: o bolsonarismo só não será um desastre para o país se o alicerce construído por seus antecessores for bem mais sólido do que pareceu até agora.

Não é um cenário no qual se deva apostar dinheiro, mas é a esperança que sobrou.

CELSO ROCHA DE BARROS

É doutor em sociologia pela Universidade de Oxford e colunista da *Folha de S.Paulo*

https://www.youtube.com/attribution_link?a=CDLyKM0tDJo&u=%2Fwatch%3Fv%3DP6la2w5JQqY%26feature%3Dshare&fbclid=IwAR3MP8Z2lyWLMV7tOMCC1ggXO5jWhlKqDfXZAYNWVgR0WKUjy7_nlp7BbOg

11.

Horripilo e quizilento

Repetição tira a força da indignação moral com disparates de Bolsonaro

Sérgio Rodrigues

Escritor e jornalista, autor de "O Drible" e "Viva a Língua Brasileira"

As recentes declarações em que Jair Bolsonaro redefine o sentido de ultraje contribuem para a aposentadoria dos covardes adjetivos "controverso" e "polêmico", bem denunciados por Antonio Prata no domingo (28). Contudo, não é fácil a vida dos escribas.

Palavras como desumano, insensível, sórdido, asqueroso, repulso, cruel, nojento, grotesco e torpe têm sido usadas na imprensa e nas redes, inclusive por uma parcela dos que se alinham (se alinhavam?) com o presidente.

Deixemos de lado as ponderações sobre até que ponto os sentimentos de indignação, horror e perplexidade traduzidos por essas palavras estão nos planos de Bolsonaro.

Se ele quer atizar as paixões do núcleo mais ultradireitista e antidemocrático de seus apoiadores, ainda que ao preço de afastar a turma que não se enquadra no figurino alucinado, cabe a analistas políticos — ou psiquiatras — especular sobre suas motivações, objetivos e chances de sucesso. O próprio Bolsonaro esti-

mula a interpretação de que ao metralhar disparates está só expressando seu eu. Invoca assim a valorização perversa da "autenticidade" como valor máximo, um dos princípios que norteiam as redes sociais e seu culto ao amadorismo tosco.

"Sou assim mesmo, não tem estratégia", declarou ao jornal O Globo na terça (30). "Se eu estivesse preocupado com 2022, não daria essas declarações." Isso pode fazer sentido, mas não é o atormentado mundo interior do presidente

o tema desta coluna.

Interessa aqui a capacidade que nossas palavras têm — ou não têm — de dar conta de uma realidade desafiadora. Como as instituições políticas, a linguagem também pode perder potência diante da erosão provocada por ataques repetidos, sistemáticos, maquinais.

Funciona assim: embora os adjetivos listados ali em cima possam ser excelentes escolhas vocabulares no contexto, trata-se de palavras estridentes e extremas que não se prestam bem à repetição.

Toda vez que uma declaração de Bolsonaro é chamada de asquerosa, repulsiva, desumana ou sórdida, podemos ter certeza de que sua próxima declaração soará um pouco menos asquerosa, repulsiva, desumana e sórdida.

Isso ocorre por uma fadiga semântica que é exclusiva do reino das palavras, sem relação com nosso grau de indignação íntima diante da realidade à qual elas se referem.

Digamos que fosse possível a um falante bater seu próprio recorde de declarações escabrosas dia após dia, num crescendo infernal e sustentável por tempo indeterminado.

À medida que esse sujeito hipotético fosse subindo na escala da infâmia, as palavras atiradas contra ele pelas pessoas civilizadas e sãs que o rodeiam se tornariam cada vez mais débais, até caírem no chão como mariposas úmidas.

Quando o cara chegasse, digamos, a alardear as delícias da degustação de bebês humanos assados em fogo lento com batatas, o poder de comunicação de um adjetivo como "atroz" seria zero.

Se repetidas demais, palavras estridentes e extremas evocam histeria e perdem credibilidade. Sua estridência deve ser poupada para a raridade dos momentos extremos. Quando estes se tornam banais, elas perdem.

O que fazer então? Bom, trata-se de um caso típico de problema do reino das palavras que não tem solução no reino das palavras.

Mesmo assim, não custa muito caçar uns sinônimos para evitar a repetição e retardar o esgotamento da linguagem, enquanto a história não dá um passo à frente. Nauséoso, alguém? Horripilo? Quizilento?

12. O DITADOR, A SUA "OBRA", E O GRANDE BLEFE DO SENHOR GUEDES

José Luís Fiori *

Bem antes das urnas eletrônicas, o Brasil viu um rinoceronte conquistar 100 mil votos e um chimpanzé chegar aos 400 mil. Nasceu assim, em 1959, o voto protesto, que colocou o Rinoceronte Cacareco como vereador de São Paulo. Anos depois, em 1988, o Macaco Tião ficou em terceiro na disputa pela prefeitura do Rio de Janeiro.

IG São Paulo, <https://ultimosegundo.ig.com.br>, 21/09/2014

É comum entre os economistas neoliberais elogiar o Chile e considerá-lo um modelo econômico que deve ser imitado. Mais do que isto, no Brasil do capitão Bolsonaro, é costume elogiar a ditadura do general Augusto Pinochet (1973-1990), que concedeu um poder quase absoluto a um grupo de jovens economistas — liderados pelo superministro Sergio de Castro — para aplicar, ainda na década de 70, o primeiro grande "choque neoliberal" do mundo. Este transformou o Chile num verdadeiro "laboratório de experimentação" e numa espécie de "modelo de exportação" e propaganda das políticas e reformas liberais defendidas pela "Escola de Chicago", que era o templo mundial do ultraliberalismo econômico naquela época. No entanto, a verdadeira história dessa "experiência econômica" chilena costuma ser falsificada, para induzir uma comparação que é inteiramente espúria, e um engodo que é inteiramente ideológico. Senão vejamos, ainda que de forma extremamente sintética, alguns dados importantes dessa história, começando por algumas informações mais

elementares, porém indispensáveis para quem se proponha a fazer comparações entre economias e entre países.

No dia do golpe de Estado que derrubou o presidente Salvador Allende – 11 de setembro de 1973 –, o Chile tinha apenas 10 milhões de habitantes, cerca de 1/21 da população brasileira, e tinha um PIB de U\$ 16,85 bilhões, uma partícula de 1/130 do PIB brasileiro atual. O Chile não possuía petróleo nem autonomia energética, estava longe da autossuficiência alimentar, e além disso, não tinha indústria pesada, nem dispunha de setor produtivo estatal relevante que não fosse na indústria do cobre.

A economia chilena era quase inteiramente dependente da produção do cobre, e além deste, só exportava madeira, frutas, peixes e vinhos. Ou seja, dependia inteiramente das suas importações de petróleo e derivados, de produtos químicos, de materiais elétricos e de telecomunicações, de máquinas industriais, de veículos, de gás natural e de alimentos, quase tudo que era essencial para a reprodução simples da sociedade chilena. Por fim, o Chile era um país isolado, talvez o mais isolado do mundo, com pequena expressão demográfica, e nenhuma relevância militar ou geopolítica que não fosse para a Argentina, na Patagônia, e para a Bolívia e o Peru, na região do Atacama.

Pois bem, foi nesse pequeno país, com características econômicas, demográficas e geopolíticas extremamente simples, que se utilizou pela primeira vez o pacote das tais reformas que depois viraram um “mantra” repetido pelos governos neoliberais, em todo o mundo: flexibilização ou precarização do mercado de trabalho; privatização do setor produtivo estatal; abertura e desregulação de todos os mercados, e em particular, do mercado financeiro; abertura comercial radical e fim de todo tipo de protecionismo;

privatização das políticas sociais de saúde, educação e previdência; e finalmente, privatização inclusive dos serviços públicos mais elementares, tipo água, esgoto, e de fornecimento de energia e gás. No caso do Chile, este programa foi aplicado durante os 17 anos da ditadura militar, sem enfrentar nenhum tipo de oposição política ou parlamentar, e com total apoio de um ditador que assassinou 3.200 opositores, prendeu e torturou 38 mil pessoas e obrigou ao exílio mais de 100 mil chilenos. Para não falar do fato de que, de 1973 a 1985, o governo militar impôs “toque de recolher”, ou “toque de queda”, das 10 horas da noite às 6 horas da manhã, valendo para todos os chilenos, e não apenas para 30 ou 40 portadores de tornozeleiras eletrônicas. Ou seja, durante 12 anos, toda a população chilena foi obrigada a ficar fechada em suas casas, todas as noites, como se estivesse internada num campo de concentração, e se alguém fosse surpreendido na rua no horário proibido, podia ser preso ou fuzilado, sem direito de apelação. No entanto, apesar de tudo isto, os resultados econômicos das políticas e reformas neoliberais dos “Chicago Boys” do ditador Pinochet foram absolutamente medíocres, para não dizer que foram catastróficas, ao contrário do que pensa o “superministro” de Economia do capitão, e do que diz toda a imprensa conservadora.

Para entender esse blefe ou engodo, vejamos alguns fatos e números mais importantes, para não cansar os que não gostam muito de cifras e estatísticas econômicas e sociais. Mas antes de entrar nos números, é fundamental que os leitores separem o que foi a história da ditadura, entre 1973 e 1990, daquilo

que ocorreu depois do fim da ditadura, entre 1990 e 2019. Além disso, dentro da história econômica da ditadura, é necessário distinguir dois grandes períodos: o primeiro, que foi de 1973 a 1982, e o segundo, de 1982 até 1990.

Pois bem, foi no primeiro destes dois períodos econômicos da ditadura que os “Chicago Boys” do general Pinochet aplicaram seu grande choque neoliberal, que culminou com uma crise catastrófica, em 1982, e obrigou o governo militar a estatizar o sistema bancário chileno, demitir o seu superministro da Economia e reverter várias das reformas que haviam sido feitas. Como aconteceu, por exemplo, com a volta atrás da desregulamentação do setor financeiro e da própria política cambial que vinha sendo praticada pelo Banco Central do Chile. Para que se tenha uma ideia da magnitude desse desastre neoliberal, basta dizer que, em 1982, o PIB chileno caiu 13,4%, o desemprego chegou a 19,6% e 30% da população chilena se tornou dependente dos programas de assistência social que foram criados ad hoc, para enfrentar a crise. E assim mesmo, quatro anos depois, já em 1986, o PIB per capita chileno ainda era de apenas US\$ 1.525, inferior ao patamar que havia alcançado em 1973.

No final da ditadura, o PIB real per capita médio do Chile havia crescido apenas 1,6% ao ano, um resultado muito próximo da estagnação econômica, ao qual se deve somar uma taxa de 18% de desemprego, e de 45% da população situada abaixo da linha de pobreza. No ano de 1990, o PIB per capita médio dos chilenos, calculado com base na paridade do poder de compra, era de apenas US\$ 4.590, inferior ao do Brasil, que naquele momento, depois da “década perdida” de 1980, ainda era de US\$ 6.680. Considerar isto um “sucesso” é, no mínimo, um caso de desfaçatez intelectual, quando não de deslavada propaganda ideológica.

Agora bem, o que também nunca é dito pelos economistas neoliberais é que foi só depois do fim da ditadura, no período de quase 30 anos, entre 1990 em 2019, e em particular durante os 20 anos dos governos da “concertação” de centro-esquerda, formada por partidos de tendência social-democrata, que o PIB chileno de fato cresceu a uma taxa média de 7%, na década de 90, e de aproximadamente 4,6% durante todo o resto do período democrático. Foi nesse período, e sob esses governos de centro-esquerda, que a renda média dos chilenos quintuplicou, alcançando o patamar atual dos

US\$ 25 mil, a maior da América Latina, enquanto o PIB chegava a US\$ 455,9 bilhões, já no ano de 2017. Nesse período, os governos da concertação de centro-esquerda promoveram várias reestruturações tributárias que permitiram aumentar o investimento social do Estado, com a criação do seguro-saúde universal, o seguro-desemprego e o Pilar da Solidariedade. Como consequência, a presença do Estado chileno voltou a crescer, sobretudo na área da infraestrutura e das políticas sociais de proteção, saúde e educação. E quando os analistas falam de um “milagre chileno”, referem-se a esse período democrático, e sobretudo aos governos de centro-esquerda que lograram reduzir o desemprego deixado pela ditadura, de 18% para 6 ou 7% em média, reduzindo a população situada abaixo da linha de pobreza, de 45 para 11%, o que transformou o Chile no país com o mais alto IDH da América Latina, e 38º na escala mundial.

Por fim, pouco a pouco, o legado mais dramático deixado pelas políticas e reformas neoliberais dos “Chicago Boys” do general Pinochet vem sendo revertido, como já aconteceu com a nova legislação trabalhista, que devolveu, pelo menos em parte, o poder de negociação que os sindicatos chilenos haviam perdido durante a ditadura militar. Além disso, os governos de centro-esquerda aumentaram significativamente os gastos públicos em saúde, criando o “Sistema de Garantia Explícita”, com o objetivo de expandir e universalizar sobretudo o FONASA, o braço público do Sistema Nacional de Serviços de Saúde chileno.

No entanto, não há dúvida de que a reversão mais importante ocorreu no campo da educação, em particular no campo do ensino universitário. A maioria dos brasileiros ainda não sabe, nem muito menos o “moleque do senhor Guedes” que oficia de ministro de Educação do capitão, que o fim da gratuidade do ensino superior decretada pela ditadura militar chilena, no início dos anos 1980, acabou em janeiro de 2018, quando o Congresso Nacional chileno aprovou uma lei que reestabeleceu a gratuidade universal do ensino universitário do país, incluindo todas as universidades, públicas e privadas, algo sem precedente na história acadêmica da América Latina.

A comemorada privatização e capitalização da Previdência Social, criada pelos “Chicago Boys” do general Pinochet, na verdade se transformou num pesadelo para a maioria dos aposentados e dos idosos chilenos. Ao contrário do que propaga o senhor Guedes e seus apaniguados, a média das aposentadorias chilenas é hoje de 33% do salário recebido pelo trabalhador antes da aposentadoria, e 91% da população aposentada recebe em média a ridícula quantidade de US\$ 200 ao mês, o que obriga 60% dos pensionistas a receber um complemento estatal, aprovado pelo governo Bachelet em 2008, para poder sobreviver. Por isso talvez o Chile tenha hoje uma das maiores taxas de suicídio de idosos em todo mundo, e uma pesquisa de opinião pública, aplicada em 2018 – do CADEM – constatou que 88% da população chilena está insatisfeita e quer reverter e mudar o sistema atual de capitalização de Previdência.

Por fim, cabe sublinhar que mesmo durante a ditadura militar, jamais foi cogitada a privatização do cobre e da CODELCO, a única grande empresa estatal chilena, e a maior empresa produtora de cobre do mundo.

Resumindo nosso argumento:

I. Os resultados econômicos da ditadura do general Pinochet e dos seus “Chicago Boys” foram economicamente medíocres e socialmente catastróficos.

II. O verdadeiro “milagre chileno” – se é que houve – ocorreu depois da ditadura, no período democrático, e em particular durante os governos de centro-esquerda naquele país na maior parte do período entre 1990 e 2019. É uma perfeita asneira intelectual atribuir a estabilidade macroeconômica chilena atual ao “banho de sangue” promovido pelo general Pinochet, entre 1973 e 1990.

Mas apesar de que seja uma verdadeira aberração lógica comparar a economia brasileira com a economia chilena, a experiência do Chile pode servir de advertência às lideranças políticas, sociais e econômicas brasileiras, que

não queiram repetir no Brasil a tragédia do “fascismo de mercado” do ditador Augusto Pinochet, uma das grandes excrecências humanas do século XX.

Ainda é tempo de impedir que o fanatismo ideológico do senhor Guedes destrua 90 anos de história da economia brasileira, para atender ao interesse de um pequeno grupo de banqueiros, financistas e agroexportadores, passando por cima do interesse do “resto” da sociedade brasileira.

Agosto de 2019

1 Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Economia política Internacional, PEPI, coordenador do GP da UFRJ/CNPQ, “O poder global e a geopolítica do Capitalismo”; coordenador adjunto do Laboratório de “Ética e Poder Global”; pesquisador do Instituto de Estudos Estratégicos do Petróleo, Gás e Biocombustíveis, INEEP. Publicou “O Poder global e a nova geopolítica das nações”, Editora Boitempo, 2007; “História, estratégia e desenvolvimento”, Boitempo, em 201 ; e, “Sobre a Guerra”, Editora Vozes Petrópolis, 2018.

13. Pochmann: “sociedade que deu origem ao PT não existe mais. Estamos com um retórica envelhecida”

Publicado em: agosto 13, 2019

Marcio Pochmann participou do seminário “Os Desafios de uma Gestão de Esquerda em meio à crise Democrática”, em Porto Alegre. (Foto: Luiza Castro/Sul21)

Marco Weissheimer

Estamos vivendo uma mudança de época profunda na história brasileira que pode ser comparada aquelas que ocorreram na década de 1880, quando ocorreu a abolição da escravidão, e na década de 1930, quando o país começou o seu processo de industrialização. As mudanças se dão em diversos níveis que vão desde o perfil demográfico do país, passando pela estrutura de classes, pelo funcionamento do trabalho e da economia e chegando à dinâmica das cidades. É preciso ter esse horizonte mais amplo como referência para se pensar os desafios políticos colocados por essa realidade que já implodiu o pacto político instaurado pela Nova República. O diagnóstico é do economista Marcio Pochmann, presidente da Fundação Perseu Abramo, do Partido dos Trabalhadores (PT), que esteve em Porto Alegre nesta segunda-feira (12) para falar sobre “os desafios de uma gestão de esquerda em meio à crise democrática”, tema proposto pelo PT de Porto Alegre para pensar a atuação do partido nas eleições municipais do ano que vem.

Segundo o presidente do PT de Porto Alegre, Rodrigo Campos Dilelio, o seminário realizado no auditório do Sindicato dos Bancários deu início a um processo de debate programático do partido sobre a cidade, tendo em vista as eleições de 2020. “O PT está fortemente engajado na construção de uma frente de esquerda em Porto Alegre”, anunciou o dirigente municipal do partido.

Debate programático, frente de esquerda, política de alianças...tudo isso passa, enfatizou Marcio Pochmann em sua fala, pela compreensão da nova configuração da sociedade brasileira. “Habermas disse que toda vez que perdemos a referência do horizonte, a gente se debruça sobre amenidades. Temos hoje uma narrativa inapropriada que nos leva à acomodação e a saídas individuais”, disse o economista.

Debate com Pochmann lotou auditório do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre. (Foto: Luiza Castro/Sul21)

Essa narrativa, defendeu Pochmann, diz que estamos vivendo um período de transformações em relação às quais não temos muito o que fazer além de nos adaptar a elas. Ele apontou como exemplos dessa narrativa os discursos da globalização financeira e da revolução tecnológica, dois fenômenos globais sobre os quais não teríamos muita capacidade de influência. A inovação tecnológica, nesta narrativa, seria uma das principais responsáveis pelo desemprego e exigiria que os trabalhadores se preparassem melhor para enfrentar a nova realidade do mercado de trabalho.

Esses discursos estão repletos de equívocos, sustentou Pochmann, que citou o fato de países que lideram o processo de inovação tecnológica, como Alemanha, Estados Unidos e China, não enfrentarem problema de desemprego. Ele também citou o exemplo do setor bancário brasileiro que investiu fortemente em automação nos últimos anos. “Temos hoje cerca de 400 mil bancários no país, mas também aproximadamente 1,2 milhão de correspondentes bancários no setor financeiro e mais de 110 mil trabalhadores autônomos que prestam serviços de consultoria neste setor. Esse discurso que relaciona inovação tecnológica e desemprego é terrorismo” .

Estamos vivendo a transição de uma sociedade industrial para uma sociedade de serviços, acrescentou o presidente da Fundação Perseu Abramo. No entanto, ressaltou, diferentemente do que ocorreu nas décadas de 1880 e 1930, essas mudanças vêm sendo protagonizadas e capitalizadas pela extrema-direita. “Estamos vivendo um período pré-insurrecional onde a população está extremamente insatisfeita e a extrema-direita tem maior facilidade de conversar com o povo do que a esquerda. Precisamos prestar muita atenção neste momento, pois estamos definindo o país que teremos nos próximos 40 ou 50 anos”, alertou Pochmann.

“A sociedade do final dos anos 70 e início dos anos 80, que deu origem ao PT, não existe mais”, disse Pochmann. (Foto: Luiza Castro/Sul21)

A perspectiva histórica invocada pelo economista, em relação ao passado e também ao futuro, é acompanhada por um diagnóstico, de certo modo, dramático para a definição do que fazer no presente político do país: “a sociedade do final dos anos 70 e início dos anos 80, que deu origem ao PT, não existe mais. Se seguirmos fazendo as coisas do jeito que fizemos até aqui não teremos melhores resultados do que os que já obtivemos”. Pochmann detalhou essa transmutação social, do ponto de vista da estrutura de classes, que impõe novos desafios programáticos e organizativos:

“Na década de 80, tínhamos uma burguesia industrial no país. Hoje, a indústria brasileira representa menos de 10% do PIB, o que equivale ao que tínhamos em 1910. Hoje, temos o predomínio de uma burguesia comercial, que quer comprar barato e vender caro. Nos anos 80, tínhamos uma classe média assalariada, que praticamente não existe mais. Hoje, temos uma classe média de PJs (pessoas jurídicas) e consultores. Houve um desmoronamento do emprego clássico da classe média. A classe trabalhadora também mudou. Cerca de quatro quintos dos trabalhadores estão concentrados no setor terciário, nas diversas áreas de serviços. Eles não estão mais concentrados em grandes fábricas, mas em shoppings center, complexos hospitalares, prestando serviços para condomínios de ricos. A classe trabalhadora está cada vez mais ligada a um trabalho imaterial e submetida a nova organização temporal e espacial. Essa nova realidade não faz parte do discurso dos sindicatos e dos nossos partidos. Estamos com uma retórica envelhecida”.

“O ciclo político da Nova República desapareceu”. (Foto: Luiza Castro/Sul21)

Outra novidade na paisagem social brasileira é a força gravitacional das igrejas evangélicas e de grupos ligados ao crime organizado. Essa capacidade de atração e aglutinação, defendeu o economista, deriva de sua capacidade de fornecer respostas de curto prazo aos problemas cotidianos das pessoas, à falta de perspectiva de futuro especialmente para a juventude pobre das periferias. “Hoje, cerca de 80 milhões de brasileiros freqüentam semanalmente assembleias, as assembleias de Deus. Por volta de 2032, os evangélicos já serão maioria no Brasil. A lógica que rege esse fenômeno está mais ligada à subjetividade das pessoas do que à racionalidade. Essas igrejas são espaços de sociabilidade onde as pessoas podem falar sobre seus desejos e anseios. Lá elas encontram laços de fraternidade e solidariedade. Temos que ter a humildade de reconhecer a nossa defasagem de compreensão dessa realidade”. No entanto, ressaltou Pochmann, ao mesmo tempo em que estão com a retórica envelhecida, os partidos e sindicatos são mais necessários do que nunca em uma sociedade com cada vez menos diálogo e mais individualismo. Mas terão que se reinventar.

A expressão político-partidária dessa transformação social não é menos dramática. “O ciclo político da Nova República desapareceu e com ele também desapareceu a possibilidade de termos governos de conciliação. E sem a conciliação o que temos é a polarização”, resumiu Pochmann. Esse ciclo se encerra, acrescentou, com muitas tarefas não feitas. “Não fizemos nenhuma reforma profunda do capitalismo. Não prendemos nenhum ditador, após uma ditadura assassina e corrupta. O orçamento inicial previsto para a construção de Itaipu era de R\$ 4 bilhões. No final, a obra custou R\$ 21 bilhões. A Argentina prendeu cerca de mil torturadores. Nós não prendemos nenhum”.

O desafio das eleições municipais de 2020

Raul Pont: “Não foi promover a participação e buscar radicalizar a democracia que nós erramos”. (Foto: Luiza Castro/Sul21)

Na parte final de sua fala, Marcio Pochmann apresentou um cenário do impacto dessas transformações sociais na vida social das cidades e de como isso exige um repensar radical de práticas. Um desses impactos é de natureza

demográfica. A população brasileira não vai crescer mais nos próximos anos em razão da queda da taxa de natalidade, assinalou. Caminhamos, nas próximas décadas, para sermos um país de 240 milhões de habitantes e mais envelhecido.

Uma das consequências práticas disso, no plano das políticas públicas, é a diminuição da pressão sobre as escolas. A população de faixa etária entre zero e 14 anos vem caindo desde 1980. Nas eleições de 2018, a parcela de eleitores com mais de 65 anos já foi maior que a dos jovens em torno de 18 anos.

Outro fenômeno para o qual o economista chamou a atenção é o processo de desindustrialização do país, principalmente na região Sul e Sudeste e, mais especificamente, em São Paulo, que até bem pouco tempo era chamado de “locomotiva do país”. Na vida dos municípios, isso teve como consequência imediata o aumento das ocupações no setor de serviços. Associado à desindustrialização, está em curso um processo de desmetropolização, com a diminuição do crescimento das regiões metropolitanas e aumento do crescimento de cidades menores, especialmente cidades médias. Isso não significa que a população das regiões metropolitanas esteja diminuindo, mas sim que estão recebendo menos migrantes e crescendo em uma velocidade demográfica menor.

Esse conjunto de fenômenos exigirá, para a definição de propostas a serem apresentadas à população nas próximas eleições, um grande esforço de aprendizado, enfatizou Pochmann. Será totalmente ineficaz acionar o piloto automático e repetir as práticas tradicionais de campanhas eleitorais realizadas na última década. Dois ex-prefeitos de Porto Alegre, Olívio Dutra e Raul Pont, fizeram intervenções comentando a conferência de Marcio Pochmann. Ambos concordaram sobre a necessidade de dar conta das implicações de todas essas transformações sociais e defenderam que as experiências positivas das administrações populares em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul devem estar também na memória desse aprendizado.

Olívio: “Vamos ter que assobiar e chupar cana ao mesmo tempo”. (Foto: Luiza Castro/Sul21)

“Não foi por promover a participação e procurar radicalizar a democracia que nós erramos”, disse Raul Pont, lembrando a experiência que tornou o Orçamento Participativo de Porto Alegre uma referência internacional.

Na mesma linha, Olívio Dutra chamou atenção para o que faltou fazer ou foi feito de modo insuficiente do ponto de vista da ampliação da democracia e da justiça social. Nós tivemos o Ministério das Cidades, mas, por razões que são conhecidas de todos aqui, não conseguimos levar adiante o projeto que tínhamos e ele acabou se tornando um balcão de negócios. Os dois ex-prefeitos apostam que o aprendizado a ser feito pode ser facilitado pela experiência dos erros e dos acertos. “Não será fácil, mas podemos fazer. Teremos que assobiar e chupar cana ao mesmo tempo”, resumiu Olívio.~~

14. Nas entrelinhas: A projeção de poder

<http://blogs.correiobraziliense.com.br/azedo/nas-entrelinhas-a-projecao-de-poder/?fbclid=IwAR26-eDAY2doKUb3OZKENfsKSBUKuRIhCoLzOKT2Fe9AxeeCxFe7AwkBAOE>

Publicado em 14/08/2019 - 08:58 Luiz Carlos Azedo

“Regras básicas da política externa são ignoradas por Bolsonaro, que não mede as consequências de suas atitudes e declarações”

A política externa está associada à projeção de poder de um Estado ou governo com base nos seus interesses nacionais. Essa é a regra básica, que pauta as relações entre mais de 190 países. É uma política pública, definida por decisões e programas governamentais que devem ter correlação com sua política interna. O Itamaraty conquistou o respeito mundial, desde o Barão do Rio Branco, pela excelência de seus quadros e habilidade ao conduzir os interesses brasileiros em meio aos conflitos e negociações nos foros internacionais. Tudo isso, porém, de nada vale para o presidente Jair Bolsonaro.

Regras básicas da política externa são ignoradas por Bolsonaro, que não mede as consequências de suas atitudes e declarações. Por exemplo, seus comentários sobre as eleições argentinas serviram para alimentar a campanha do adversário de seu aliado Mauricio Macri, que disputará a reeleição à Presidência em 27 de outubro. O candidato peronista Augusto Fernández, que venceu as prévias de domingo passado com grande vantagem, classificou Bolsonaro, ontem, de “racista, misógino e violento”, por dizer que o Brasil poderia ver uma onda de imigrantes fugirem da Argentina se políticos de esquerda vencerem as eleições presidenciais de outubro.

O peronista tirou por menos: “Com o Brasil, teremos uma relação esplêndida. O Brasil sempre será nosso principal sócio. Bolsonaro é uma conjuntura na vida do Brasil, como Macri é uma conjuntura na vida da Argentina”, disse Fernández, em entrevista ao programa Corea del Centro, da emissora Net TV. Será? Bolsonaro passa a impressão de que não está realmente empenhado no acordo do Mercosul com a União Europeia, cuja assinatura caiu no seu colo, porque foi resultado de um grande esforço pessoal de Macri, apesar do empenho continuado dos diplomatas brasileiros, que negociaram os termos do acordo por décadas.

É óbvio que se a oposição ganhar as eleições na Argentina, toda estratégia de Bolsonaro para a América do Sul estará comprometida, pois o regime de Nicolás Maduro na Venezuela sairá do isolamento em que se encontra no continente, reforçando sua sobrevida, hoje decorrente dos apoios da Rússia, essencialmente militar, e da China, sobretudo econômico. Se considerarmos a crise política no Paraguai, que quase provocou o impeachment do presidente Mario Abdo Benítez, por causa de uma negociação secreta no âmbito do acordo firmado entre Brasil e o país vizinho, para definir novos termos pelo pagamento da energia produzida por Itaipu, a situação pode se complicar muito no Mercosul.

Bolsonaro esticou a corda com a União Europeia. Quando deixou de receber o chanceler francês, Jean Yves Lê Drian, para cortar o cabelo, ou desdenhou da ajuda financeira da Alemanha e da Noruega para o Fundo da Amazônia, Bolsonaro agiu de caso pensado: demonstrou a intenção de se distanciar de parceiros europeus que não comungam com seus valores e posições ideológicas. É a contrapartida, por exemplo, da simpatia que tem pelos líderes

de extrema direita Marine Le Pen, na França; Matteo Salvini, na Itália; e Nigel Farage, na Inglaterra. Todos têm um projeto de poder similar ao de Viktor Orban, na Hungria, parceiro de Bolsonaro na política internacional.

Alinhamento

É aí que a indicação do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) para a embaixada do Brasil em Washington, num acordo pessoal com o presidente norte-americano, Donald Trump, começa a fazer todo sentido. Bolsonaro quer estreitar os laços pessoais com o presidente Trump e vê nisso uma espécie de blindagem contra qualquer conspiração que possa envolver o Departamento de Estado norte-americano. Como sua cabeça funciona com os paradigmas da antiga “Guerra Fria”, faz sentido.

O problema é que a política externa não se faz apenas de forma bilateral. Desde a II Guerra Mundial, o multilateralismo vem sendo a principal garantia da paz e de regras duradouras para a convivência entre os povos. No momento, o Brasil tem grandes interesses estratégicos na China e na União Europeia que não recomendam um alinhamento automático com os Estados Unidos, bem como bater de frente com a Argentina, nosso terceiro parceiro comercial. Mas essa visão parte de uma compreensão da política externa como política de Estado, que parecia consolidada no Itamaraty desde Saraiva Guerreiro, no governo Geisel. É uma visão guiada por interesses nacionais de médio e longo prazos, que independem do partido que está no poder.

Ocorre que, nos governos Lula e Dilma, a política externa brasileira passou a ser uma política de governo, guiada por interesses que variam de acordo com o projeto político hegemônico no poder. Nesse aspecto, a guinada à direita no atual governo seria uma mudança simétrica, mas não é o que está acontecendo. Bolsonaro não tem uma estratégia de projeção de poder do Brasil na cena mundial, tem um projeto pessoal de liderança ideológica no qual a geopolítica conta muito pouco.

:

15. Lei contra abuso de autoridade é o fim da justiça do espetáculo

https://www.brasil247.com/blog/lei-contrabuso-de-autoridade-e-o-fim-da-justica-do-espetaculo?utm_source=notification-mobile&utm_medium=notification

"Sem o espetáculo midiático, autoridades mal-intencionadas, que estejam mais interessadas na fama de xerifes — e na sua monetização — do que propriamente no combate à corrupção, perderão o incentivo para

perseguir seus desafetos ou 'peixes grandes que rendam notícia de jornal", diz o jornalista Leonardo Attuch, editor do 247

15 de agosto de 2019, 07:45 h

•

O projeto contra abuso de autoridade aprovado ontem representa um tiro de bazuca contra a justiça do espetáculo, que não merece ser chamada de Justiça e se tornou padrão no Brasil. É também o fim do “trial by media”, ou seja, dos processos que se desenrolam em páginas de jornais.

Ficam proibidas conduções coercitivas sem intimação previa, exposições de presos provisórios a situação vexatória, grampo de advogados e divulgação de áudios não relacionados aos processos — tudo que se fez na Lava Jato. E quem abusar de seu poder fica sujeito à perda do cargo.

Sem o espetáculo midiático, autoridades mal-intencionadas, que estejam mais interessadas na fama de xerifes — e na sua monetização — do que propriamente no combate à corrupção, perderão o incentivo para perseguir seus desafetos ou “peixes grandes” que rendam notícia de jornal.

Talvez por isso os procuradores expostos em diálogos constrangedores na Vaza Jato já estejam iniciando seu lobby contra o projeto. Dallagnol, por exemplo, argumenta que depois da Mãos Limpas a Itália impôs leis contra abusos de autoridade e voltou a ser um paraíso da corrupção.

Nada mais falso. Nos países com os menores índices de corrupção do mundo não existem juizes-celebridade nem procuradores-Instagram — e muito menos agentes públicos que faturem fortunas com palestras a partir da fama conquistada com o “combate à corrupção”.

A partir deste avanço institucional, que deverá ser batizado como Lei Cancellier, coloca-se um desafio para o aparelho repressivo do estado, que

será o de atuar dentro da legalidade, e também para a mídia, que perderá os escândalos fabricados de graça por agentes públicos.

O próximo passo civilizatório no Brasil será coibir programas policiais do chamado “mundo cão” da televisão brasileira, que há anos expõem pobres à humilhação e disseminam a cultura de que “bandido bom é bandido morto”. Foi este caldo de cultura que fez germinar o fascismo.

https://www.brasil247.com/blog/lei-contra-abuso-de-autoridade-e-o-fim-da-justica-do-espetaculo?utm_source=notification-mobile&utm_medium=notification

16. Nas entrelinhas: Qual será o novo modelo?

Publicado em 15/08/2019 - 06:59 Luiz Carlos Azedo

“A modernização das relações trabalho-capital nunca teve uma correlação de forças tão favorável no Congresso, a favor da desregulamentação, é claro”

A grande mudança debatida ontem pela Câmara dos Deputados sobre a legislação trabalhista, com a chamada MP da Liberdade Econômica, foi o fim da remuneração em dobro do dia trabalhado aos domingos, que agora poderá ocorrer por até três fins de semana consecutivos, se houver compensação com uma folga correspondente no decorrer da semana, negociada individualmente. A aprovação da mudança é mais um avanço na desregulamentação das relações trabalhistas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Em outras circunstâncias, haveria grandes mobilizações sindicais para evitar que isso ocorresse, mas não é o que acontece. Com o fim do imposto sindical, os sindicatos entraram em colapso, e os trabalhadores estão muito acuados pelo desemprego. Só se mobilizam em situação de desespero, como, agora, na greve dos motoristas do Espírito Santo, por causa dos ônibus que começariam a circular sem trocadores, quando em todo o mundo já começam a circular caminhões e ônibus sem sequer motorista.

A propósito, vem do Espírito Santo um “causo” que ilustra bem a situação, que me foi contado pelo ex-governador Artur Carlos Gerhardt Santos, que governou o estado no começo dos anos 1970 e foi o grande artífice da industrialização capixaba, cuja economia é a única do país voltada para o comércio exterior. Quando a ponte rododiferroviária Florentino Ávidos, também conhecida como Cinco Pontes, toda fabricada em aço e trazida da Alemanha, foi inaugurada, em 1927, um português de Vila Velha logo inaugurou uma linha de lotação ligando as duas cidades.

Em protesto, os catraieiros (barqueiros cujos remanescentes até hoje fazem transporte de passageiros de um lado para outro do canal que separa a ilha de Vitória do continente) resolveram fazer uma greve. “Não tinha a menor chance

de dar certo”, ironizou o ex-governador. A ponte existe até hoje, foi um marco da expansão e modernização da economia capixaba, possibilitando a chegada ao Porto de Vitória dos trens da Vitória-Minas.

A modernização das relações trabalho-capital, premissa para a retomada do crescimento, nunca teve uma correlação de forças tão favorável no Congresso, a favor da desregulamentação, é claro. Essa é uma das consequências do fracasso petista no comando do país, depois do naufrágio do modelo de capitalismo de Estado adotado a partir do segundo mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula das Silva e, principalmente, durante o governo Dilma Rousseff.

É jogo jogado. A estagnação da economia, com aumento acelerado da miséria e desemprego em massa, induz mudanças profundas na estrutura produtiva do país, com o uso de novas tecnologias, principalmente robotização e inteligência artificial, que tornam obsoletos dispositivos de uma legislação criada quando o Brasil se urbanizava e se industrializava. A Era Vargas, cujo fim já foi tantas vezes proclamado, parece realmente moribunda.

Sem paradigma

A lógica da velha política classista dos sindicatos, que tinha como eixo a garantia e a ampliação de direitos trabalhistas para reduzir a taxa de exploração de mais-valia, como no caso dos catraieiros de Vitória, não tem a menor chance de dar certo. A velha indústria e os serviços estão passando por mudanças irreversíveis, que fazem da velha legislação letra morta. É um processo que exige soluções novas e criativas para garantir novos direitos aos trabalhadores, sem criar entraves ao funcionamento da economia. Além disso, setores que não conseguem acompanhar o aumento de produtividade pela inovação, recorrem à superexploração do trabalho para manterem sua competitividade.

O paradigma taylor-fordista da grande indústria mecanizada como referência para a organização e a luta dos trabalhadores já era. A crise é tão profunda que o próprio “ser operário”, que Marx classificava como a classe geral que, ao se libertar da exploração e opressão, libertaria todas as demais classes subalternas, hoje é uma espécie em extinção. A nova economia coloca em xeque até mesmo valores herdados da Revolução Francesa e que estão no cerne da democracia liberal: os direitos humanos.

A universalização do direito à saúde e à educação, que já foram essenciais, por exemplo, perderam a funcionalidade para a reprodução ampliada do capital. Não há necessidade de exércitos industriais de reserva e até mesmo de exércitos de massa. Para que tantos operários qualificados e oficiais e soldados diante dos novos artefatos de produção e bélicos guiados por inteligência artificial?

A economia brasileira passa, no plano institucional, por um novo ciclo de modernização. Indiscutivelmente, com a derrota da esquerda, ou seja, dos modelos nacional-desenvolvimentista e social-democrata, o Brasil vacila entre o velho americanismo e os novos paradigmas asiáticos. A contradição principal é o fato de que a modernização terá que ser feita com capital estrangeiro, sem um setor produtivo estatal e grandes grupos industriais nacionais.

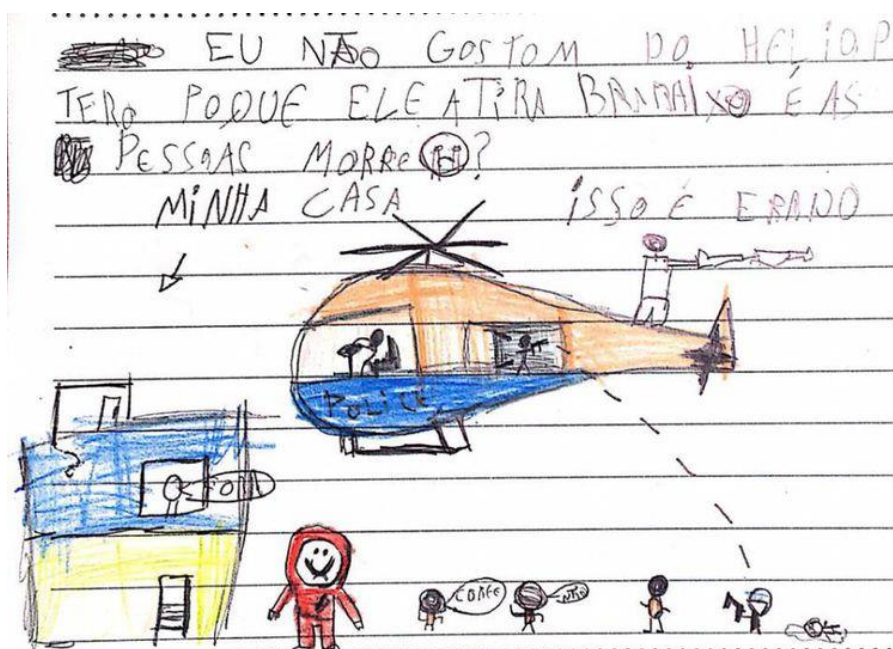
No século passado, os cafeicultores paulistas e seus banqueiros enfrentaram situação parecida, mas renegaram o velho patrimonialismo e financiaram a industrialização. Hoje, não sabemos se o nosso agronegócio e o mercado financeiro têm capital acumulado e vontade política para investir pesadamente

num novo ciclo de modernização fora dos marcos da agricultura, ou seja, na economia do conhecimento: educação, ciência, tecnologia e inovação.

RIO DE JANEIRO

16. As cartas das crianças da Maré: “Não gosto do helicóptero porque ele atira e as pessoas morrem”

Crianças do Complexo de Favelas da Maré descrevem horror da vida sob fogo cruzado em mais de 1.500 cartas enviadas para a Justiça do Rio, que restabelece regras mínimas para operações policiais no local. Seis jovens morrem nos últimos cinco dias em outras comunidades fluminenses



Um dos desenhos enviados crianças da Maré à Justiça do Rio.

FELIPE BETIM

15 M08 2019 - 14:46 UTC

A favela sangra. “Não gosto do helicóptero porque ele atira para baixo e as pessoas morrem”, escreveu uma criança, que não especifica nome ou idade, para os desembargadores do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. O colorido desenho que acompanha a mensagem mostra um helicóptero da polícia com agentes armados atirando em direção ao solo, onde há um traficante mas também crianças. Elas correm. No desenho e na vida real. “Isso é errado”, completou o pequeno morador do Complexo de Favelas da Maré, um conjunto de 16 comunidades pobres da zona norte da capital onde cerca de 140.000 pessoas moram. Mais de 1.500 cartas e desenhos foram reunidos pela ONG Redes da Maré e entregues à Justiça na última segunda-feira junto com a petição de que fosse restabelecida uma Ação Civil Pública que regula e restringe as operações policiais no lugar. Aceita pela Justiça no segundo semestre de 2017, ajudou a diminuir todos os índices de violência ao longo de um ano. Mas acabou suspensa em junho de 2019. Diante do apelo dos

moradores, acabou revalidada nesta quarta-feira, restabelecendo parâmetros mínimos para as ações, como a exigência da presença de uma ambulância e o veto a operações durante o horário de entrada e saída de alunos das escolas.

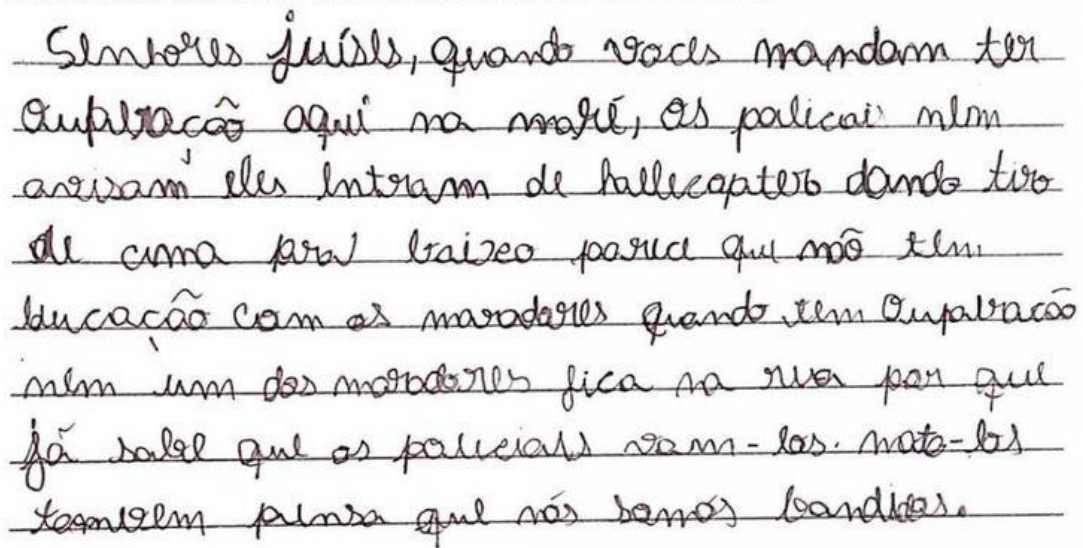
Boa tarde eu queria que parasse a operação por que
muitas famílias serão mortas e agora eu estou sem
quarto por que vocês destruíram na operação todo mundo
na minha escola. Choram e meu irmão morreu causa
dos policiais e eles bateram no meu primo então
não quero mais ver minha família morrendo
quando vocês entram vocês avisem tá muito obrigada
por ler minha carta. Assinado Leticia

A favela chora. Nesta mesma quarta-feira, soube-se que, nos últimos cinco dias, seis jovens entre 17 e 21 anos morreram baleados durante várias operações policiais em comunidades do Estado do Rio. As principais suspeitas recaem sobre as forças policiais. Rodou pelo país a imagem de um avô, Cristóvão Xavier de Brito, com a camisa ensopada do sangue do neto Dyogo, de 16 anos, que morreu em seus braços. Ele seguia para o treino de futebol quando levou um tiro de fuzil nas costas da polícia, segundo testemunhas. A menina Leticia, outra moradora da Maré que enviou uma carta à Justiça, sabe o que é perder um familiar próximo. "Boa tarde, eu queria que parasse a operação porque muitas famílias serão mortas e, agora, estou sem quarto porque vocês destruíram na operação", escreveu. "Todo mundo na minha escola chora. Meu irmão por causa dos policiais. E eles bateram no meu primo. Então, não quero mais ver minha família morrendo quando entram. Vocês avisem, tá? Obrigada por ler minha carta. Assinado, Leticia".

EU TENHO A DIZER QUE AS OPERAÇÕES
MATA MUITA GENTE E É MUITO TRISTES
ESSAS OPERAÇÕES UMA VEZ MINHA
MÃE SAIU PRA VER MINHA VÓ E DEU
TANTO TIRO QUE ME ESCONDI ATRAS DA
MAQUINA DE LAVAR E ISSO QUE EU TENHO
A DIZER. ASS: WILLIAM LOPES

A favela conta seus mortos. Um boletim semestral publicado pela Redes da Maré nesta semana mostra que 27 pessoas morreram apenas no primeiro semestre de 2019, 10% a mais que ao longo de todo o ano de 2018, quando 24 pessoas foram mortas. Além disso, 15 pessoas faleceram durante as 21

operações policiais ocorridas no primeiro semestre; as outras 12 morreram durante os 10 confrontos entre facções criminosas que dominam as comunidades da Maré. "Eu tenho a dizer que as operações matam muita gente e é muito triste", relata o menino William em sua carta — como as demais, ela foi transcrita em estilo formal para que se fizessem compreender melhor. Ao longo de 2017, antes de a Ação Civil Pública entrar em vigor pela primeira vez, 42 pessoas morreram, uma a cada nove dias, e 57 ficaram feridas. Naquele ano, foram realizadas 41 operações policiais, enquanto que as facções criminosas entraram em confronto entre si 16 vezes. "Uma vez minha mãe saiu para ver minha avó e deu tanto tiro que me escondi atrás da máquina de lavar. É isso o que tenho a dizer".



Senhores juízes, quando vocês mandam ter
Operação aqui na Maré, os policiais nem
avisam! Eles entram de helicóptero dando tiro
de cima para baixo parece que não tem
educação com os moradores quando tem Operação
nem um dos moradores fica na rua por que
já sabe que os policiais vão matá-los. Também
pensam que nós somos bandidos.

A favela tem medo. E vive situações de verdadeiro pânico. Ainda segundo o boletim publicado pela ONG, quatro operações policiais utilizaram helicópteros — o chamado "caveirão voador" — como plataforma de tiro apenas no primeiro semestre de 2019. É o mesmo número de operações de 2017 e 2018 somados. "Senhores juízes, quando vocês mandam ter operação aqui na Maré, os policiais nem avisam. Eles entram de helicóptero dando tiro de uma cima para baixo. Parece que não tem educação com os moradores", escreveu outra criança. Das 15 mortes ocorridas em dias de operação policial neste ano, 14 ocorreram quando utilizavam a aeronave. "Quando tem operação, nenhum dos moradores fica na rua porque já sabe que os policiais vão matá-los. Também pensam que nós somos bandidos", conclui a criança.

.....
Gostaria que mudasse as formas que eles
entram na comunidade. Tenho medo de escutar
o barulho do telescópio, as crianças se escondem
atrás dos cômodos de casa com medo, a forma
de bater na nossa residência já é assustadora.
Batem quase derrubam a porta, faz uma zona nas
casas dos moradores que estão trabalhando e até mesmo
quando nós estamos em casa somos reféns desse
esculacho que fazem com gente que mora na favela.
Queremos paz na Maré.

A favela está assustada. "As crianças se escondem atrás dos cômodos de casa com medo. A forma de bater em nossas residências já é assustadora. Batem, quase derrubam a porta, fazem uma zona na casa dos moradores que estão trabalhando", escreve outro morador para os magistrados do Rio. Estão submetidos a toda sorte de abusos cometidos pelas autoridades. "Até mesmo quando nós estamos em casa somos reféns desse esculacho que fazem com a gente".



A favela é o alvo. **Wilson Witzel** deixou a toga de juiz federal no início ano passado para se candidatar a governador nas eleições gerais. Venceu prometendo abater criminosos armados "na cabecinha", uma espécie de mantra que segue repetindo. Dito e feito. Desde que assumiu o posto e passou

a comandar as polícias Civil e Militar do Rio, vem colocando em prática uma política pública criticada por estimular a violência policial, atingindo sobretudo os jovens negros que vivem nas periferias do Estado. Rotineiramente posa para fotografias ao lado de policiais portando fuzis. **Também já subiu em um helicóptero da Polícia Civil em Angra dos Reis, às vésperas de mais uma operação na Maré,** e presenciou um agente atirando em direção ao solo.

Witzel respalda publicamente essa prática.

Exulêntíssima juíza, quando a ação civil pública é suspensa, pra nós moradores da maré é significado de violência porque o que acontece aqui são mortes, medo, terror, falta de aulas. É como se a senhora validasse todo esse horror.

O caveirão quando entra aqui é pra nos matar. Ele não entra aqui pra fazer uma simples intervenção. O estado mata sonhos, mata vidas, mata o futuro de pessoas que um dia poderia estar no lugar da Senhora Juíza.

A favela está na mira. Dados do Instituto de Segurança Pública, autarquia do Governo, registrou 3.048 letalidades violentas em todo o Estado de janeiro a junho de 2019. Desse total, 881 são mortes cometidas por agentes do Estado. Isto é, 29%. Quase um terço. Recordes históricos são atingidos mês a mês e não contabilizam as mortes cometidas por milicianos ou policiais matadores que não assumem suas ações no boletim de ocorrência. "O caveirão, quando entra aqui, é para nos matar. Ele não entra aqui para uma simples intervenção.

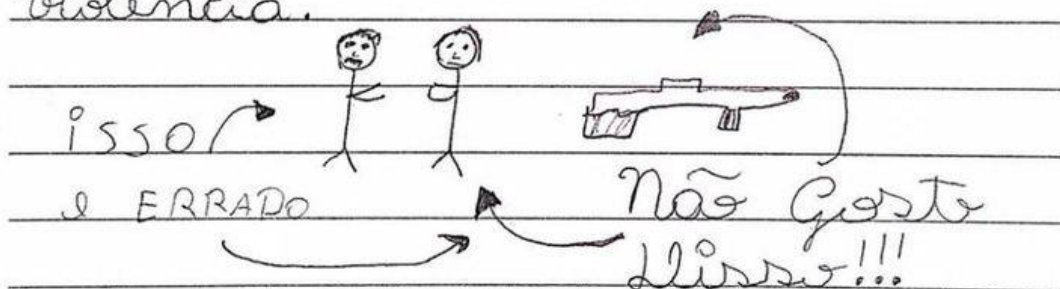
O Estado mata sonhos, mata vidas, mata o futuro de pessoas que um dia poderiam estar no lugar da senhora juíza", escreveu outro morador.

Um dia eu tava na escola me patia fazendo educação física aí de repente o helicóptero passou dando tiro para baixo aí todo mundo correu para o canto da arquibancada aí quando passou o tiro a gente correu para dentro da escola até a minha mãe me buscar aí eu fui para casa sem ela. quando deu mais tiro eu tava em casa.

A favela fica sem escola e sem saúde. O boletim da Redes da Maré também informa que, ao longo do primeiro semestre deste ano, **as escolas e os postos de saúde tiveram 10 dias de atividades suspensas** por causa de tiroteios. A cifra é a mesma que ao longo de todo 2018. Já em 2017, antes da Ação Civil Pública, as crianças ficaram sem aula durante 35 dias e os postos de saúde somaram 45 dias fechados. Naquele ano, 41 operações policiais foram realizadas. "Um dia eu estava na escola, no pátio, fazendo educação física. Aí de repente o helicóptero passou dando tiro para baixo e todo mundo correu para o canto da arquibancada", escreveu outra criança. "Quando passou o tiro a gente correu para dentro da escola até minha mãe me buscar. Quando dá mais tiro eu fico em casa".

O ruim das operações, nas favelas é porque não dá para brincar muito. É também, ficar morrendo muitos moradores, nas comunidade.

É também tem, muita violência.



Mas a favela quer brincar. "O ruim das operações nas favelas é porque não dá para brincar muito", escreveu outro jovem morador. "Tem muita violência".

Jair Bolsonaro prometeu a pequenos comerciantes e empreendedores tirar a trava do Estado do caminho de sua prosperidade. Com a MP da Liberdade Econômica, o presidente vai além do cumprimento de uma promessa de campanha. Em apenas quatro meses fez passar na Câmara uma iniciativa que ameaça a capacidade regulatória do Estado e mina os freios contra o abuso do poder econômico.

A Câmara que, na reforma da Previdência, funcionou como um contrapeso às medidas mais radicais do governo, desta vez, se limitou a podar as selvagerias mais gritantes contra o que restou da legislação trabalhista. Sob o escudo de uma proposta que, aparentemente, não afeta a vida da população, tornou-se sócia do anarcocapitalismo que inspira a equipe sub-30 que o Paulo Guedes colocou na secretaria de desburocratização do Ministério da Economia.

O texto aprovado tem a ambição de mudar os princípios constitucionais que regem a atividade econômica. Prevê que o Estado terá uma intervenção "subsidiária e excepcional" sobre o exercício de atividades econômicas. A Constituição já prevê que o Estado apenas explore uma atividade econômica sob o imperativo da segurança nacional ou de relevante interesse coletivo. Mas estabelece que o Estado é agente regulador, devendo fiscalizar, incentivar e planejar a atividade econômica (artigo 174).

Medida ignora que relações econômicas também são de poder

Os meninos maluquinhos que gestaram o texto da MP nunca devem ter se perguntado se um Estado subsidiário comporta, por exemplo, a Embrapa, empresa pública que fomentou a salvação da lavoura na balança comercial. Ficam igualmente deslocadas, na definição de Estado prevista pela MP, as políticas de compras governamentais. A de merenda escolar, usada pelo Estado há muitos anos para incentivar a agricultura familiar, é apenas a mais inocente na bilionária lista de compras do Estado, de aviões a tecnologias sensíveis.

Não bastou entregar a Embraer. Trata-se agora de podar o Estado como parceiro do capitalismo nacional. A despeito de ser tratada como a carta libertária do empreendedorismo tupiniquim, fica difícil encaixar esta MP sob as asas do artigo 219 da Constituição: "O mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e sócioeconômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do país, nos termos da lei federal."

Foram princípios como este que embasaram a criação do Fundo Soberano, em 2008. Proposto ao Congresso em projeto de lei, à luz de experiências como a da Noruega, para reduzir a vulnerabilidade financeira do país e fomentar projetos estratégicos, acaba de ser extinto pela MP 881 sem que nenhuma urgência o justificasse.

Alessandro Octaviani, professor de direito econômico da USP, duvida da eficácia da MP sobre a atividade da economia e da capacidade de a sociedade comportar um impacto tão unilateral nas relações contratuais. Por isso, espera o veto dos tribunais: "A MP não alberga as grandes questões contemporâneas de uma sociedade solidária, está em desacordo com a ordem econômica constitucional e tende a gerar litígios em série."

Para barrar a MP, o Supremo teria que fazer uma inflexão na toada liberal que vem marcando a atuação da Corte nos últimos tempos. É uma guinada mais difícil do que aquela que marca o freio no lavajatismo, exemplificado pelo 9x1 contrários à transferência do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo artigo "Tempos de Weimar", do ministro Luiz Fachin, no Valor (12/6). Ainda

está por ser gestada uma reação aos instintos primitivos do capitalismo bolsonarista para fazer mover o Supremo nessa direção, apesar de não faltarem indícios de que a Carta foi atropelada pela tenebrosas transações desta medida,

O time sub-30 de Guedes, ignora, por exemplo, o fato de que os contratos mediam não apenas relações econômicas, mas de poder. O texto estabelece que os contratos civis e empresariais são paritários e simétricos, ressalvada prova contrária. À luz desta MP dá para imaginar o que pode vir a se transformar, por exemplo, a terceirização dos benefícios do INSS. O governo pretende acabar com o monopólio estatal na gestão de benefícios como auxílio-doença, acidente de trabalho e salário maternidade. Apenas aposentadorias e pensões ficariam sob gestão pública.

Este é um mercado de R\$ 130 bilhões, cobiçado por todas as seguradoras do planeta. Em muitos países, a gestão desses benefícios é privada mas o diabo mora nos detalhes dos contratos que os regulam. Estado pode contratar o seguro para repassá-lo ao cidadão ou o contrato pode ser feito diretamente com as seguradoras. Ambas as alternativas, se não forem bem reguladas, abrem uma avenida para apólices que podem minar a sobrevivência de milhões de brasileiros.

O país chegou no limiar de um mercado dominado pelas grandes resseguradoras estrangeiras em que as empresas nacionais viraram quase que meras vendedoras de seguro, sem um quadro jurídico que discipline esses contratos. É nesse deserto de garantias que chega esta medida provisória com a ideia de um mundo encantado de contratos entre iguais, contrariando, mais uma vez, a norma constitucional que protege o abuso do poder econômico com vistas à "dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros".

No filme, "Eu, Daniel Blake", do cineasta britânico Ken Loach, um marceneiro de meia idade sofre um ataque cardíaco depois de perder a esposa. É proibido pelos médicos de voltar a trabalhar e, para se sustentar, vai atrás de seu seguro por invalidez. A privatização do sistema em nada desburocratizou a concessão do benefício, dificultado ao máximo. A saga do personagem para obtê-lo fez do filme quase que um prenúncio do humor que marcaria o Brexit, em 2018, e, no ano seguinte, colocaria Boris Johnson no poder.

No Brasil, a ordem foi inversa. A ascensão do populismo de Jair Bolsonaro precedeu o desmonte do Estado provedor. Este foi o contrato de casamento entre o presidente e seu ministro da Economia. Agora as mentes colonizadas e maluquinhas que ascenderam ao poder com Bolsonaro ou aquelas bem mais estabelecidas que fazem dele a carona de ocasião, podem, sim, se orgulhar de ter colocado o Brasil na vanguarda. Do atraso.

VALOR.COM.BR

Colunistas | Valor Econômico

Maria Cristina Fernandes é jornalista do Valor desde a fundação do jornal em maio de 2000. Foi editora de política por 15 anos do jornal. Hoje mantém a coluna semanal de política iniciada em 2000 e a coluna quinzenal 'gps' no caderno EU & Fim de Semana.

19. Esquerda positiva e frente política

Há de ser possível relegar os extremistas às margens e minimizar o seu impacto

Luiz Sérgio Henriques, O Estado de S.Paulo

18 de agosto de 2019 | 03h00 - https://opiniao.estadao.com.br/noticias/espaco-aberto,esquerda-positiva-e-frente-politica,70002972013?fbclid=IwAR3HphIjAIDPB0_LQVZS7_ioUaUe4CJMiLLi0qU_uUJAzgpcSZC1AMteeXY

Em situações críticas, quando tradicionais correntes constatarem a presença disruptiva de um novo adversário percebido como ameaça a si próprias e às instituições, o tema das frentes reaparece mais ou menos ritualmente, e é natural que assim seja. Não é certo que triunfem ou sequer alcancem seus fins imediatos, assim como não escapam da incompreensão de parte dos contemporâneos, por vezes atônitos com o exercício de uma das dimensões essenciais da política, que, afinal, não vive só de conflitos nem constrói muralhas da China. Adversários leais, sem minimizar o que os divide nem renunciar à própria identidade, conversam, estabelecem pactos, delimitam o terreno de luta, pondo a salvo o que lhes parece patrimônio comum e que permitirá mais adiante a continuação civilizada do conflito.

A moderna história política brasileira conheceu movimentos dessa natureza. Relembra-los pode servir como alento para os democratas convictos e, ao mesmo tempo, antídoto contra a ação de quem deliberadamente quer repetir indefinidamente os choques mais óbvios que assinalaram os 21 anos do regime de exceção, ceifando vidas e turvando o horizonte do País. Valorizar aqueles movimentos pode ser um guia para a ação em ambiente distinto, como este no qual nascem, ou dão sinais de querer nascer, as inéditas antidemocracias do século 21.

Não teve êxito algum, para dar um exemplo que, apesar do malogro, merece reverência, a frente imaginada por um homem de raro talento,

o petebista San Tiago Dantas, às vésperas de março de 1964. A frente que propôs, numa corrida inglória contra o golpe iminente e a própria doença que o mataria, deveria reunir a maior parte do seu PTB, mas também políticos do PSD e até os udenistas “bossa nova”, em defesa da legalidade do mandato do presidente Goulart e de reformas consensuais, que levariam o País até as eleições de 1965 sem quebra da normalidade constitucional - esse bem precioso que nos obriga a cuidar permanentemente da saúde das instituições, dos partidos e do Parlamento.

A frente costurada por Dantas fracassou depois de alguns meses de frenéticas negociações, sem conseguir conter o radicalismo generalizado que atropelaria a democracia de 1946. É que quase todos os atores esperavam ganhar alguma coisa com o acirramento da crise, apostando no “dia D” da explosão revolucionária ou, como seria previsivelmente o caso, contrarrevolucionária. Mas Dantas, como contou recentemente o estudo de Gabriel da Fonseca Onofre Em Busca da Esquerda Esquecida (Prismas, 2015), legou-nos, junto com sua derrota política, o conceito de “esquerda positiva”: uma esquerda que, sem renegar a si mesma nem às razões da luta por justiça social, conduz seu combate no campo das instituições e, por isso, admite plenamente a dialética da democracia, estabelecendo alianças e se comportando com lealdade com aliados e adversários.

Há algo desse movimento aliancista na “frente ampla” que, um ou dois anos mais tarde, animaria as conversas e os acordos de grandes líderes civis de então. Esmagada em abril de 1964, como em todo regime de força, a política faria sua reentrada em cena com Juscelino, Goulart e Lacerda, surpreendendo os que, congelados doutrinariamente, não podem compreender as implicações que decorrem naturalmente do extraordinário fato de adversários

históricos, mesmo encarniçados, passarem a reconhecer mutuamente a legitimidade uns dos outros. A vida civil, nesse ponto, transforma-se de um modo que não é dado aos dogmáticos de todas as tendências prever e acompanhar.

Se a frente ampla terminou entre os destroços de 1968, um partido-frente marcaria os anos a seguir, firmando-se dessa vez com perseverança e heroísmo - os homens da mal chamada “velha política”, como Ulysses e Tancredo, sabem ser heróis a seu modo, cultivando com mãos de jardineiro a planta tenra da democracia e disseminando com coragem cívica “ódio e nojo” às ditaduras. Estiveram ao lado deles outros expoentes da esquerda positiva, recusando a insensata autodissolução do partido oposicionista, rejeitando o voto nulo e apontando as eleições, não as armas, como a forma verdadeiramente superior de luta. A esquerda positiva foi ao centro, não só no sentido de deixar-se “contaminar” pelos valores do liberalismo político, mas também no de apreender o centro da política, que passava muito longe da atualização do mito da revolução armada - impossível e, sobretudo, indesejável - e consistia na defesa da anistia e da Constituinte, com a participação de todas as forças. A reconciliação dos brasileiros, em suma.

Antidemocratas de novo tipo, aproveitando-se de erros cometidos nestes últimos 30 anos, especialmente pelo principal partido de esquerda, agora dão as cartas, ainda que estrangidos pelos freios e contrapesos do sistema constitucional. O presidente Bolsonaro não esconde a filiação à família dos populismos contemporâneos: uma mistura de nativismo histriônico, subalterno ao trumpismo, instrumentalização de valores religiosos redefinidos anacronicamente e, não em último lugar, submissão a uma agenda radical de mercantilização. Em âmbitos que definem o padrão civilizatório, como

ambiente ou direitos humanos, o que se quer afirmar é um individualismo agressivo e, no fundo, niilista, que está longe de ser mera cobertura para a agenda econômica fundamentalista, mas sua necessária projeção num cotidiano tomado pela barbárie.

Dispersa em vários partidos e fora deles, a esquerda positiva tem nova e decisiva oportunidade. A “ida ao centro”, como no passado, servirá para revalidar suas credenciais, influenciando liberais e conservadores fiéis à Constituição e deixando-se por eles influenciar. Não se pode excluir uma frente, ainda que informal, para isolar e derrotar os extremistas. Há de ser possível relegá-los às margens e minimizar seu impacto na vida de todos.

TRADUTOR E ENSAÍSTA, É AUTOR DE ‘REFORMISMO DE ESQUERDA E DEMOCRACIA POLÍTICA’ (FUNDAÇÃO ASTROJILDO PEREIRA, 2018)

20. SEM O SUS, É A BARBÁRIE

Drauzio Varella

“Sem o SUS, é a barbárie.” A frase não é minha, mas traduz o que penso. Foi dita por Gonzalo Vecina, da Faculdade de Saúde Pública da USP, um dos sanitaristas mais respeitados entre nós, numa mesa redonda sobre os rumos do SUS, na Fundação Fernando Henrique Cardoso.

Estou totalmente de acordo com ela, pela simples razão de que pratiquei medicina por 20 anos antes da existência do SUS.

Talvez você não saiba que, naquela época, só os brasileiros com carteira assinada tinham direito à assistência médica, pelo antigo INPS. Os demais pagavam pelo atendimento ou faziam fila na porta de meia dúzia de hospitais públicos espalhados pelo país ou dependiam da caridade alheia, concentrada nas santas casas de misericórdia e em algumas instituições religiosas.

Eram enquadrados na indigência social os trabalhadores informais, os do campo, os desempregados e as mulheres sem maridos com direito ao INPS. As crianças não tinham acesso a pediatras e recebiam uma ou outra vacina em campanhas bissextas organizadas nos centros urbanos, de preferência em períodos eleitorais.

Então, 30 anos atrás, um grupo de visionários ligados à esquerda do espectro político defendeu a ideia de que seria possível criar um sistema que oferecesse saúde gratuita a todos os brasileiros. Parecia divagação de sonhadores.

Ao saber que se movimentavam nos corredores do Parlamento, para convencer deputados e senadores da viabilidade do projeto, achei que levaríamos décadas até dispor de recursos financeiros para a implantação de políticas públicas com tal alcance.

Menosprezei a determinação, o compromisso com a justiça social e a capacidade de convencimento desses precursores. Em 1988, escrevemos na Constituição: “Saúde é direito do cidadão e dever do Estado”.

Por incrível que pareça, poucos brasileiros sabem que o Brasil é o único país com mais de 100 milhões de habitantes que ousou levar assistência médica gratuita a toda a população.

Falamos com admiração dos sistemas de saúde da Suécia, da Noruega, da Alemanha, do Reino Unido, sem lembrar que são países pequenos, organizados, ricos, com tradição de serviços de saúde pública instalados desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

Sem menosprezá-los, garantir assistência médica a todos em lugares com essas características é brincadeira de criança perto do desafio de fazê-lo num país continental, com 210 milhões de habitantes, baixo nível educacional, pobreza, miséria e desigualdades regionais e sociais das dimensões das nossas.

Para a maioria dos brasileiros, infelizmente, a imagem do SUS é a do pronto-socorro com macas no corredor, gente sentada no chão e fila de doentes na porta. Tamanha carga de impostos para isso, reclamam todos.

Esquecem-se de que o SUS oferece gratuitamente o maior programa de vacinações e de transplantes de órgãos do mundo. Nosso programa de distribuição de medicamentos contra a Aids revolucionou o tratamento da doença nos cinco continentes. Não percebem que o resgate chamado para socorrer o acidentado é do SUS, nem que a qualidade das transfusões de sangue nos hospitais de luxo é assegurada por ele.

Nossa Estratégia Saúde da Família, com agentes comunitários em equipes multiprofissionais que já atendem de casa em casa dois terços dos habitantes, é citada pelos técnicos da Organização Mundial da Saúde como um dos mais importantes do mundo.

Pouquíssimos têm consciência de que o SUS é, disparado, o maior e o mais democrático programa de distribuição de renda do país. Perto dele, o Bolsa Família não passa de pequena ajuda. Enquanto investimos no SUS cerca de R\$ 270 bilhões anuais, o orçamento do Bolsa Família mal chega a 10% disso.

Os desafios são imensos. Ainda nem nos livramos das epidemias de doenças infecciosas e parasitárias e já enfrentamos os agravos que ameaçam a sobrevivência dos serviços de saúde pública dos países mais ricos: envelhecimento populacional, obesidade, hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares, câncer, degenerações neurológicas.

Ao SUS faltam recursos e gestão competente para investi-los de forma que não sejam desperdiçados, desviados pela corrupção ou para atender a interesses paroquiais e, sobretudo, continuidade administrativa. Nos últimos dez anos tivemos 13 ministros da Saúde.

Apesar das dificuldades, estamos numa situação incomparável à de 30 anos atrás. Devemos defender o SUS e nos orgulhar da existência dele.

21. BRASILEIRO ASSOCIA ESQUERDA A CONFLITO E DIREITA A ORDEM

https://www.cartacapital.com.br/sociedade/brasileiro-atrela-esquerda-a-conflito-e-direita-a-ordem-diz-pesquisa/?fbclid=IwAR3fXEBnC1ccVAJlm1QYL4X0X92343b82B4g2RKQz1T_BLcNs9CHic_EMMo#.XVmYrZK9Iio.facebook

ANA LUIZA BASILIO - 12 DE JUNHO DE 2019

Estudo procurou entender como a sociedade se comporta diante a temas como valores, família, segurança, política e desigualdades

Parte da sociedade brasileira atrela os partidos, lideranças e militantes de **esquerda** a ideias de caos, conflito, defesa de pautas identitárias, arrogância e doutrinação. A **direita**, por sua vez, é atribuída às noções de ordem, hierarquia, respeito pela opinião do próximo, igualdade, valorização da família, e defesa do esforço individual/livre- mercado.

Os dados são parte dos identificados pela pesquisa “O **conservadorismo** e as questões sociais”, realizada pela Fundação Tide Setubal e o Plano CDE e divulgados na segunda-feira 10. O estudo buscou identificar como parte da sociedade, considerada não radical politicamente, se posiciona diante temas como valores e família, criminalidade e segurança e política e corrupção. O estudo parte da ascensão de uma nova direita nos últimos dez anos e da emergência de tendências conservadoras na sociedade, impulsionadas pela nomeação de Jair Bolsonaro como presidente.

O estudo aplicou pesquisas qualitativas a um grupo de 120 pessoas residentes das cidades de São Paulo (36 pessoas), Rio de Janeiro (36 pessoas), Porto Alegre (24 pessoas) e Recife (24 pessoas), entre 18 e 45 anos, com renda per capita de, no mínimo, 469 reais e, no máximo, 1499 (correspondente à faixa do intervalo intermediário de renda no país – excluindo os 25% mais ricos e os 25% mais pobres), que não possuem vínculos com quaisquer organizações políticas.

Confira um resumo dos principais pontos da pesquisa:

Valores

Os valores mais importantes para as pessoas entrevistadas estão organizados em torno de um eixo central: **ordem**. Há uma percepção compartilhada de que faltaria ordem dentro das famílias, das escolas, no espaço público e na política, e isso estaria relacionado: com a existência de uma decadência moral generalizada; com o aumento da criminalidade; da violência; e com a corrupção e a impunidade na política nacional. Para os entrevistados, a falta de estrutura dentro das famílias, e de disciplina dentro das escolas, faz com que as crianças e jovens, na ausência de referências morais sólidas, ‘mandem’ em pais e professores, sejam isolados e pouco afetuosos, bebam e pratiquem sexo mais precocemente. Tal decadência moral também estaria ligada ao aumento da violência e da criminalidade, tendo em vista que os criminosos seriam essencialmente pessoas que possuem mau-caráter. Desse modo, a despeito de reconhecerem a existência de injustiças